

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
E DO MAR

Direção-Geral das Atividades Económicas

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2021



REPÚBLICA
PORTUGUESA

Direção-Geral das Atividades
Económicas



Ficha técnica

Autoria:

Direção-Geral das Atividades Económicas

Coordenação: Divisão de Planeamento e Apoio

Data de edição: 14 de abril de 2022

ÍNDICE

GLOSSÁRIO DE ABREVIATURAS	4
ÍNDICE DE FIGURAS, QUADROS E GRÁFICOS	10
I. INTRODUÇÃO	12
1.1. Orientações gerais e específicas prosseguidas pelo organismo	18
II. AUTOAVALIAÇÃO	22
2.1. Análise dos resultados alcançados	22
2.1.1. Resultados dos Indicadores	23
2.1.2. Resultados dos objetivos e dos parâmetros	35
2.2. Análise dos desvios relativamente aos recursos	37
2.2.1. Recursos Humanos	37
2.2.2. Recursos Financeiros	39
2.3. Atividades desenvolvidas, previstas e não previstas no Plano de Atividades	44
2.3.1. Atividades desenvolvidas pelas Unidades Orgânicas	44
2.4. Análise das causas de incumprimento de atividades ou projetos não executados	233
2.5. Avaliação dos serviços prestados.....	234
2.6. Avaliação dos trabalhadores e dos dirigentes intermédios.....	236
2.6.1. Trabalhadores	237
2.6.2. Dirigentes intermédios	240
2.7. Relatório de Formação	243
2.8. Avaliação do sistema de controlo interno	243
III. BALANÇO SOCIAL.....	247
IV. AVALIAÇÃO FINAL.....	251
4.1. Apreciação qualitativa dos resultados alcançados.....	251
4.2. Conclusões prospetivas.....	252

Anexos

ANEXO I	Organograma da DGAE
ANEXO II	QUAR da DGAE – Resultados
ANEXO III	Questionário de satisfação – Trabalhadores
ANEXO IV	Questionário de satisfação – Dirigentes Intermédios
ANEXO V	Questionário de satisfação - Destinatários dos serviços
ANEXO VI	Relatório de Formação
ANEXO VII	Balanço Social

GLOSSÁRIO DE ABREVIATURAS

Unidades Orgânicas da DGAE

DAP	Divisão de Avaliação de Políticas
DCAE	Divisão de Coordenação dos Assuntos Europeus
DCSR	Divisão do Comércio, Serviços e Restauração
DDO	Divisão de Desenvolvimento Organizacional
DDS	Divisão do Desenvolvimento Sustentável
DEC	Divisão da Economia Circular
DMIS	Divisão de Mercado Interno de Serviços
DPA	Divisão de Planeamento e Apoio
DPCE	Divisão da Política Comercial Externa
DPE	Divisão da Política Empresarial
DPS	Divisão da Política Setorial
DRI	Divisão de Relações Institucionais
DRIn	Divisão das Relações Internacionais
DSAE	Direção Serviços dos Assuntos Europeus
DSCI	Direção Serviços do Comércio Internacional
DSCSR	Direção de Serviços do Comércio, Serviços e Restauração
DSPE	Direção de Serviços para a Política Empresarial
DSSE	Direção de Serviços de Sustentabilidade Empresarial

Outras siglas e acrónimos

ACM	Alto Comissariado para as Migrações
ACT	Autoridade para as Condições do Trabalho
AdC	Autoridade da Concorrência
ADENE	Agência para a Energia
ADSE	Instituto de Proteção e Assistência na Doença, I.P.
AHRESP	Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal
AI	Artificial Intelligence
AICEP	Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal
AMA, I.P.	Agência para a Modernização Administrativa
AMCHAM	Câmara de Comércio dos Estados Unidos da América
AMT	Autoridade da Mobilidade e dos Transportes
ANQEP	Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional
APDEL	Associação Portuguesa de Estabelecimentos de Leilão
APED	Associação Portuguesa das Empresas de Distribuição
APIFARMA	Associação Portuguesa da Indústria Farmacêutica

APLARTE	Associação Portuguesa das Leiloeiras de Arte
APPDI	Associação Portuguesa Para a Diversidade e Inclusão
ASAE	Autoridade de Segurança Alimentar e Económica
BdE	Balcão do Empreendedor
BID	Business Improvement Districts
BREXIT	Saída do Reino Unido da União Europeia
CAE	Classificação Portuguesa das Atividades Económicas
CAF	Common Assessment Framework
CAG	Conselho dos Assuntos Gerais
CAGER	Comissão de Acompanhamento da Gestão de Resíduos
Camões, I.P.	Camões, Instituto da Cooperação e da Língua, I.P.
CBP	Comissão Bilateral Permanente Portugal-EUA
CC	Conjunto Comercial
CCCPAT	Comissão Consultiva para a Certificação de Produtos Tradicionais
CCDR	Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional
CCH	Comércio com História
CCI	Comité do Comércio e Investimento
CCP	Confederação do Comércio e Serviços de Portugal
CE	Comissão Europeia
CI	Comissão de Investimentos
CIC	Comissão Interministerial para a Cooperação
CIIE	Comité da Indústria, Inovação e Empreendedorismo
CIPE	Comissão Interministerial de Política Externa
CoLabs	Laboratórios Colaborativos
COSCO	Comité do Carvão e do Aço
CNCDA	Comissão Nacional de Combate ao Desperdício Alimentar
CNCS	Centro Nacional de Cibersegurança
CNDH	Comissão Nacional dos Direitos Humanos
COMPETE	Programa Operacional Fatores de Competitividade
CPA	Circular Plastics Alliance
CPC	Comité de Política Comercial
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CPPMAES	Comissão Permanente de Prevenção, Monitorização e Acompanhamento dos Efeitos da Seca
CT	Comissão Técnica
CUE	Cadastro Único Empresarial
DCIAP	Departamento Central de Investigação e Ação Penal
DECO	Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor
DEI	Digitising European Industry
DEP	Digital Europe Program
DESI	Digital Economy and Society Index
DGAE	Direção-Geral das Atividades Económicas

DGAE/MNE	Direção-Geral dos Assuntos Europeus
DGAEP	Direção-Geral da Administração e do Emprego Público
DGAV	Direção-Geral de Alimentação e Veterinária
DGE	Direção-Geral da Educação
DGEG	Direção-Geral de Energia e Geologia
DGERT	Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho
DG Fisma	Direção-Geral para a Estabilidade Financeira, Serviços Financeiros e União dos Mercados de Capitais
DG GROW	Direção-Geral para o Mercado Interno, Indústria, Empreendedorismo e PME
DIH	Digital Innovation Hub
DL	Decreto-Lei
ECAT	Ecolabel Catalogue
ECL	Escola de Comércio de Lisboa
EEA Grants	Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu
EEE	Equipamentos Elétricos e Eletrónicos
EIS	European Innovation Scoreboard
EN	Inglês
ENAAC	Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas
ENCDA	Estratégia Nacional de Combate ao Desperdício Alimentar
ENCPE	Estratégia Nacional para as Compras Públicas Ecológicas
EPG	Grupo Política Empresarial
ERAC	Comité do Espaço Europeu de Investigação e Inovação
ERP	European Recycling Platform
FAQ	Frequently Asked Questions
FCT	Fundação para a Ciência e Tecnologia
FDI	Foreign Direct Investment
FLUXOS	Associação das Entidades Gestoras de Resíduos
FMC	Fundo de Modernização do Comércio
GAA	Grupo de Acompanhamento e Avaliação das Condições de Abastecimento de Bens nos Setores Agroalimentar e do Retalho
GAIA	Grupo de Acompanhamento AI Portugal 2030
GAN	Grupo de Alto Nível
GEE	Gabinete de Estratégia e Estudos
GPP	Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral
GSC	Grande Superfície Comercial
GSECSDC	Gabinete do Secretário de Estado do Comércio, Serviços e da Defesa do Consumidor
GT	Grupo de Trabalho
IA	Inteligência Artificial
IAPMEI	Agência para a Competitividade e Inovação
ICSB	International Council of Small Business
IDC	Instrumentos de Defesa Comercial

IGOT	Instituto de Geografia e Ordenamento do Território
IIE	Indústrias Intensivas em Energia
IMI	Imposto Municipal sobre Imóveis
IMI	Sistema de Informação do Mercado Interno
IMS	Information Management School
INCM	Imprensa Nacional Casa da Moeda
INFARMED	Autoridade Nacional dos Medicamentos e Produtos de Saúde
IPCEI	Projetos Importantes de Interesse Europeu Comum
IPQ	Instituto Português da Qualidade
ISDS	Investor-state dispute settlement
LLWI	Later Life Workplace Index
MAAC	Comité Consultivo de Acesso ao Mercado da Comissão Europeia
Mercosul	Mercado Comum do Sul
METD	Ministério da Economia e da Transição Digital
MF	Ministério das Finanças
MFEEE	Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu
MNE	Ministério dos Negócios Estrangeiros
MODCOM	Sistema de Incentivos à Modernização do Comércio
MS	Ministério da Saúde
NUIPC	Número Único Identificador de Processo Crime
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
OE	Objetivo Estratégico
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PAEC	Plano de Ação para a Economia Circular
PARCA	Plataforma de Acompanhamento das Relações na Cadeia Agroalimentar
PARF	Plataforma de Acompanhamento das Relações nas Fileiras Florestais
PLNM	Português Língua Não Materna
PME	Pequenas e Médias Empresas
PNACER-DH	Plano Nacional de Ação para a Conduta Empresarial Responsável e Direitos Humanos
PNAEE	Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética
PNIPGM	Plano Nacional de Implementação do Pacto Global das Migrações (PNIPGM)
PNPOT	Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território
POSEUR	Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos
PPUE2021	Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia 2021
PR	Presidente da República
PRR	Plano de Recuperação e Resiliência
PT	Portugal
QUAR	Quadro de Avaliação e Responsabilização
RCM	Resolução do Conselho de Ministros

REEE	Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos
REUE	Rótulo Ecológico da União Europeia
RIM	Reunião Interministerial
RJACSR	Regime Jurídico de Acesso e Exercício a Atividades de Comércio, Serviços e Restauração
RJOC	Regime Jurídico da Ourivesaria e das Contrastarias
RNAL	Registo Nacional do Alojamento Local
RSO	Rede Responsabilidade Social das Organizações
SAMA	Sistema de Apoio à Modernização Administrativa
SATDAP	Sistema de Apoio à Transformação Digital da Administração Pública
SBA	Small Business Act
SDG	Sustainable Development Goals
SEAEC	Secretário de Estado Adjunto da Economia
SECSDC	Secretário de Estado do Comércio, Serviços e Defesa do Consumidor
SIR III	Sistema da Indústria Responsável
SGE	Secretaria-Geral do Ministério da Economia
SGRU	Sistemas de Gestão de Resíduos Urbanos
SHERPAS	Ponto focal
SI	Serviços e Investimento
SIADAP	Sistema Integrado de Avaliação do Desempenho da Administração Pública
SICAD	Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências
SIGOU	Sistema Integrado de Gestão de Óleos Usados
SIGRE	Sistema Integrado de Gestão de Resíduos de Embalagens
SIGREEE	Sistema Integrado de Gestão de Resíduos de Equipamentos Elétricos e Electrónicos
SIGREM	Sistema Integrado de Embalagens e Resíduos de Embalagens e Medicamentos
SIMAB	Sociedade Instaladora Mercados Abastecedores, SA
SIMFO	Single Market Forum
SME	Small and Medium sized Enterprise
SME Envoy	Representante das PME
SOGILUB	Sociedade de Gestão Integrada de Óleos Lubrificantes Usados, Lda.,
SPG	Sistema de Preferências Generalizadas
SPGM	Sociedade de Investimento, S.A.
SETD	Secretário de Estado da Transição Digital
STIS	Steel, Textiles and other Industrial Sectors
TAM	Transparency Award Module
TdP	Turismo de Portugal, I.P.
TJUE	Tribunal de Justiça da União Europeia
TTE	Transportes, Telecomunicações e Energia
UE	União Europeia
UFCD	Unidades de Formação de Curta Duração
UNCITRAL	The United Nations Commission on International Trade Law
UNCTAD	Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento
UNECE	Comissão Económica das Nações Unidas para a Europa

UNILEX	Exercício de consolidação legislativa na área da gestão de resíduos
VTC	Video Conferencing
WPSMEE	Working Party on SMEs and Entrepreneurship

ÍNDICE DE FIGURAS, QUADROS E GRÁFICOS

QUADROS

Quadro I	Objetivos do QUAR-2021
Quadro II	Resultados dos indicadores do objetivo 1
Quadro III	Resultados dos indicadores do objetivo 2
Quadro IV	Resultados dos indicadores do objetivo 3
Quadro V	Resultados dos indicadores do objetivo 4
Quadro VI	Resultados do indicador do objetivo 5
Quadro VII	Resultados dos indicadores do objetivo 6
Quadro VIII	Avaliação global do serviço
Quadro IX	Recursos Humanos
Quadro X	Estrutura da despesa em 2021
Quadro XI	Comparação do orçamento disponível e executado entre 2020 e 2021
Quadro XII	Dotações orçamentais condicionadas no agrupamento 2
Quadro XIII	Atividades previstas, e realizadas pela Direção de Serviços do Comércio, Serviços e Restauração (DSCSR)
Quadro XIV	Atividades não previstas, mas realizadas pela Direção do Comércio, Serviços e Restauração (DSCSR)
Quadro XV	Autoavaliação pela Direção de Serviços do Comércio, Serviços e Restauração (DSCSR)
Quadro XVI	Atividades previstas, e realizadas pela Direção de Serviços de Sustentabilidade Empresarial (DSSE)
Quadro XVII	Atividades não previstas, mas realizadas pela Direção de Serviços de Sustentabilidade Empresarial (DSSE)
Quadro XVIII	Autoavaliação pela Direção de Serviços de Sustentabilidade Empresarial (DSSE)
Quadro XIX	Atividades previstas e realizadas pela Direção de Serviços para a Política Empresarial (DSPE)
Quadro XX	Atividades não previstas, mas realizadas pela Direção de Serviços para a Política Empresarial (DSPE)
Quadro XXI	Autoavaliação pela Direção de Serviços para a Política Empresarial (DSPE)
Quadro XXII	Atividades previstas e realizadas pela Direção de Serviços dos Assuntos Europeus (DSAE)
Quadro XXIII	Autoavaliação pela Direção de Serviços dos Assuntos Europeus (DSAE)

Quadro XXIV	Atividades previstas, e realizadas pela Direção de Serviços do Comércio Internacional (DSCI)
Quadro XXV	Atividades não previstas, mas realizadas pela Direção de Serviços do Comércio Internacional (DSCI)
Quadro XXVI	Autoavaliação pela Direção de Serviços do Comércio Internacional (DSCI)
Quadro XXVII	Atividades previstas e realizadas pela Divisão de Desenvolvimento Organizacional (DDO)
Quadro XXVIII	Autoavaliação pela Divisão de Desenvolvimento Organizacional (DDO)
Quadro XXIX	Atividades previstas, e realizadas no âmbito da Divisão de Planeamento e Apoio (DPA)
Quadro XXX	Autoavaliação pela Divisão de Planeamento e Apoio (DPA)
Quadro XXXI	Atividades previstas e realizadas no âmbito da Divisão de Relações Institucionais (DRI)
Quadro XXXII	Autoavaliação pela Divisão de Relações Institucionais (DRI)
Quadro XXXIII	Nível de realização das atividades previstas por Unidade Orgânica
Quadro XXXIV	Resultados do inquérito de satisfação por parte dos destinatários dos serviços
Quadro XXXV	Resultados do Questionário de Satisfação interno – Trabalhadores
Quadro XXXVI	Resultados do Questionário de Satisfação interno – Dirigentes intermédios
Quadro XXXVII	Avaliação do sistema de controlo interno
Quadro XXXVIII	Principais indicadores do Balanço Social

GRÁFICOS

Gráfico 1	Taxa de concretização dos objetivos
Gráfico 2	Taxa de concretização dos parâmetros
Gráfico 3	Evolução dos recursos humanos
Gráfico 4	Satisfação Global por Áreas – Trabalhadores
Gráfico 5	Satisfação Global por Áreas – Dirigentes intermédios
Gráfico 6	Percentagem de trabalhadores por escalão etário entre 2013 e 2021

I. INTRODUÇÃO

O Relatório de Atividades da Direção-Geral das Atividades Económicas foi elaborado de acordo com o estabelecido no Decreto-Lei n.º 183/96, de 27 de setembro, e nos artigos 8.º e 15.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, e tem como primeiro objetivo caracterizar a atividade desenvolvida, bem como os resultados obtidos pela Direção-Geral das Atividades Económicas no período compreendido entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2021.

A atividade da Direção-Geral das Atividades Económicas é orientada com base na missão, visão e valores estabelecidos no seu Plano de Atividades, tendo como objetivo cumprir as suas atribuições definidas em consonância com os objetivos estratégicos e operacionais constantes no QUAR e tendo em conta os recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis. O Relatório de Atividades apresenta o desenvolvimento deste trabalho, bem como uma análise sumária sobre a execução global do Orçamento de 2021. Integra a demonstração qualitativa e quantitativa dos resultados alcançados, incluindo o balanço social e o relatório de autoavaliação previsto na citada Lei.

O ano de 2021 foi novamente pautado pelo acompanhamento da atuação do Governo e das instituições europeias no contexto da pandemia de COVID-19 e do seu impacto económico. Apesar das dificuldades e incertezas, a DGAE continuou a assegurar a sua atividade, a responder a todas as solicitações e a participar e organizar as reuniões necessárias com recurso, sempre que necessário, às plataformas digitais.

Manteve-se a preocupação da DGAE de prestar a informação mais correta e atualizada aos operadores económicos nas diferentes áreas de atuação, contribuindo para o desenho das medidas de política pública que rapidamente estavam a ser implementadas, com o objetivo de conter a pandemia e manter as atividades económicas em funcionamento.

O Grupo de Acompanhamento e Avaliação das Condições de Abastecimento de Bens nos Setores Agroalimentar e do Retalho em Virtude das Dinâmicas de Mercado determinadas pela COVID-

19 continuou a reunir e permitiu monitorizar o comportamento do mercado, tendo sido considerado um meio muito útil de articulação entre as partes, não se tendo verificado, em nenhum momento, qualquer rutura do abastecimento alimentar à população em Portugal.

Ainda no contexto do combate à pandemia, a DGAE assegurou a representação do METD na “Subcomissão para acompanhamento da situação epidemiológica” no âmbito da Comissão Nacional de Proteção Civil.

Em 2021, a Central de Atendimento da DGAE prestou 4.351 atendimentos telefónicos e a caixa de correio dedicada a rececionar comunicações na área do comércio e serviços respondeu a 2.346 solicitações de operadores económicos, que se somaram a muitos outros pedidos, nomeadamente relativos a informação sobre financiamento e apoios dirigidos aos operadores económicos, que nos chegaram por outra via. Gostaria de destacar que a avaliação do grau de satisfação dos utilizadores foi, no ano 2021, de 4,6, numa escala de 1 a 5.

Os temas do comércio, serviços e restauração ocuparam, assim, uma importante parte do trabalho neste ano, dando também continuidade à consolidação das atividades decorrentes do Regime Jurídico de Acesso e Exercício de Atividades de Comércio, Serviços e Restauração (RJACSR). Em seis momentos ao longo do ano 2021, no decorrer da pandemia de COVID-19, a DGAE elaborou e disponibilizou aos operadores económicos FAQ de Comércio e Serviços, na sequência das Declarações do Estado de Emergência, suas renovações e do Estado de Calamidade. Foi muito importante a constante organização de consultas e articulação com atores nacionais e europeus para as várias medidas com impacto no aprofundamento do Mercado Único de Serviços. Neste ano foram concluídos os projetos SAMA relativos à criação de um assistente virtual da DGAE e à avaliação das políticas públicas de regulamentação das atividades de comércio, serviços e restauração, tendo sido dada continuidade aos restantes projetos de modernização administrativa.

Na linha do que se verificara no ano anterior, manteve-se o maior compromisso da DGAE com as matérias da sustentabilidade acompanhadas na perspetiva da Economia, permanecendo a economia circular no centro da estratégia económica europeia e nacional. A DGAE deu continuidade à coordenação dos trabalhos no âmbito do Grupo de Coordenação do Plano de

Ação para a Economia Circular (PAEC), em articulação com a APA, I.P. No âmbito da gestão de fluxos específicos de resíduos, a DGAE deu continuidade às atividades de licenciamento e acompanhamento das atividades desenvolvidas pelas 15 entidades gestoras licenciadas no âmbito de seis fluxos específicos de resíduos. Salientam-se, ainda, os trabalhos realizados pela DGAE relativos às propostas de alteração do quadro legal nacional em matéria de resíduos [UNILEX e transposição da Diretiva (UE) 2019/904 (Diretiva SUP)] e à elaboração da legislação acessória e documentação de orientação, necessária à operacionalização do quadro legal. A diminuição da utilização do plástico permitiu inúmeras interações para a política pública, num tema com particular importância em ano de pandemia. A gestão do «Registo Nacional de Matérias Fertilizantes Não Harmonizadas» permitiu continuar a assegurar as respostas aos pedidos dos operadores económicos. Também quanto à governação do sistema do Rótulo Ecológico da União Europeia (REUE), a DGAE continuou a assegurar a análise da conformidade das candidaturas à atribuição das licenças de utilização do REUE, dos pedidos de alteração ou de cancelamento das licenças já atribuídas, a atualização da Base de Dados nacional do REUE, assim como a resposta aos pedidos de informação das partes interessadas.

A fim de contribuir para a melhoria do desenvolvimento das atividades económicas, em 2021, na área de política empresarial, a Direção-Geral das Atividades Económicas apresentou propostas de definição de políticas públicas nas áreas de sua atuação com enfoque nas PME, empreendedorismo e no setor digital. Será ainda importante referir a participação da DGAE no trabalho de desenho da trajetória de transição ecológica e digital e nas Task Forces criadas no âmbito do Fórum Industrial e dos seus objetivos de implementação da Estratégia Industrial UE. Também o Digital corresponde a um tema transversal acompanhado pela DGAE, importando nomeadamente destacar o seu papel como ponto focal nacional do DESI, em articulação com o GEE, assegurando a coordenação da posição nacional neste instrumento privilegiado de monitorização da Estratégia 2030 para a Década Digital, assim como o contributo para a negociação do pacote que engloba o Ato dos Serviços Digitais e o Ato dos Mercados Digitais. Ao nível da OCDE, a DGAE continuou a integrar o Bureau de um importante comité de política de empresa, bem como concluiu a sua participação no projeto sobre o impacto do Investimento Direto Estrangeiro na produtividade e inovação das PME.

Relativamente às atribuições específicas na área da coordenação dos Assuntos Europeus, o ano de 2021 ficou marcado pelo exercício da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia (PPUE2021), que decorreu no primeiro semestre. Todas as Direções de Serviço contribuíram para a PPUE2021 através da preparação de elementos de apoio às reuniões do Conselho Competitividade, Grupo de Alto Nível Competitividade e Crescimento e outras reuniões normalmente acompanhadas pela DGAE. A DGAE organizou também diversos eventos de índole europeia, dos quais se destacam a “Conferência sobre Política Comercial”, “Dias da Indústria” e “Fórum do Mercado Interno”. A DGAE acolheu a visita a Portugal dos Conselheiros Económicos de todos os Estados-Membros da UE, tendo organizado um programa de visitas culturais, a empresas e à academia. A DGAE deu continuidade, não apenas à negociação dos atos legislativos europeus, mas também à transposição de várias Diretivas e execução de Regulamentos da UE em Portugal. Na área dos serviços, foi desenvolvida maior cooperação com outros Estados-Membros da União Europeia, tendo em vista a identificação de barreiras regulamentares e não regulamentares sobre a prestação de serviços transfronteiriços e o trabalho conjunto para a desmaterialização da prestação de serviços.

Em matéria de Auxílios de Estado, assinala-se o dinamismo em matéria de aplicação e utilização do «Quadro temporário relativo a medidas de auxílio estatal, em apoio da economia no atual contexto do surto de COVID-19», para além de todo o trabalho inerente ao apoio técnico prestado à Comissão Técnica de Sistema de Incentivos. Relativamente à implementação do PRR, foi necessário assegurar o enquadramento das diversas medidas de apoio às empresas em matéria de regras de auxílios estatais no âmbito do Enquadramento Nacional de Sistemas de Incentivos às Empresas.

Quanto aos aspetos de política comercial, observou-se em 2021 o agravamento da disrupção das cadeias de abastecimento e manteve-se o permanente contacto com as associações setoriais. As tensões entre a China e os Estados Unidos da América antecipam uma reconfiguração mais permanente da globalização, com possíveis aumentos dos preços para suportar objetivos de soberania tecnológica e autonomia estratégica. Também se antecipa que os custos da transição energética para fazer face à transição climática possam impactar nesta reconfiguração da globalização.

A DGAE acompanhou os trabalhos e participou em reuniões do Comité de Política Comercial da União Europeia, nas suas formações de Titulares, Suplentes, Serviços e Investimento (tendo assumido a Delegação Nacional no âmbito da Presidência Portuguesa do Conselho), Têxteis, Aço e outros Produtos Industriais e Sistema de Preferências Generalizadas. Para além da sua participação nas reuniões ao nível da UE, a DGAE promoveu sessões de esclarecimento às empresas e associações sobre temas de política comercial; elaborou e divulgou (via email, website ou LinkedIn) material informativo sobre temas de política comercial; respondeu às questões colocadas pelos operadores económicos nacionais (a maioria sobre acordos de comércio e colocação no mercado); coorganizou e participou na reunião do Grupo de Trabalho de Política Comercial e Custos de Contexto.

No que respeita à participação de Portugal na OCDE, a DGAE participou no projeto "Enabling FDI diffusion to boost SME productivity and innovation" e iniciou a colaboração no projeto "The Impact of Regulation on International Investment in Portugal: Opportunities and Challenges for Structural Reforms". Noutro âmbito, a DGAE continuou a assegurar as funções de Ponto de Contacto Nacional no contexto da aplicação das Diretrizes da OCDE para Empresas Multinacionais no contexto da Conduta Empresarial Responsável. Na vertente das relações internacionais, a DGAE preparou as pastas de apoio e outros elementos informativos no âmbito de deslocações oficiais e encontros bilaterais dos membros da área governativa da Economia e da Transição Digital.

Antes de terminar, uma referência ao início da execução do Plano de Recuperação e Resiliência e à participação da DGAE na gestão e acompanhamento de projetos no âmbito da Componente 16 "Empresas 4.0" e no Comité Coordenador desta Componente.

Não poderia deixar de referir uma última nota sobre os recursos humanos, que constituem um desafio transversal face à missão tão extensa e diversificada de temas que a Direção-Geral das Atividades Económicas acompanha. É de enaltecer uma vez mais o compromisso e forte envolvimento de toda a equipa da Direção-Geral das Atividades Económicas no cumprimento dos objetivos fixados, num ano que continuou especialmente exigente ao nível da aquisição de novas competências (digitais) e adaptação contínua a novas formas de trabalhar.

A toda a equipa, o meu muito obrigada.

A Diretora-Geral,
Fernanda Ferreira Dias

1.1. Orientações gerais e específicas prosseguidas pelo organismo

A DGAE é um serviço central da administração direta do Estado, dotado de autonomia administrativa, integrado, em 2021, no Ministério da Economia e da Transição Digital (METD) que, à data de elaboração deste Relatório passou a ter a designação de Ministério da Economia e do Mar. Contudo, referindo-se este Relatório à atividade desenvolvida em 2021, entendeu-se, por uma questão de coerência, manter a designação que então vigorava.

De acordo com o Decreto Regulamentar n.º 5/2015, de 20 de julho, a DGAE tem por **missão** a promoção e o desenvolvimento de um ambiente institucional mais favorável à competitividade e à inovação empresarial, através do apoio à conceção, execução, divulgação e avaliação de políticas do comércio e dos serviços, competindo-lhe também assegurar a coordenação das relações bilaterais, europeias e internacionais, no âmbito de atuação do METD.

No âmbito da respetiva lei orgânica, a DGAE prossegue as seguintes **atribuições**:

- Contribuir para a definição, articulação e dinamização das políticas setoriais relativas ao comércio e aos serviços, acompanhando e avaliando a execução das medidas delas decorrentes;
- Monitorizar e avaliar a execução das medidas decorrentes das políticas públicas definidas e dirigidas às atividades económicas, promovendo e participando na elaboração do respetivo enquadramento legislativo e regulamentar, sem prejuízo das competências próprias de outros serviços e organismos;
- Contribuir para a definição de políticas económicas no quadro da economia circular, nomeadamente, das aplicáveis à gestão de resíduos, propondo medidas conducentes à criação de valor económico, designadamente de valorização dos resíduos, enquanto matéria-prima secundária, colaborando na conceção e elaboração dos respetivos

instrumentos legais e regulamentares, sem prejuízo das competências próprias de outros serviços e organismos;

- Promover a adoção de políticas e de regulamentação que visem a simplificação administrativa e a redução ou eliminação dos custos de contexto para os agentes económicos, sem prejuízo das competências próprias de outros serviços e organismos;
- Preparar, apoiar e assegurar a intervenção nacional na adoção de medidas internacionais e da União Europeia, no domínio das políticas públicas económicas, incluindo a transposição de diretivas e a aplicação de regulamentos, sem prejuízo das competências do IAPMEI — Agência para a Competitividade e Inovação, I. P. (IAPMEI, I. P.), relativas à indústria e inovação;
- Assegurar a coordenação nacional para o acompanhamento da aplicação, enquanto instrumento de política económica, da Diretiva n.º 2006/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de dezembro de 2006, relativa aos serviços no mercado interno, nomeadamente, como ponto de contacto nacional para a assistência mútua e cooperação entre autoridades administrativas competentes, no quadro do Sistema de Informação do Mercado Interno;
- Acompanhar a conceção e a execução das políticas setoriais para a indústria e participar na preparação da posição nacional sobre os dossiês com relevância para a indústria a assumir nas instâncias europeias e internacionais, sem prejuízo das competências atribuídas ao IAPMEI, I. P.;
- Potenciar a criação de condições favoráveis ao desenvolvimento do empreendedorismo, da competitividade, da inovação, da sustentabilidade e da internacionalização das empresas, sem prejuízo das competências próprias de outros serviços e organismos;

- Promover a articulação da política de empresa com outras políticas públicas, visando o crescimento sustentável;
- Definir, coordenar e dinamizar, no âmbito do METD, o desenvolvimento e a adoção de instrumentos e de iniciativas estratégicas, relativas à responsabilidade social e ao desenvolvimento sustentável;
- Coordenar e dinamizar a atuação do METD em matéria de auxílios de Estado;
- Contribuir para a definição e execução das políticas que enquadram o relacionamento económico externo, em articulação com o Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE), apoiando o METD em matéria de relações internacionais e de relações com a União Europeia (UE);
- Coordenar a participação do METD no quadro dos assuntos europeus, designadamente através do acompanhamento dos processos de transposição das diretivas e de execução dos regulamentos, bem como dos processos de pré-contencioso e de contencioso da UE;
- Coordenar, propor e desenvolver atividades no âmbito da cooperação internacional, europeia e bilateral, designadamente com os países de língua oficial portuguesa, sem prejuízo das competências próprias dos órgãos e serviços do MNE;
- Assegurar o planeamento do aprovisionamento e gestão das matérias-primas e dos recursos industriais em situação de crise e de guerra e apoiar o Governo em matéria de planeamento civil de emergência, no quadro definido pelo Decreto-Lei n.º 73/2012, de 26 de março;

- Assegurar, a nível externo, a representação nacional nos grupos de trabalho correspondentes do Comité de Planeamento Civil de Emergência da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), em articulação com os serviços competentes do Ministério da Defesa Nacional.

Compete, ainda, à DGAE, durante a vigência dos contratos de contrapartidas ou de cooperação industrial celebrados entre o Estado Português e os fornecedores de material de defesa, no âmbito de programas de aquisição de equipamentos e sistemas de defesa, acompanhar a respetiva execução, em articulação com o membro do Governo responsável pela área da defesa nacional.

II. AUTOAVALIAÇÃO

2.1 *Análise dos resultados alcançados*

A análise dos resultados alcançados terá por base o definido no Plano de Atividades e no Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR) da DGAE, o qual é a base da avaliação do desempenho no âmbito da Administração Pública. Este está estruturado em objetivos estratégicos plurianuais e em objetivos operacionais anuais, os quais se relacionam com os objetivos anteriores. Os objetivos operacionais dividem-se em três parâmetros: eficácia, eficiência e qualidade.

Os objetivos estratégicos não sofreram qualquer alteração, mantendo-se os mesmos do ano anterior. Relativamente aos objetivos operacionais, para o ano de 2021, foram definidos os objetivos que constam do Quadro I. Como se pode constatar, foram definidos três objetivos operacionais de eficácia, um objetivo operacional de eficiência e dois objetivos operacionais de qualidade.

QUADRO I - Objetivos operacionais do QUAR-2021

OBJETIVOS OPERACIONAIS	OE
Eficácia	50%
O1. Reforçar a coordenação dos assuntos europeus e internacionais do METD e garantir a representação da DGAE nas estruturas nacionais e internacionais	OE1, OE2, OE3 e OE4
O2. Assegurar a implementação de medidas de simplificação e de desburocratização administrativas, incluindo as previstas no Programa SIMPLEX	OE4
O3. Contribuir para a melhoria do desenvolvimento das atividades económicas	OE1, OE2, OE3 e OE4
Eficiência	10%
O4. Garantir os prazos de resposta às solicitações dirigidas à DGAE	OE1, OE2, OE3 e OE4
Qualidade	40%
O5. Melhorar a qualidade dos serviços prestados pela DGAE	OE1, OE2, OE3, e OE4
O6. Adotar medidas de boa gestão dos trabalhadores/as	OE5

OE - Objetivos estratégicos

Dos objetivos definidos para 2021, foram classificados como relevantes os objetivos 2, 5 e 6 decorrente da aplicação do art.º 28º da Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro. Este facto implicará que estes terão maior peso no desempenho final da DGAE.

2.1.1. Resultados dos Indicadores

Para cada objetivo operacional foram definidos indicadores de desempenho com as respetivas metas. Desta forma será possível aferir em que medida esses objetivos foram alcançados. Seguidamente, serão analisados, em detalhe, os resultados alcançados em cada objetivo com base nas taxas de realização dos respetivos indicadores.

A informação de base que permite aferir os resultados alcançados em termos dos objetivos e respetivos indicadores é retirada dos quadros de acompanhamento e avaliação que foram criados para esse efeito.

OBJETIVOS DE EFICÁCIA

Quadro II – Resultados dos indicadores do Objetivo 1

O1. Reforçar a coordenação dos assuntos europeus e internacionais do METD e garantir a representação da DGAE nas estruturas nacionais e internacionais				Peso: 30%
<i>Indicadores</i>	Meta	Valor Crítico	Resultado	Taxa de Realização
Ind. 1 - Taxa de participação em reuniões planeadas	[80%;90%]	100%	90%	100%
Ind. 2 - Taxa de recomendações de atuação relevantes apresentadas	[10%;20%]	25%	17%	100%
Ind. 3 - N.º reuniões de coordenação organizadas pela DGAE no âmbito das suas competências	[43;47]	57	51	113%
Ind. 4 - N.º de eventos organizados pela DGAE para preparação da Presidência Portuguesa do Conselho da UE	[3;5]	7	6	117%

A DGAE é o organismo responsável pela coordenação das relações internacionais no âmbito do Ministério da Economia e da Transição Digital, tanto ao nível das relações multilaterais, com a União Europeia e outras organizações internacionais, como ao nível das relações económicas bilaterais. Devido a estas atribuições, foi também responsável pela coordenação da participação do Ministério nas atividades desenvolvidas no âmbito da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia, que decorreu no primeiro semestre de 2021¹.

Por esta razão, foi definido como objetivo operacional para o ano de 2021: *Reforçar a coordenação dos assuntos europeus e internacionais do Ministério da Economia e da Transição Digital e garantir a representação da DGAE nas estruturas nacionais e internacionais.*

¹ Abreviadamente PPUE2021.

Como é possível verificar no Quadro II, este objetivo foi superado, tendo em conta que dos quatro indicadores definidos, dois atingiram uma taxa de realização de 100% e dois superaram a meta prevista, alcançando uma taxa de realização de 113% e 117%.

O **indicador 1**, que mede a taxa de participação da DGAE nas reuniões que foram planeadas, alcançou um resultado de 90%, visto que a DGAE, das 395 reuniões que foram previstas realizar, em 2021, participou em 356.

Quanto ao **indicador 2**, que afere a percentagem das recomendações que são formuladas em resultado da participação nas referidas reuniões, fundamental para introduzir melhorias no trabalho realizado pela DGAE nesta matéria, o resultado alcançado foi de 17%, uma vez que no universo de 356 reuniões participadas, foram formuladas 59 recomendações.

A análise do resultado alcançado no **indicador 3** permite-nos concluir que este superou a meta planeada inicialmente. A meta deste indicador, que mede o número de reuniões de coordenação realizadas pela DGAE com outros organismos da Administração Pública, autarquias e associações e organizações representativas do tecido empresarial português, foi superada, já que foram realizadas 51 reuniões de coordenação, quanto tinham sido planeadas realizar entre 43 e 47 dessas reuniões, em 2021.

Da mesma forma, o **indicador 4**, que permite medir o número de eventos que a DGAE realizou no âmbito da PPUE2021, foi, igualmente, superado, visto que a DGAE realizou 6 eventos quando tinham sido planeados realizar entre 3 e 5 eventos no decorrer do primeiro semestre de 2021.

Quadro III – Resultados dos indicadores do Objetivo 2

O2. Assegurar a implementação de medidas de simplificação e de desburocratização administrativas, incluindo as previstas no Programa SIMPLEX				Peso: 40%
<i>Indicadores</i>	Meta	Valor Crítico	Resultado	Taxa de Realização
Ind. 5 - Taxa de execução das atividades constantes dos projetos SIMPLEX	[30%;50%]	70%	43%	100%
Ind. 6 - N.º de medidas de desburocratização e de redução dos custos de contexto a concluir em 2021	[1;3]	5	3	100%

No âmbito das medidas de simplificação administrativa e de modernização do Estado, inseridas no programa SIMPLEX e que tinham sido atribuídas à DGAE, e de desburocratização e redução dos custos de contexto para os operadores económicos, foi definido, como objetivo operacional, o **objetivo 2**.

Tendo em conta o resultado alcançado em ambos os indicadores definidos para este objetivo, é possível verificar que este foi atingido, uma vez que a taxa de realização foi de 100% em ambos.

Da leitura do quadro III, é possível verificar que o resultado alcançado no **indicador 5** foi de 43%, o que se situa no intervalo planeado entre 30% e os 50%, visto que foram realizadas as cinco atividades previstas realizar em 2021, no âmbito das seguintes medidas:

- Medida #226 – “Desmaterialização dos Certificados de Atividade Profissional”;
- Medida #262 – “Chat-Bot”
- Medida #1 – Guia para a instalação e exploração de estabelecimentos de comércio

Relativamente, ao **indicador 6**, que mede o número de medidas de desburocratização e de redução dos custos de contexto implementadas em 2021, é possível concluir que foram

implementadas 3 medidas, resultado que se situa dentro da meta planeada, entre 1 e 3. Entre essas medidas:

- O BdE foi adequado de forma a permitir fazer uma Mera Comunicação Prévia (MCP) aquando da alteração de titularidade de um conjunto comercial, de acordo com o previsto no Decreto-Lei (DL) nº10/2015, de 16 de janeiro;
- O BdE foi adequado para permitir a inserção de atividades económicas (por CAE - Classificação das Atividades Económicas Portuguesas) ainda não enquadradas no RJACSR, mas que necessitam de ser registadas para rastreamento sanitário, e.g. *darkstores* de produtos alimentares;
- O BdE foi adequado para permitir fazer uma MCP aquando da alteração de titularidade de uma GSC, se ocorrer dentro do mesmo grupo económico, de acordo com o previsto no DL nº10/2015, de 16 de janeiro.

Quadro IV – Resultados dos indicadores do Objetivo 3

O3. Contribuir para a melhoria do desenvolvimento das atividades económicas				Peso: 30%
<i>Indicadores</i>	Meta	Valor Crítico	Resultado	Taxa de Realização
Ind. 7 - N.º de propostas de formulação e avaliação da execução de políticas públicas apresentadas	[21;25]	31	31	125%
Ind. 8 - N.º de sessões de informação e capacitação junto de agentes económicos e de interlocutores institucionais	[17;21]	24	22	115%

Tendo em conta as suas competências, a DGAE pode contribuir decisivamente para a melhoria do desenvolvimento das atividades portuguesas. Por este motivo, foi assumido como objetivo operacional desta Direção-Geral, para o ano de 2021, *contribuir para a melhoria do desenvolvimento das atividades económicas*. Este indicador é monitorizado através de dois indicadores.

Da análise dos resultados alcançados nesses dois indicadores, é possível verificar este objetivo foi superado, já que o indicador 7 atingiu uma taxa de realização de 125% e o indicador 8, 115%.

No que diz especificamente respeito ao **indicador 7**, que mede o número de propostas de formulação e/ou avaliação da execução de políticas públicas nas diversas áreas de intervenção da DGAE, em 2021, permitindo, assim, aferir o contributo da DGAE para a melhoria das atividades económicas, o resultado alcançado superou a meta definida, já que foram apresentadas 31 propostas, quando tinha sido planeado apresentar apenas 23:

1. Proposta de revisão do Regulamento SPG (Sistema de Preferências Generalizadas da UE)
- Análise e proposta de posição METD
2. Alteração do Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro (artigos 148º e seguintes do RJACSR): Interconexão de dados entre a Direção-Geral das Atividades Económicas e a AT. Fundamentação para o Despacho da SEJ para disponibilização gratuita à DGAE do acesso à BDCA do IRN para efeitos do cadastro comercial
3. Proposta de seleção dos Polos de Inovação Digital e acesso à Rede Europeia
4. Autonomia Estratégica
5. Revisão da Comunicação relativa às regras em matéria de auxílios estatais para Projetos Importantes de Interesse Europeu Comum (IPCEI)
6. Estudo Artes & Ofícios - Propostas de diversas políticas públicas para este setor [Qualificação e Ensino Profissional; Cultura - Artes Patrimoniais; Registo e Certificação dos artesãos e das Unidades Produtivas Artesanais; Enquadramento da CAE dos artesãos na Nomenclatura Geral das Atividades Económicas da UE - NACE; Sistema de Incentivos]
7. Proposta de Despacho, que procede ao reconhecimento dos Polos de Inovação Digital para integração na Rede Nacional e à sua designação para acesso à Rede Europeia
8. Várias propostas de alteração ao DL que transpõe o artigo 5.º da Diretiva SUP (*Single-Use Plastics*) e altera as Leis n.ºs 66 e 67 de 2019 (DL XX/XXII/2020 - 2020.10.XX)
9. Várias propostas de alteração ao Projeto de DL que procede à transposição da Diretiva (UE) 2019/904 relativa à redução do impacto de determinados produtos de plástico no ambiente – Versão de 12 de março de 2021

10. Várias propostas de alteração ao projeto de Decreto-Lei que transpõe a Diretiva (UE) 2019/904, relativa à redução do impacto de determinados produtos de plástico no ambiente, e que altera as regras relativas aos produtos de plástico nos pontos de venda de pão, frutas e legumes – MAAC – (Reg. DL 947/XXII/2021) – Nova versão
11. Várias propostas de redação para o Projeto de transposição da Diretiva SUP - entrada em vigor da Lei n.º 76/2019 (DL 947/XXII/2021)
12. Várias propostas de alteração ao DL 947/XXII/2021 - Diretiva (UE) 2019/904, relativa à redução de determinados produtos de plástico no ambiente
13. DL 520/XXII/2020 regras a que deve obedecer a colocação no mercado de matérias fertilizantes, assegurando a execução na ordem jurídica interna das obrigações decorrentes do Regulamento (CE) n.º 2003/2003 (Alterações legislativas decorrentes dos comentários provenientes de vários Gabinetes Ministeriais].
14. Projeto de Despacho de prorrogação da licença da entidade gestora VALORMED
15. Projeto de Despacho de prorrogação da licença da entidade gestora SPV (embalagens)
16. Projeto de Despacho de prorrogação da licença da entidade gestora Novo Verde (embalagens)
17. Projeto de Despacho de prorrogação da licença da entidade gestora Electrão (embalagens)
18. Projeto de Despacho de prorrogação da licença da entidade gestora GVB
19. Projeto de Despacho de prorrogação da licença da entidade gestora VALORCAR (Baterias)
20. Projeto de Despacho de prorrogação da licença da entidade gestora SIGERU
21. Projeto de Despacho de prorrogação da licença da entidade gestora VALORCAR (VFV)
22. Projeto de Despacho de prorrogação da licença da entidade gestora VALORPNEU
23. Projeto de Despacho de prorrogação da licença da entidade gestora WEEECYCLE (REEE)
24. Projeto de Despacho de prorrogação da licença da entidade gestora Electrão (REEE)
25. Projeto de Despacho de prorrogação da licença da entidade gestora ERP (REEE)
26. Projeto de Despacho de prorrogação da licença da entidade gestora Electrão (RPA)
27. Projeto de Despacho de prorrogação da licença da entidade gestora ERP (RPA)
28. Projeto de Despacho de constituição do Grupo de Trabalho

29. Projeto de Portaria que estabelece o valor das taxas, a sua cobrança, pagamento e afetação da respetiva receita, aplicáveis a determinados procedimentos de gestão de resíduos
30. Estruturação da Agenda para a Competitividade do Comércio (em articulação com o GSECSDC e Deloitte)
31. Proposta de um Novo Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros em Táxi

Outra das formas de contribuir para o objetivo referido é promover a partilha de informação e capacitação acerca das temáticas trabalhadas pela DGAE. O **indicador 8** permite verificar o número de sessões de informação e capacitação junto dos agentes económicos e de interlocutores institucionais. Como referido, o resultado atingido superou a meta planeada, tendo em conta que foram realizadas 22 sessões de informação, quando tinha sido planeado realizar 19:

1. Plano de capacitação Programa Nacional de Apoio ao Investimento na Diáspora [PNAID]
- Ações de informação e capacitação no âmbito do RJACSR (27 de maio);
2. Plano de capacitação Programa Nacional de Apoio ao Investimento na Diáspora [PNAID]
- Ações de informação e capacitação no âmbito do RJACSR (2 de junho);
3. Plano de capacitação Programa Nacional de Apoio ao Investimento na Diáspora [PNAID]
- Ações de informação e capacitação no âmbito do RJACSR (17 de junho);
4. Plano de capacitação Programa Nacional de Apoio ao Investimento na Diáspora [PNAID]
- Ações de informação e capacitação no âmbito do RJACSR (26 de junho);
5. Plano de capacitação Programa Nacional de Apoio ao Investimento na Diáspora [PNAID]
- Ações de informação e capacitação no âmbito do RJACSR (1 de julho);
6. Plano de capacitação Programa Nacional de Apoio ao Investimento na Diáspora [PNAID]
- Ações de informação e capacitação no âmbito do RJACSR (8 de julho);
7. Plano de capacitação Programa Nacional de Apoio ao Investimento na Diáspora [PNAID]
- Ações de informação e capacitação no âmbito do RJACSR (9 de setembro);
8. *Webinar ZOOM IN... O Mercado do Reino Unido no Negócio da Moda*;
9. Conferência online “A Hotelaria depois do Brexit”;
10. Workshop para Entidades candidatas a *Digital Innovation Hub*;

11. *Live Promocional EU Ecolabel* no Instagram "Consumo Consciente e Desenvolvimento Sustentável";
12. Sessão Espaço Empresa RJACSR - Formação de Mediadores e IAPMEI;
13. Sessão Esclarecimentos RJACSR - Equipa IAPMEI que acompanha Projetos de Incentivos;
14. *Seminars and train the trainers workshops for Access2Markets*;
15. *Taking advantage of public procurement opportunities in Canada: A training session for European companies*;
16. *Seminars and train the trainers workshops for Access2Markets* (27 de maio);
17. *Seminars and train the trainers workshops for Access2Markets* (28 de setembro);
18. *Seminars and train the trainers workshops for Access2Markets* (17 de novembro);
19. Sessão sobre a trajetória de transição do ecossistema das Indústrias Intensivas em Energia;
20. Sessão de Esclarecimento com a CCP sobre a aplicação prática do Decreto-Lei n.º 102-D/2020, de 10 de dezembro;
21. Evento "#REUE2021 | Promover uma transição sustentável";
22. *Fly me to the moon* - uma visita guiada ao "Objetivo 55".

OBJETIVOS DE EFICIÊNCIA

Quadro V – Resultados dos indicadores do Objetivo 4

O4. Garantir os prazos de resposta às solicitações dirigidas à DGAE				Peso: 100%
<i>Indicadores</i>	Meta	Valor Crítico	Resultado	Taxa de Realização
Ind. 9 - Taxa de pareceres relevantes emitidos dentro do prazo	[94%;98%]	100%	99,6%	123%
Ind. 10 - Taxa de solicitações respondidas com caráter substantivo dentro do prazo	[94%;98%]	100%	99,5%	122%

A resposta da DGAE a todos os pedidos de parecer técnico-jurídicos e de solicitações que são dirigidos às diversas unidades orgânicas é uma das principais áreas de trabalho da DGAE e é fundamental que essa resposta seja efetuada da forma mais eficiente possível, cumprindo os prazos definidos. Por esta razão, foi definido para 2021 o **objetivo 4**: *Garantir os prazos de resposta às solicitações dirigidas à DGAE.*

Da análise dos resultados verificados nos dois indicadores identificados para este objetivo, é possível afirmar que este foi superado, uma vez que os indicadores registaram taxas de realização, respetivamente, de 123% e 122%.

Relativamente ao **indicador 9**, é possível constatar que a percentagem de pareceres relevantes emitidos dentro do prazo foi de 99,6%, acima da meta definida. Dos 767 pedidos de parecer recebidos em 2021, 764 foram respondidos dentro do prazo.

Também no que diz respeito ao **indicador 10**, que mede o número de solicitações respondidas com caráter substantivo, o resultado alcançado superou a meta definida inicialmente, já que 99,5% dessas solicitações foram respondidas dentro do prazo: das 3298 solicitações recebidas em 2021, 3282 foram respondidas dentro do prazo.

OBJETIVOS DE QUALIDADE

Quadro VI – Resultados do indicador do Objetivo 5

O5. Melhorar a qualidade dos serviços prestados pela DGAE				Peso: 50%
<i>Indicadores</i>	Meta	Valor Crítico	Resultado	Taxa de Realização
Ind. 11 - N.º de conteúdos publicados no Website da DGAE	[265;285]	360	348	121%
Ind. 12 - Grau de satisfação dos/as utilizadores/as que solicitam esclarecimentos no âmbito do RJACSR	[3,0;3,6]	5	4,6	119%

A melhoria contínua dos serviços prestados pela DGAE é um elemento essencial para a implementação das suas atividades e para a concretização dos objetivos definidos por esta Direção-Geral. É por esta razão que foi definido o **objetivo 5: Melhorar a qualidade dos serviços prestados pela DGAE**.

Com base nos resultados alcançados nos dois indicadores que fazem parte deste objetivo, é possível concluir que o mesmo foi superado, visto que ambos indicadores ultrapassaram a respetiva meta, obtendo taxas de realização de 121% e de 119%.

Relativamente ao **indicador 11**, que mede o número de conteúdos que foram publicados no website da DGAE, em 2021, é possível verificar, como referido, que o resultado alcançado superou a meta, visto que foram publicados 348 conteúdos, quando o intervalo definido inicialmente como meta se situava entre 265 e 285 conteúdos publicados.

O **indicador 12** pretende aferir o grau de satisfação dos utilizadores relativamente aos esclarecimentos que recebem por parte da DGAE. Para o efeito, foi elaborado e implementado

um inquérito de satisfação a todos os utilizadores que solicitaram esclarecimentos à DGAE, no decorrer do ano, relacionados com as diversas áreas de intervenção da Direção-Geral. Esse inquérito foi implementado por intermédio do envio de uma hiperligação inserida no correio eletrónico de resposta ao esclarecimento solicitado, que permite aos utilizadores classificar a sua satisfação numa escala de *Likert*. Tendo em conta o resultado obtido, é possível verificar que a meta foi amplamente ultrapassada, já que o grau de satisfação foi de 4,6, face ao intervalo planeado: de 3,0 a 3,6.

Quadro VII – Resultados dos indicadores do Objetivo 6

O6. Adotar medidas de boa gestão dos trabalhadores/as				Peso: 50%
<i>Indicadores</i>	Meta	Valor Crítico	Resultado	Taxa de Realização
Ind. 13. - N.º de medidas que contribuem para a melhoria da cultura organizacional, conciliadoras da vida profissional e pessoal, bem como para a promoção da saúde e do bem-estar no local de trabalho e a motivação dos/as trabalhadores/as	[2;4]	6	3	100%

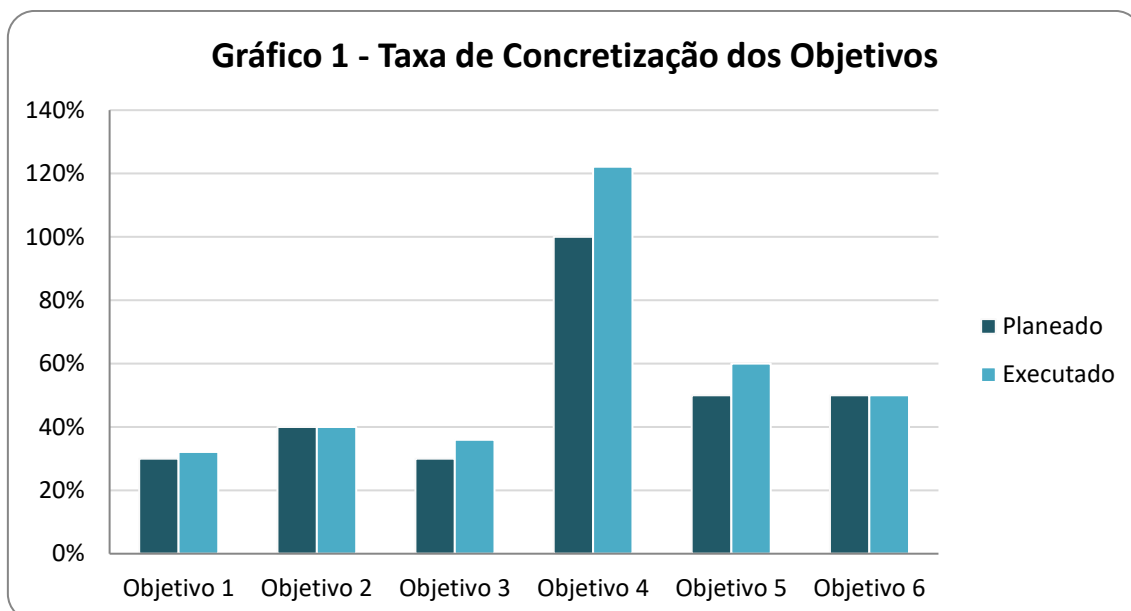
A gestão dos recursos humanos da DGAE é fundamental para que esta concretize os objetivos definidos e que a qualidade do trabalho realizado seja melhorada continuamente, pois esta permite satisfazer as necessidades dos trabalhadores através de um conjunto diversificado de áreas. Por esse motivo, foi definido o **objetivo 6**, *adotar medidas de boa gestão dos trabalhadores/as*.

Através da análise do quadro VII, é possível concluir que o objetivo foi alcançado, já que o único indicador identificado para este objetivo obteve uma taxa de realização de 100%.

De facto, o **indicador 13**, que mede o número de medidas implementadas num conjunto diversificado de áreas alcançou a meta prevista, já que foram implementadas 3 medidas em 2021, o que se insere no intervalo definido para a respetiva meta, 2 a 4 medidas.

2.1.2. Resultados dos objetivos e dos parâmetros

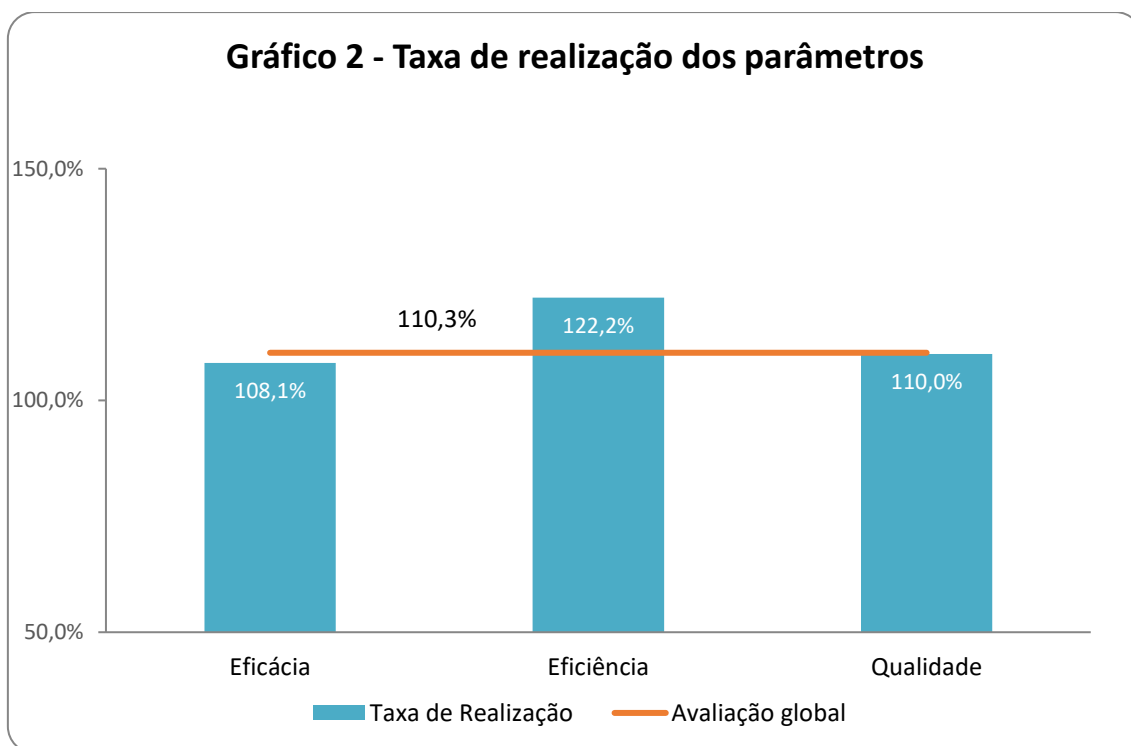
A taxa de concretização dos objetivos identificados para o ano de 2021, calculada com base na taxa de realização dos indicadores que foram definidos para cada um desses objetivos, permite-nos verificar, como se pode constatar no Gráfico 1, que os resultados foram superados em quatro dos seis objetivos identificados, nomeadamente nos objetivos 1, 3, 4 e 5, tendo sido atingidos os resultados relativos aos objetivos 2 e 6.



No que diz respeito à taxa de concretização dos parâmetros **Eficácia**, **Eficiência** e **Qualidade**, como se pode verificar no Quadro VIII e no gráfico 2, foi superada em cada um desses parâmetros tal como planeado.

QUADRO VIII - Avaliação global do serviço

	Eficácia	Eficiência	Qualidade
Planeado	50,0%	10,0%	40,0%
Executado	54,1%	12,2%	44,0%
Avaliação global	110,3%		



Em 2021, tendo em conta a autoavaliação realizada, referida anteriormente, os resultados alcançados em termos dos objetivos definidos para a DGAE e os respetivos indicadores (em que foi superada a maior parte dos objetivos, visto terem sido ultrapassadas as metas em 8 dos 13 indicadores respetivos), é possível concluir que a taxa de concretização global foi de **110,3%**, valor que a situa acima dos 109,6%, registada em 2020.

2.2 Análise dos desvios relativamente aos recursos

2.2.1. Recursos Humanos

O quadro IX contém informação sobre os recursos humanos existentes na DGAE à data de 31 de dezembro de 2021, por carreiras e cargos dirigentes, e compara o número de recursos humanos efetivos apurados nessa data com o planeado em sede de QUAR 2021, identificando os desvios em relação ao ano de 2020.

Dos 129 postos de trabalho que integram o mapa de pessoal aprovado para a DGAE, verificou-se que estavam preenchidos 100 postos de trabalho, o que representa menos 22% do que consta do mapa de pessoal. Como se pode verificar, é nas carreiras técnica superior, menos 27%, e assistente técnico, menos 30%, que esse desvio é mais acentuado, em parte, sobretudo no caso da carreira técnica superior, porque o recrutamento de recursos humanos com o perfil técnico para essa carreira é mais difícil.

QUADRO IX – Recursos Humanos

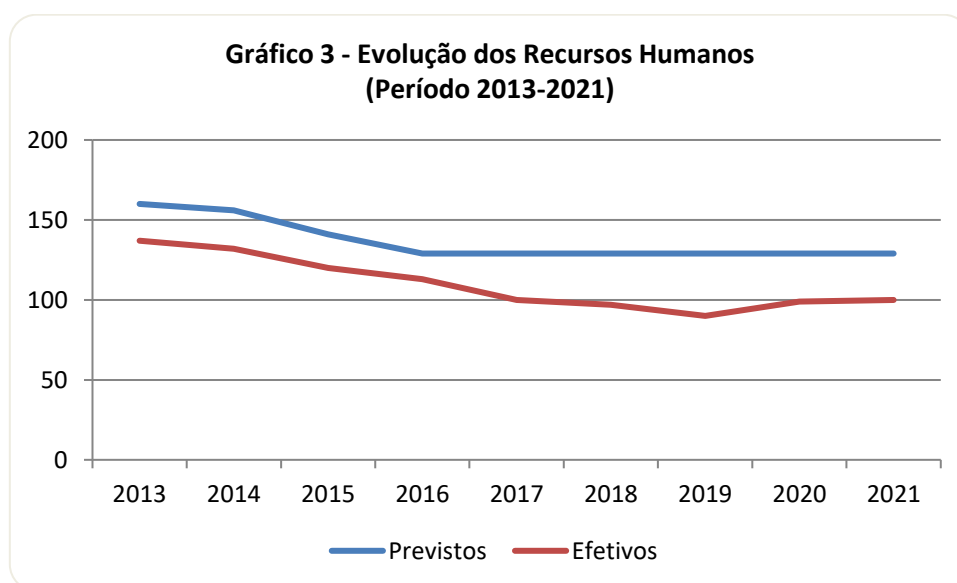
Cargo/Carreira	2020	2021		Desvio		Desvio %	
	Efetivos	Planeado	Efetivos	Planeado	2020	Planeado	2020
Direção Superior	2	2	2	0	0	0%	0%
Direção intermédia	18	18	18	0	0	0%	0%
Técnico Superior (*)	56	83	61	-22	5	-27%	9%
Assistente Técnico (**)	18	20	14	-6	-4	-30%	-22%
Assistente Operacional	5	6	5	-1	0	-17%	0%
Total	99	129	100	-29	1	-22%	1%

(*) - Inclui especialistas de informática

(**) - Inclui técnicos de informática

No entanto, com base no gráfico 3, é possível verificar que a tendência de aumento do número de trabalhadores, iniciada em 2020, que inverteu uma tendência de decréscimo desse número registada nos 7 anos anteriores, continuou em 2021, apesar do aumento do número de

trabalhadores em relação a período homólogo de 2020 ter sido apenas de 1% (ver quadro IX). Como se pode constatar no quadro IX, o maior aumento registou-se ao nível da carreira técnica superior, 9%.



Em termos de entradas e saídas de trabalhadores na DGAE, verificou-se a saída de 22 trabalhadores, com a seguinte distribuição: 10 em regime de mobilidade interna, 4 para aposentação, 2 em regime de cedência, 1 por conclusão sem sucesso do período experimental, 1 em comissão de serviço, 5 noutras situações². Por outro lado, registou-se a entrada de 24 trabalhadores, dos quais 8 por mobilidade interna, 6 por procedimento concursal, 2 por regresso de licença sem vencimento ou de período experimental e 8 noutras situações. Resulta, assim,

² O Balanço Social não discrimina as outras situações (como seja, licenças sem vencimento, comissões de serviço em lugares de chefia ou funções em Gabinetes de membros do Governo), o que seria importante para se ter uma noção mais precisa dos motivos que levam à saída de trabalhadores.

que o saldo das entradas e saídas de trabalhadores na DGAE foi positivo, já que se verificou uma taxa de reposição 104%³ (Quadro XXXVIII).

Apesar da melhoria em termos da rotatividade dos recursos humanos da DGAE, visto o índice de rotatividade ter sofrido uma redução quando comparado com 2020, a rotatividade continua a ser bastante elevada, 69%⁴. Este facto tem consequências contraproducentes nos serviços a vários níveis: perda de conhecimento adquirido, custos (diretos e indiretos) associados aos processos de substituição de trabalhadores, tempo necessário para adaptação e formação dos novos trabalhadores até que consigam adquirir o conhecimento necessário.

2.2.2. Recursos Financeiros

No quadro X temos uma síntese do orçamento da DGAE para o ano de 2021, com informação relativa aos principais agrupamentos de despesa, com as dotações iniciais e corrigidas e com a respetiva execução, sendo de assinalar desde logo a taxa de execução global do orçamento que atingiu os 84,6%, face ao orçamento disponível, superior à do ano anterior, que tinha sido de 69,8%, como é possível comparar no quadro XI⁵.

Apenas 3 agrupamentos de despesa têm um peso significativo no orçamento da DGAE. Por ordem decrescente: as despesas com pessoal, as aquisições de bens e serviços e as aquisições de capital.

O nível de execução das despesas com pessoal foi bastante elevado (97,9%), superior à execução verificada nos últimos 4 anos (só em 2019 é que foi superior, com 99,9%), mas com uma dotação orçamental disponível 18,4% inferior à do ano anterior.

³ Os números das entradas e saídas de trabalhadores aqui indicados correspondem aos do Balanço Social. A taxa de reposição é positiva quando é superior a 100% (quando se verificam mais entradas do que saídas de trabalhadores) e negativa quando é inferior a 100%.

⁴ A fórmula de cálculo do índice de rotatividade (ou de mobilidade) é dada pela expressão:

$$\frac{\text{Total de efetivos em 31 de dezembro}}{\text{Total inicial de efetivos + entradas + saídas}} \times 100$$

A rotatividade será, assim, maior quanto mais próximo de 0% e menor quanto mais próximo de 100%.

⁵ Superior também à execução de 2018 (com 84,2%) e à de 2019 (com 69,9%).

Quadro X - Estrutura da despesa em 2021

Unidade: Euro

GRUPOS DE DESPESA	2021							
	Inicial		Disponível		Executado		Taxa de execução	Desvio
	Valor	%	Valor	%	Valor	%		
Despesas com pessoal	4 587 517	72,89%	3 755 026	64,89%	3 675 870	75,10%	97,89%	79 156
Aquisição de bens e serviços	1 032 222	16,40%	1 279 741	22,12%	739 396	15,11%	57,78%	540 345
Juroa e outros encargos	0	0,00%	50	0,00%	31	0,00%	62,00%	19
Transferências correntes	4 900	0,08%	40 057	0,69%	29 864	0,61%	74,55%	10 193
Outras despesas correntes	4 518	0,07%	4 926	0,09%	2 040	0,04%	41,41%	2 886
Aquisições de bens de capital	664 646	10,56%	706 790	12,21%	447 623	9,14%	63,33%	259 167
Total	6 293 803	100,00%	5 786 590	100,00%	4 894 824	100,00%	84,59%	891 766

Fonte: SGE

As aquisições de capital tiveram uma execução de 63,3%. Neste agrupamento estão incluídos os seguintes projetos cofinanciados pela União Europeia, no âmbito do Sistema de Apoio à Modernização Administrativa (SAMA) que tinham um peso no agrupamento de 77,2%, face ao orçamento inicial:

- Avaliação e Análise das Políticas Públicas de Regulamentação das Atividades de Comércio, Serviços e Restauração- Este projeto tinha sido orçamentado em 73.469 €, tendo sido pago o montante de 92.127 €, ficando o mesmo concluído em 2021.
- Chatbot – Assistente virtual – Este projeto, que também foi concluído em 2021, tinha sido orçamentado em 150.000 €, tendo tido uma execução de 53.407 €.
- Plataforma de suporte ao Mapa do Comércio Serviços e Restauração – Este projeto, que se iniciou em 2021, teve uma execução de 19.434 €, quando tinha sido feita uma previsão orçamental de 289.577 €.

Dada a disponibilidade orçamental no âmbito das rubricas de capital associadas a estes projetos, foram feitos pagamentos no âmbito do projeto de Gestão Documental, incluindo também numa candidatura SAMA, liderada pela SGE, relativamente a serviços que estavam ainda por liquidar,

assim como da manutenção, no segundo semestre de 2021, do referido sistema de gestão documental, que totalizaram 147.610 €.

Quadro XI – Comparação do orçamento disponível e executado entre 2020 e 2021

Unidade: Euro

GRUPOS DE DESPESA	Disponível		Executado	
	Desvio (2021-2020)	%	Desvio (2021-2020)	%
Despesas com pessoal	-847 320	-18,41%	147 586	4,18%
Aquisição de bens e serviços	310 715	32,06%	-15 132	-2,01%
Juros e outros envatgos	50	-	31	-
Transferências correntes	35 777	835,91%	25 584	597,78%
Outras despesas correntes	2 426	97,04%	2 040	-
Aquisições de bens de capital	-189 860	-21,17%	207 292	86,25%
Total	-688 212	-10,63%	367 401	8,12%

Fonte: SGE

As aquisições de bens de capital relativas a estes 4 projetos totalizaram, assim, 312.578 €, nas fontes de financiamento 351 - Receitas de impostos afetas a projetos cofinanciados – FEDER, com 127.404 €, 353 - Receitas de impostos afetas a projetos cofinanciados – FSE, com 92.127 €, 411 - FEDER - Competitividade e Internacionalização, com 73.813 € e 441 - Fundo Social Europeu – Competitividade e Internacionalização, com 19.434 €. Daqui se extraem duas conclusões: a execução das aquisições de capital foram influenciadas essencialmente pela execução destes projetos (apenas 60,9% em relação ao orçamento inicial), essencialmente devido ao atraso no início do projeto “Plataforma de suporte ao Mapa do Comércio Serviços e Restauração”; a generalidade dos pagamentos (70,2%) foi feita com verbas com origem nacional e apenas 29,8% com verbas provenientes de fundos europeus, onerando assim o orçamento da DGAE, que teve, assim, de alocar fundos disponíveis para esse efeito.

Nas aquisições de bens e serviços verificaram-se fortes constrangimentos à execução (que atingiu os 57,8%), desde logo pela utilização condicionada das dotações orçamentais (por via dos cativos), decorrentes do estipulado no art.º 3.º da Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro,

Lei do Orçamento de Estado (LOE) para 2021, resultando numa redução de 37,5% e 23%, nas fontes de financiamento 311 - receitas de impostos não afetas a projetos cofinanciados e 515 - receitas próprias do ano com possibilidade de transição, respetivamente, relativamente à proposta do orçamento inicial, conforme se apresenta no quadro XII.

Quadro XII – Dotações orçamentais condicionadas no agrupamento 2

Unidade: Euro

AGRUPAMENTO 2	FF 311			FF 515			Total	
	Dotação inicial	Cativos		Dotação inicial	Cativos		Cativos	
		Valor	%		Valor	%	Valor	%
Aquisição de bens	29 500	24 597	83,4%	300	45	15,0%	24 642	83,5%
Aquisição de serviços	950 854	342 511	36,0%	36 568	8 436	23,1%	350 947	36,9%
Total	980 354	367 108	37,4%	36 868	8 481	23,0%	375 589	38,3%

Fonte: SGE

Nos últimos anos, fruto das restrições orçamentais, o orçamento da DGAE para a aquisição de bens e serviços tem vindo a ser progressivamente menor (verificando-se uma quebra na ordem dos 23,3%, entre 2017 e 2021), o que significa que a dotação orçamental deste agrupamento está reduzida ao mínimo essencial para assegurar o funcionamento desta Direção-Geral. Deste modo, qualquer redução nos montantes orçamentados impossibilita o cumprimento de parte das obrigações já contratualizadas, assim como a realização de novas contratações.

No entanto, verifica-se que, na realidade, houve rubricas de classificação económica deste agrupamento com uma cativação superior à média indicada no quadro XII. Isto porque a rubrica de despesa que suporta o encargo com as rendas, no montante de 522.353 € (que tem um peso significativo do total das aquisições de bens e serviços, representando 50,6% do orçamento inicial) não foi objeto de cativação. Isto significa que as restantes rubricas deste agrupamento tiveram na prática com uma cativação média de 82%. Com este nível de redução orçamental é

impossível cumprir compromissos e, conseqüentemente, ter uma execução superior à verificada.

Mas a LOE para 2021 impôs outras restrições nas aquisições de serviços, previstas no Art. 69.º. Por um lado, os encargos globais pagos com contratos de aquisição de serviços não podiam ultrapassar os encargos globais pagos em 2020. Por outro lado, os valores pagos por contratos de aquisição de serviços e os compromissos assumidos que, em 2021, fossem renovados ou celebrados com idêntico objeto de contrato vigente em 2020, não podiam ultrapassar, na sua globalidade, o montante pago em 2020.

Esta situação foi algo atenuada com a abertura de um crédito especial por incorporação de receita própria, no montante de 213.640 €⁶, o qual foi aprovado por despacho do Secretário de Estado Adjunto e da Economia, datado de 05-08-2021.

A Secretária de Estado do Orçamento também autorizou, mas já no final do ano, mais concretamente em 25-11-2021, através do despacho n.º 1664/2021/SEO, o reforço do agrupamento 2, aquisição de bens e serviços, com contrapartida do agrupamento 7, aquisição de bens de capital, no valor de 98.495 €, assim como a dispensa de cativação adicional subjacente a esse reforço, num valor estimado de 14.774 €. Autorizou, igualmente, a descativação parcial do agrupamento 2, na fonte de financiamento de receitas de impostos, no valor de 20.000 €, para reforço das dotações do mesmo agrupamento e, ainda, a dispensa do n.º 1 do Art.º 69.º da LOE de 2021, até ao montante autorizado no referido despacho, no valor de 118.495 €.

⁶ O valor da receita orçamentada tinha sido de 92.825 € e apresentava um saldo de receitas próprias no valor de 306.465 €.

2.3 Atividades desenvolvidas, previstas e não previstas no Plano de Atividades

O Plano de Atividades da DGAE, para 2021, definiu o conjunto de atividades consideradas necessárias realizar pelas unidades orgânicas da DGAE para a prossecução dos objetivos definidos.

A par destas atividades planeadas, devido a solicitações de diversa índole ou orientações efetuadas pela Tutela, realizaram-se outras atividades, não planeadas nesse documento, a maior parte das quais, apesar disso, enquadram-se nos referidos objetivos. Além destas, realizaram-se, igualmente, outras atividades que não se enquadram nesses objetivos, as quais não deixaram de contribuir significativamente para o desempenho das unidades orgânicas.

O presente capítulo tem como objetivo apresentar as atividades realizadas em 2021 e analisar os respetivos níveis de realização, tanto das atividades planeadas como das não planeadas.

2.3.1. Atividades desenvolvidas pelas Unidades Orgânicas

Os quadros apresentados nas próximas páginas destinam-se a apresentar, por unidade orgânica, a síntese das atividades realizadas, em 2021, assim como as respetivas autoavaliações. O nível de realização das atividades é classificado de acordo com a seguinte legenda:

- R – Realizada
- NR – Não realizada
- T – Transferida para outra unidade orgânica.

QUADRO XIII
ATIVIDADES PREVISTAS E REALIZADAS PELA DIREÇÃO DE SERVIÇOS DO COMÉRCIO, SERVIÇOS E RESTAURAÇÃO (DCSR)

Matriz de objetivos e atividades da DCSR									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
1	[O1] Reforçar a coordenação dos assuntos europeus e internacionais do METD e garantir a representação da DGAE nas estruturas nacionais e internacionais	20%	11	Taxa de Participação em reuniões planeadas (QUAR DGAE - Ind 1)	[80%-90%]	50%	Assegurar participação ou preparação de reuniões planeadas - Mercado Interno de Serviços.	R	2 reuniões do Grupo de Peritos da DS; 15 no âmbito do SMET/SHERPA (2 reuniões gerais; 7 reuniões temáticas; 6 reuniões de preparação com as autoridades competentes). ; 3 reuniões do Grupo Like-minded

Matriz de objetivos e atividades da DSCSR									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Assegurar a participação da DGAE na Plataforma de Acompanhamento das Relações da Cadeia Agroalimentar (PARCA).	R	Realização de 2 reuniões plenárias da PARCA – Plataforma de Acompanhamento das Relações da Cadeia Alimentar, nos dias 04.03.2021 e 08.07.2021, com a participação do Secretário de Estado do Comércio, Serviços e da Defesa do Consumidor, do Secretário de Estado das Comunicações e do Secretário de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural. Constituição de uma subcomissão específica no âmbito da PARCA, dedicada ao setor do leite e produtos lácteos, na qual a DGAE está representada; Esta Subcomissão reuniu 5 vezes durante o ano 2021.

Matriz de objetivos e atividades da DCSR									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Assegurar a representação da DGAE na Comissão Consultiva para a Certificação de Produtos Tradicionais (CCCPAT).	R	Foram apresentadas 2 solicitações em 2021, relativamente às quais se emitiram os pareceres devidos: Caderno de Especificações da Louça Preta de Molelos e Caderno de Especificações da Camisola Poveira. solicitações entradas em 2021.
							Assegurar a representação da DGAE no Conselho Superior de Estatística (CSE).	NR	Não houve nenhuma reunião do CSE, cuja convocatória não depende desta Direção-Geral.
							Assegurar a representação da DGAE no Conselho Consultivo de Ourivesaria.	R	A DGAE assegurou a participação nas duas reuniões do Conselho Consultivo de Ourivesaria.
							Assegurar a representação da DGAE no Grupo de Trabalho Recomendações para Alteração do RJOC.	R	100%. A DGAE esteve presente na reunião realizada em 01.06.2021, do GT Alteração do RJOC – contributos da DGAE para a revisão do RJOC.

Matriz de objetivos e atividades da DSCSR									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Assegurar a representação da DGAE na Comissão de Acompanhamento do Protocolo entre os MF, MS, ME e a APIFARMA.	T	Esta Comissão não reuniu em 2021. Por email, de 17.11.2020, a Direção da DGAE indicou ao GSECSDC a DSPE como representante da DGAE nesta Comissão, tendo transitado para a competência da DSPE.
							Assegurar a representação da DGAE nos Conselhos Setoriais para a Qualificação (CSQ).	R	100%. Nomeação das representantes da Direção-Geral no Conselho Setorial para a Qualificação “Comércio e Marketing”; 1ª Reunião do CSQ “Comércio e Marketing”, em 14.06.2021; 1ª Reunião dos “CSQ Saúde e Serviços à Comunidade” e “CSQ Serviços Pessoais”, em 28.07.2021

Matriz de objetivos e atividades da DCSR									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Assegurar a representação da DGAE no <i>Steering Committee</i> do Espaço Empresa.	R	Foi ministrada aos Mediadores de Atendimento do Espaço Empresa (IAPMEI), em 01.10.2021, uma ação de formação sobre o Regime Jurídico de Acesso e Exercício de Atividades de Comércio, Serviços e Restauração (RJACSR).
							Assegurar a representação da DGAE na task-force com a AMA e DGERT para a implementação da desmaterialização das atividades (DS) e Plataforma Digital Única/PDU (<i>Single Digital Gateway</i>), no que refere ao seu anexo I "N. Serviços"	R	Foram asseguradas 20 reuniões.

Matriz de objetivos e atividades da DCSR									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Assegurar a representação da DGAE nas Conferências Procedimentais de acompanhamento dos planos de urbanização e dos planos de pormenor, nos termos do art.86º do DL 80/2015, de 14 de maio [Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial].	R	Reuniões das Comissões Operacionais do Fórum Intersectorial do PNPOT, em 14-05-2021; Contributos para inserir na Plataforma da Consulta Pública do PNPOT - Medida E 3.5 Dinamizar e revitalizar o comércio e os serviços.
							Assegurar o funcionamento da Comissão de Investimentos (CI) do Fundo de Modernização do Comércio (FMC) e participar no Grupo de Trabalho Comércio Investe.	NR	Este GT não reuniu em 2021.A DGAE é alheia ao facto.
							Assegurar a representação da DGAE no Grupo de Trabalho de reavaliação do Regime legal das Autorizações de Laboração Contínua.	NR	Este GT, constituído em 2021, não chegou a reunir. A DGAE é alheia ao facto.

Matriz de objetivos e atividades da DCSR									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Assegurar participação em equipas de trabalho conjuntas com a AMA na disponibilização e melhoria dos conteúdos relativos à atividade de comércio, serviços e restauração no Balcão do Empreendedor (BdE.)	R	A DGAE, através das DCSR/DAP assegurou, mensalmente, esta articulação com a AMA, quer através de reuniões presenciais na AMA e na DGAE, quer através de <i>conference call</i> .
							Assegurar a representação da DGAE no Observatório dos Serviços (Fórum Serviços - CCP)	R	Assegurou a representação da DGAE em 2 reuniões deste Observatório e participou na mesa redonda "Os espaços urbanos e o Comércio: o Papel do Digital e do urbanismo comercial".
							Assegurar a representação da DGAE no Grupo de Trabalho para a modernização do setor do transporte público de passageiros em automóvel ligeiro, focado no setor do táxi - Despacho n.º 6560/2020, de 23 de junho.	R	O Despacho n.º 6560/2020, do Gabinete do Secretário de Estado da Mobilidade, criou o Grupo de Trabalho para a modernização do setor do transporte público de passageiros em automóvel ligeiro, focado no setor do táxi. A DGAE participou em todas as reuniões deste Grupo, por força das suas competências no âmbito exclusivo da Convenção de Preços para o serviço de transporte em táxi. Este

Matriz de objetivos e atividades da DSCSR									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
									grupo concluiu os seus trabalhos em dezembro de 2021.
			12	Taxa de recomendações de atuação relevantes apresentadas (QUAR DGAE - Ind 2)	[10%-20%]	23%	Efetuar propostas de recomendações relevantes, decorrentes da participação em Grupos de Trabalho, Conselhos Setoriais e de Acompanhamento e de reuniões no âmbito do Mercado Interno de Serviços.	R	No âmbito do Mercado Único de Serviços foram efetuadas 8 propostas de recomendação.
			13	N.º de reuniões de coordenação organizadas pela DSCSR no âmbito das suas competências (QUAR DGAE - Ind 3)	[14-16]	25%	Promover a execução de consultas e articulação com atores nacionais e europeus com impactos no aprofundamento do Mercado Único de Serviços.	R	Foram realizadas: 5 consultas a outros Estados - Membros (EM); 3 non papers com EM; 6 respostas dadas a outros EM e COM.

Matriz de objetivos e atividades da DSCSR									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Promover ações conjuntas com operadores económicos, associações da sociedade civil e outros organismos públicos.	R	Em seis momentos ao longo do ano 2021, no decorrer da pandemia de COVID-19, a DGAE elaborou e disponibilizou aos operadores económicos, FAQ de Comércio e Serviços, na sequência das Declarações do Estado de Emergência, suas renovações e do Estado de Calamidade.
			14	Prazo médio para apresentação dos relatórios das reuniões efetuadas nas estruturas internacionais (dias úteis)	5	2%	Apresentar informações de serviço com relatórios das reuniões efetuadas nas estruturas internacionais.	NR	Os relatórios da DS são bastante densos e, frequentemente, servem de sustentação de adoção de políticas para a área do Mercado Interno de Serviços (vide Grupo de Peritos da Diretiva Serviços), os mesmos são mais demorados pelo que não é possível dar resposta no prazo indicado. Contudo, já no âmbito do Grupo dos Sherpas é possível realizar relatos mais breves enquadrados no prazo previsto.

Matriz de objetivos e atividades da DSCSR									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
2	[O2] Assegurar a implementação de medidas de simplificação e de desburocratização administrativas incluindo as previstas no Programa Simplex	20%	15	Taxa de execução das atividades constantes dos projetos SIMPLEX (QUAR DGAE - Ind 5)	[30%-50%]	50%	Promover a conclusão da execução do projeto SAMA "Chatbot-assistente virtual" Medida Simplex #232 - Atendimento aos consumidores e às empresas + Simples.	R	Esta medida foi concluída, em todas as suas vertentes - DGAE/DSCSR, DGAE/outras direções de serviço, DGC- em 30/07/2021, após 30 reuniões de trabalho, em que a DSCSR coordenou os trabalhos entre a empresa prestadora de serviços - LinkConsulting - as outras direções de serviço (DSPE e DSSE) e a Direção-Geral do Consumidor.

Matriz de objetivos e atividades da DSCSR									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Assegurar a execução da medida Medida Simplex # 1 - Guia para a instalação e exploração de estabelecimentos de comércio	R	Esta medida visa disponibilizar no portal ePortugal um guia interativo que vai reunir toda a informação relevante para apoiar os operadores económicos que pretendam abrir um estabelecimento de comércio a retalho ou por grosso, enquadrado pelo RJACSR. Este projeto foi iniciado este ano, contudo e atendendo a que se irá proceder a uma alteração do RJACSR, o mesmo só será concluído em 2022.

Matriz de objetivos e atividades da DCSR									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Assegurar a execução do projeto SAMA "Mapa do Comércio, Serviços e Restauração" Medida Simplex # 8 - Mapa CSR - Desenvolvimento e disponibilização de uma plataforma tecnológica que suportará uma base de dados georreferenciada dos estabelecimentos de comércio, serviços e restauração.	R	Encontra-se em curso o estabelecimento de projeto de Protocolo com o IRN e a proposta de alteração legislativa do Decreto-Lei n.º 10/2015, como forma definir mecanismos de partilha (com AT e IRN) da informação proveniente da IES, do cadastro da AT e do FCPC. Procedeu-se à manifestação de necessidades e respetiva contratação da Atividade 1.
			16	N.º de Medidas de desburocratização e de redução de custos de contexto a concluir em 2021 (QUAR DGAE - Ind 6)	[1-3]	40%	Assegurar a conclusão da execução do projeto SAMA "Avaliação das políticas públicas de regulamentação das atividades de comércio, serviços e restauração".	R	No decurso de 2021, foram realizadas 5 reuniões com a equipa NOVA IMS para a Avaliação de Políticas. Reunião com a Câmara Municipal de Lisboa e o IAPMEI sobre licenciamento de cozinhas domésticas; com a APDEL para análise da proposta de revisão da legislação da atividade leiloeira; 3 reuniões com a DGAV sobre revisão das normas alimentares constantes do RJACSR; 2 reuniões com a ACIB – Associação Cabeleireiros e Institutos de Beleza para integração do setor no RJACSR; 2 reuniões com a DGAV para enquadramento da venda de

Matriz de objetivos e atividades da DCSR									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
								medicamentos veterinários; com a Universidade NOVA IMS foram realizadas 8 reuniões para discussão dos ficheiros com propostas de alteração do RJACSR, e dos regimes da atividade leiloeira, prestamista e da importação e exportação de diamantes em bruto; avaliação pela equipa dos diversos ficheiros. No final verificou-se a necessidade de incluir novas atividades (surgidas com maior relevância no âmbito da pandemia) pelo que este projeto será concluído em 2022.	
							Assegurar a execução de medidas de desmaterialização no Portal ePortugal, que decorram da aplicação dos diplomas enquadradores das atividades integradas no RJACSR, bem como das leiloeiras, prestamistas, importadores e exportadores de diamantes em bruto.	R	Desmaterializaram-se as três medidas previstas (Leiloeiras - Seguros; Funerárias - Responsável Técnico; Autoridade Competente - Alteração Não significativa)
			17	Tempo médio de atualização dos conteúdos (dias úteis)	[5-6]	10%	Assegurar e monitorizar a Plataforma "Informação ao Comerciante + Simples", vulgo Área do Comerciante.	R	Foram publicadas 112 notícias na Área do Comerciante.

Matriz de objetivos e atividades da DCSR									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Assegurar e monitorizar a Plataforma "Comunicar ao Consumidor" - Dísticos.	R	Em 2021, esta plataforma foi consultada por 1.974 utilizadores, que emitiram 1.811 painéis e 457 projetos. Os apuramentos solicitados pela Tutela foram efetuados com um prazo médio de 3 dias.
							Assegurar e monitorizar a Plataforma "Inventário Nacional-Comércio com História".	R	Publicaram-se todas as alterações solicitadas pelos municípios em menos de 72 horas após o pedido. Cumriu-se o prazo de entrega de informação à AT antes do fim deste.
							Assegurar, monitorizar e publicitar o registo dos "Selos Clean & Safe".	R	410 Selos emitidos via Balcão do Empreendedor

Matriz de objetivos e atividades da DCSR									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
3	[O3] Contribuir para a melhoria do desenvolvimento das atividades económicas	10%	18	N.º de propostas de formulação e avaliação da execução de políticas públicas apresentadas (QUAR DGAE - Ind 7)	[1-3]	50%	Dinamizar uma política pública de comércio, assente na estruturação da Agenda para a Competitividade do Comércio, alicerçada em seis eixos de desenvolvimento: Inovação e Competitividade, Espaço Urbano, Sustentabilidade Económica e Coesão, Informação e Conhecimento, Comunicação, Contexto Normativo, dinamizando atividades estratégicas articuladas que sustentem a recuperação destes setores, promovendo o crescimento e a competitividade.	R	Realização de diversas reuniões com o SECSDC e a Deloitte, a fim de definir estratégias para a Agenda, bem como 9 sessões de trabalho com esta consultora e reuniões com IGOT e CECOIA; realização de 9 sessões no país (Lisboa, Porto, Braga, Leiria, Évora, Faro, Viseu, Mirandela e Castelo Branco) com o SECSDC, no âmbito do "Ciclo de reuniões Comércio 360º". Foi apresentada uma proposta de Agenda para a Competitividade do Comércio.

Matriz de objetivos e atividades da DCSR									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Contribuir para a definição, articulação e dinamização das políticas setoriais relativas ao comércio, serviços e restauração, bem como no âmbito do Mercado Interno de Serviços e no mercado único digital, acompanhando e avaliando a execução das medidas delas decorrentes.	R	Realização de Estudos de <i>benchmarking</i> das medidas COVID implementadas pelos diversos EM.

Matriz de objetivos e atividades da DSCSR									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Apresentar propostas de alteração legislativa ao Decreto-Lei n.º 297/92, de 31 de outubro, no sentido de atribuir à AMT a responsabilidade de atualização da convenção de preços dos táxis.	R	<p>Participação no GT interministerial - GT Táxi 2020 - cuja conclusão ocorreu em 21 de Dezembro de 2021. No relatório final deste GT propõe-se uma nova política pública para o setor dos táxis, designadamente no que refere às questões dos preços a aplicar no transporte de passageiros em veículos ligeiros, bem com a transferência destas competências para a AMT após aprovação da nova legislação enquadradora desta Indústria.</p> <p>Foram, ainda, enviadas ao GSECSDC duas informações de serviço que versavam, respetivamente, sobre a proposta da alteração do Sistema Tarifário dos Táxis apresentada pelas estruturas associativas e as alterações à legislação dos táxis.</p>

Matriz de objetivos e atividades da DCSR									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
			19	N.º de sessões de informação e capacitação junto de agentes económicos e interlocutores institucionais (QUAR DGAE - Ind 8)	[6-8]	50%	Assegurar a realização de ações de divulgação, esclarecimento e capacitação dos municípios sobre o Inventário Nacional Comércio com História.	R	Não se fizeram ações públicas presenciais de divulgação no ano 2021 por força das restrições causadas pela pandemia de COVID-19, mas realizaram-se várias reuniões/sessões de esclarecimento com Câmaras Municipais via conference call.
							Promover sessões de divulgação do novo Sistema de Incentivos no âmbito do Comércio Investe [condicionado à decisão da Tutela de lançar novo sistema decorrente do GT Comércio Investe].	T	Tendo esta atividade ficado condicionada ao lançamento do novo sistema de incentivos do comércio, o que não se concretizou, transita para 2022.
							Promover sessões de esclarecimento e divulgação junto dos interlocutores institucionais no âmbito da implementação da desmaterialização das atividades (DS) e PDU.	R	Foram realizadas 6 reuniões informativas com autoridades competentes

Matriz de objetivos e atividades da DSCSR									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Promover a capacitação dos agentes económicos e dos interlocutores dos municípios através de sessões de Q&A do RJACSR, ou de outro diploma que o substitua.	R	<p>Foram objeto de atualizações ao longo do ano, o "Guia para Restauração e similares no âmbito COVID-19" e o "Guia relativo aos estabelecimentos de comércio e prestação de serviços no âmbito COVID-19".</p> <p>Ainda no quadro do esclarecimento dos operadores económicos, tendo a DSCSR percecionado a necessidade de capacitação dos interlocutores do RJACSR, deu-se continuidade às sessões de esclarecimento/capacitação das entidades mediadoras com os operadores económicos. Assim, foram ministradas aos Mediadores de Atendimento do Espaço Empresa em articulação com o IAPMEI, duas ações de formação – Via Teams - sobre o Regime Jurídico de Acesso e Exercício de Atividades de Comércio, Serviços e Restauração (RJACSR).</p> <p>Simultaneamente, e em colaboração com o MNE, no âmbito do Plano de Capacitação Programa Nacional de Apoio ao Investimento na Diáspora [PNAID] a DSCSR</p>

Matriz de objetivos e atividades da DSCSR									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
									realizou sete Ações de informação, capacitação e formação dos técnicos dos municípios (em especial dos GAE-Gabinetes de Apoio ao Emigrante, Espaços Empresa ou outros serviços vocacionados para a área do empreendedorismo e investimento) e das CIM em matérias relacionadas com o apoio ao investimento e empreendedorismo da diáspora, com particular incidência nas áreas do Interior no âmbito do RJACSR. Estas ações abrangeram 278 municípios e um universo de 903 participantes.
4	[04] Garantir os prazos de resposta às solicitações dirigidas à DSCSR	20%	I10	Taxa de pareceres relevantes emitidos dentro do prazo (QUAR DGAE - Ind 9)	[94%-98%]	60%	Assegurar a emissão de pareceres técnico-jurídicos nos termos da Diretiva Serviços e dos princípios da livre prestação de serviços e da liberdade de estabelecimento.	R	Foram realizados 76 pareceres.

Matriz de objetivos e atividades da DSCSR									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Assegurar a emissão de pareceres relativos a diplomas relacionados com atividades de comércio, serviços e restauração.	R	Foram emitidos 72 pareceres técnico-jurídicos, dos quais, 40 para o Gabinete do SECSDC (55,6%), 18 para o exterior (25,0%) e 14 internos (19,4%). Foram, também, dadas respostas a 56 solicitações, das quais, 11 (19,6%) para o Gabinete do SECSDC, 38 (67,0%) para o exterior e 7 (12,5%) internos. Um parecer foi emitido fora do prazo estipulado; 9 foram emitidos antes do prazo.

Matriz de objetivos e atividades da DSCSR									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Acompanhar a Convenção de preços aplicável aos manuais escolares do ensino básico e secundário [condicionado às orientações da tutela e à articulação com os restantes organismos]	R	Procedeu-se à sistematização de um conjunto de elementos destinados a suportar a posição da DGAE face à proposta da Adenda à Convenção agora apresentada, e por outro, submetendo-os à consideração da Tutela os novos pressupostos incluídos para a mencionada Adenda à Convenção, através da INF/410/2021/DSCSR.

Matriz de objetivos e atividades da DCSR									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Acompanhar a Convenção referente ao tarifário do Serviço de Transporte de Passageiros em Táxi [condicionado às orientações da tutela e à articulação decorrente das conclusões do GT Táxis]	R	Participação no GT interministerial - GT Táxi 2020 - cuja conclusão ocorreu em Dezembro de 2021. O relatório final deste GT incluiu a visão da DGAE relativa às questões dos preços a aplicar no transporte de passageiros em veículos ligeiros, bem com a transferência destas competências para a AMT após aprovação da nova legislação enquadradora desta Indústria. Foram, ainda, enviadas à Tutela duas informações de serviço que versavam, respetivamente, sobre a proposta da alteração do Sistema Tarifário dos Táxis apresentada pelas estruturas associativas e as alterações à legislação dos táxis.

Matriz de objetivos e atividades da DCSR									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
			I11	Taxa de solicitações com carácter substantivo respondidas dentro do prazo (QUAR DGAE - Ind 10)	[94%-98%]	40%	Assegurar resposta às solicitações internas e externas à DGAE em áreas conexas com as atividades do comércio, serviços e restauração, incluindo no âmbito do mercado interno dos serviços.	R	Foram dadas respostas a 56 solicitações, das quais, 11 (19,6%) para o Gabinete do SECSDC, 38 (67,0%) para o exterior e 7 (12,5%) internos. Todas as solicitações foram respondidas dentro do prazo. Neste âmbito assinala-se ainda a elaboração de Guia RJACSR para os Migrantes, Propostas de alteração dos formulários para alteração não significativa de CC e de GSC, Previsão e Apuramento das TAXAS Autorizações Conjuntas, Revisão das fichas informativas das Leiloeiras, Prestamistas e Diamantes, na versão portuguesa e inglesa. Atualização do preço máximo do serviço básico de funeral social e pontos de situação diversos. No âmbito do mercado interno foram ainda realizados mais 20 pareceres.
							Encerrar os projetos MODCOM suspensos, na sequência das indicações do DCIAP.	R	Reunião com Procuradora-adjunta do DIAP Porto – projetos da ACP- Associação de Comerciantes do Porto

Matriz de objetivos e atividades da DCSR									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
5	Assegurar a cooperação entre Estados-Membros e autoridades competentes nacionais no domínio do Mercado Interno de Serviços	5%	I12	Nº de ações no âmbito dos procedimentos do domínio legislativo dos serviços	[3-5]	100%	Assegurar a coordenação do domínio legislativo dos Serviços no âmbito do Sistema de Informação do Mercado Interno (IMI) [ação condicionada ao comportamento da pandemia e suas consequências]	R	Foram executados 2 pedidos de cooperação administrativa e submetidas 4 notificações.
6	[O5] Melhorar a qualidade dos serviços prestados pela DCSR	25%	I13	Nº de conteúdos relevantes carregados no Website da DGAE (QUAR DGAE - Ind 11)	[20-30]	2%	Assegurar a divulgação da comunicação relevante aos stakeholders, através da sua publicitação no site da DGAE	R	Conceberam-se 152 conteúdos a publicar no site da DGAE (DCSR, DAP, DMIS)

Matriz de objetivos e atividades da DSCSR									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
			114	Grau de satisfação dos/as utilizadores/as que solicitam esclarecimentos no âmbito do RJACSR (QUAR DGAE - Ind 12)	3	5%	Garantir a eficácia e eficiência, bem como a qualidade da informação prestada, no âmbito da central de atendimento para as atividades de comércio, serviços e restauração e apoio ao Espaço Empresa - central de atendimento-Front office e Backoffice. Avaliar, através de uma grelha de 1-5, o grau de satisfação dos/as utilizadores/as que solicitam esclarecimentos no contexto do RJACSR e regimes de Leiloeiras, Prestamistas e Diamantes.	R	<p>No que respeita ao <i>frontoffice</i>, foram prestados 4.351 atendimentos telefónicos, com a seguinte distribuição setorial: 29,45% Feirantes/Vendedores Ambulantes, 22,28% restauração e bebidas, 20,55% Comércio, 7,89% Serviços, 3,31% Funerárias, 3,15% COVID-19, 1,47% Atestados profissionais e 11,91% Outros. No que respeita ao <i>backoffice</i>, a caixa de correio "rjacsr.apoiio" respondeu a 2.346 solicitações, distribuídas do seguinte modo: 24,08% Feirantes/Vendedores Ambulante; 18,93% Covid-19, 11,81% Restauração Sedentária, 8,53% Comércio, 2,22% Serviços, 1,83% Restauração não Sedentária, 2,22% Funerárias, 24,08% Outros Organismos e 6,22% Outros rjacsr. Estes esclarecimentos foram prestados num tempo médio de 1,5 dias.</p> <p>A avaliação do grau de satisfação dos utilizadores foi, no ano 2021, de 4,6, numa escala de 1 a 5.</p>

Matriz de objetivos e atividades da DCSR									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
			I15	Tempo médio de resposta às solicitações (dias úteis)	[6-8]	85%	<p>Promover a correta aplicação do Regime Jurídico das Atividades de Comércio, Serviços e Restauração (RJACSR).</p> <p>Assegurar a execução das competências cometidas à DGAE pelo regime da atividade prestamista.</p>	R	<p>Ações diversas, nomeadamente, a várias realização de reuniões com a CM Lisboa e ASAE para esclarecimento de questões de licenciamento de Darkstores; atualização do valor do funeral social.</p> <p>No ano 2021, não houve pedidos de emissão de novas licenças para o exercício da Atividade prestamista. Foi efetuada a monitorização dos seguros obrigatórios para o exercício da atividade. Procedeu-se à atualização das Fichas informativas Atividade Prestamista PT e EN, para publicitação no site e ao cálculo e publicação da taxa de juro remuneratória para 2022 para a atividade.</p>

Matriz de objetivos e atividades da DSCSR									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Assegurar a execução das competências cometidas à DGAE pelo regime do sistema de certificação do processo Kimberley, designadamente o licenciamento dos importadores e exportadores de diamantes em bruto.	R	Foram emitidas 7 licenças para o exercício da Atividade de importação e exportação de diamantes em bruto no prazo médio de 1 dia. Procedeu-se à atualização das Fichas informativas Atividade Importação /Exportação de Diamantes PT e EN, para publicitação no site.
							Assegurar a execução das competências cometidas à DGAE pelo regime da atividade leiloeira.	R	Foram emitidos 11 novos Títulos de Atividade Leiloeira no prazo médio de 1 dia. Simultaneamente, efetuou-se a monitorização dos seguros obrigatórios para o exercício da atividade. Procedeu-se à atualização das Fichas informativas Atividade Leiloeira PT e EN, para publicitação no site

Matriz de objetivos e atividades da DSCSR									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Assegurar a emissão de Certificados de Atividade Profissional relativamente às CAE's 05 a 43, inclusive.	R	Foram emitidos 63 certificados de experiência profissional a sócios-gerentes de empresas ou empresários em nome individual/independentes para exercício de atividade fora do território nacional, cujas atividades estavam inseridas nas CAE's 05 a 043 inclusive, num prazo médio de 2 dias, após a conclusão da sua instrução.
							Assegurar a disponibilização das tabelas de preços e autocolantes aos operadores do setor de Transporte de Passageiros em Táxi.	R	Foram realizados 124 ofícios para envio das tabelas de preços e autocolantes aos operadores do setor, numa média de 0,5 dias após a receção do pedido.
							Assegurar a execução das competências cometidas à DGAE pelo regime do Financiamento Colaborativo.	R	Um pedido de esclarecimentos; Uma comunicação de cancelamento; Actualização e publicação da lista no site da DGAE e, conseqüente, comunicação à ASAE nos termos legais.

Matriz de objetivos e atividades da DSCSR									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
			116	Tempo médio de emissão do título no âmbito das Autorizações Conjuntas (dias úteis)	[28-32]	8%	Assegurar a execução das competências cometidas à DGAE pelo regime das autorizações conjuntas.	R	<p>Foram elaborados três relatórios ao abrigo do “Regime de Autorização Conjunta”, com a emissão das respetivas Autorizações de grandes superfícies comerciais (GSC) ou de conjuntos comerciais (CC), sendo estes processos, com alguma complexidade, efetuados em articulação com os respetivos municípios, bem como com as CCDR territorialmente competentes. Em 2021 cobrou-se um total de 707.910,15€ e foi autorizada a instalação de 450,00 m2 de área de venda (GSC) e de 46.594,01 m2 de área bruta locável (CC) - 35.849,01 m2 relativos a instalação e 10.745,00 m2 relativos a alteração significativa, no prazo médio de 34 dias.</p> <p>O prazo médio indicado para a emissão do título refere um prazo global (superior ao previsto), pois o prazo que a DGAE tem contabilizado não exclui os tempos de resposta do requerente (i.e., inclusão dos 30 dias que tem para efetuar o pagamento da taxa para emissão do título). Realizaram-se reuniões com o</p>

Matriz de objetivos e atividades da DSCSR									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
									Gabinete Jurídico SGE, com sociedades de advogados e com operadores económicos, para esclarecimento de questões relacionadas com o licenciamento de grandes superfícies comerciais e de conjuntos comerciais.

QUADRO XIV

ATIVIDADES NÃO PREVISTAS, MAS REALIZADAS PELA DIREÇÃO DE SERVIÇOS DO COMÉRCIO, SERVIÇOS E RESTAURAÇÃO (DSCSR)

Matriz de objetivos e atividades da DSCSR									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
1	[01] Reforçar a coordenação dos assuntos europeus e internacionais do METD e garantir a representação da DGAE nas estruturas nacionais e internacionais	20%	I1	Taxa de Participação em reuniões planeadas (QUAR DGAE - Ind 1)	[80%-90%]	50%	Assegurar a representação da DGAE na Comissão Técnica de Estética no âmbito do IPQ	R	A DGAE participou em 11 reuniões plenárias da Comissão Técnica de Estética - CT 222 e integrou o Grupo de Trabalho 1, no âmbito do qual assegurou 7 reuniões e os trabalhos correspondentes.
							Assegurar a representação da DGAE no Conselho Consultivo da Escola do Comércio de Lisboa	R	A DGAE participou na reunião do Conselho Consultivo, em 11.02.2021 e na Aula Inaugural em 20.10.2021.
							Assegurar a representação da DGAE no Conselho Consultivo do INFARMED	R	A DGAE participou nas duas reuniões do Conselho Consultivo, em 21.07.2021 e 20.12.2021.
							Assegurar a representação da DGAE no SICAD	R	A DGAE assegurou a participação na Subcomissão de Controlo das Substâncias Lícitas

Matriz de objetivos e atividades da DCSR									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Grupo de Acompanhamento e Avaliação das condições de Abastecimento de Bens nos Setores Agroalimentares e do Retalho.	R	A DGAE assegurou a participação nas 3 reuniões deste GAA realizadas em 2021.
3	[O3] Contribuir para a melhoria do desenvolvimento das atividades económicas		18	N.º de propostas de formulação e avaliação da execução de políticas públicas apresentadas (QUAR DGAE - Ind 7)	[1-3]	50%	<p>Mapa CSR: interconexão de dados entre a DGAE e a Autoridade Tributária para a disponibilização do cadastro comercial</p> <p>Estudo Artes & Ofícios - Propostas de diversas políticas públicas para o setor</p>	R	<p>Alteração do Decreto-Lei 10/2015, de 16 de janeiro (artigos 148º e seguintes do RJACSR): Interconexão de dados entre a Direção-Geral das Atividades Económicas a AT. Fundamentação para o Despacho da SEJ para disponibilização gratuita à DGAE do acesso à BDCA do IRN para efeitos do cadastro comercial</p> <p>Propostas para o setor das Artes & Ofícios nas seguintes áreas: Qualificação e Ensino Profissional; Cultura - Artes Patrimoniais; Registo e Certificação dos artesãos e das UPA; Enquadramento da CAE dos artesãos na NACE; Sistema de Incentivos.</p>

QUADRO XV AUTOAVALIAÇÃO PELA DIREÇÃO DE SERVIÇOS DO COMÉRCIO SERVIÇOS E RESTAURAÇÃO (DSCSR)

Para o ano de 2021, a DSCSR identificou 74⁷ atividades que permitiram desenvolver as suas competências nas áreas do comércio, serviços e restauração, no que respeita ao apoio à formulação, implementação e avaliação de políticas públicas nos setores em referência.

Para além da continuação da consolidação das atividades decorrentes do regime jurídico de acesso e exercício das atividades de comércio, serviços e restauração - RJACSR (Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro), a atividade da DSCSR continuou fortemente marcada pela urgente necessidade de apoiar os operadores económicos, decorrente da pandemia que, até ao final do terceiro trimestre de 2021, condicionou fortemente a atividade económica dos setores do comércio, serviços e restauração. Neste âmbito, a alteração quinzenal de toda a legislação de enquadramento da atividade económica, que se verificou durante grande parte do ano, obrigou, simultaneamente, a que os técnicos efetuassem *on the job* uma atualização, análise e interpretação da aplicação dos diversos diplomas que enquadraram, sucessivamente, os diversos estados, a exemplo do que se já tinha verificado no ano anterior.

Manteve-se um elevado número de solicitações: na central de atendimento (*frontoffice*) foram prestados 4.351 atendimentos telefónicos, com a seguinte distribuição setorial: 29,45% Feirantes/Vendedores Ambulantes, 22,28% restauração e bebidas, 20,55% Comércio, 7,89% Serviços, 3,31% Funerárias, 3,15% COVID-19, 1,47% Atestados profissionais e 11,91% Outros. No que respeita à caixa de correio rjacsr.apoio@dgae.gov.pt (*backoffice*⁸), responderam-se a 2.346

⁷ Inicialmente estavam prevista 61 atividades, contudo atendendo ao acompanhamento da estruturação da Agência para a Competitividade do Comércio, à preparação dos Projetos no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, à integração em vários Grupos de Trabalho, dos quais se referem, entre outros, o PNPOT e a Comissão Técnica de Estética – IPQ; bem como ao desenvolvimento de projetos referentes às Artes & Ofícios Tradicionais, à plataforma PT4US (com o IAPMEI) e ao Acompanhamento da Estratégia Comum de Desenvolvimento Transfronteiriço, induziu a que se operacionalizassem mais 13 atividades.

⁸ A avaliação do grau de satisfação dos utilizadores foi, no ano 2021 até 28/10, de 4,6, numa escala de 1 a 5, em que 1 é “*muito insatisfeito*”, 2 “*insatisfeito*”, o 3 é “*pouco satisfeito*”, o 4 é “*satisfeito*” e o 5 é “*muito satisfeito*”.

solicitações, distribuídas do seguinte modo: 24,08% Feirantes/Vendedores Ambulante; 18,93% COVID-19, 11,81% Restauração Sedentária, 8,53% Comércio, 2,22% Serviços, 1,83% Restauração não Sedentária, 2,22% Funerárias, 24,08% Outros Organismos e 6,22% Outros RJACSR.

Atendendo a que se manteve o elevado número de solicitações e pedidos de esclarecimentos no âmbito da diversa legislação publicada durante o ano 2021 relativa a restrições à atividade económica no quadro da pandemia de COVID-19, a Direção de Serviços manteve os procedimentos que vinham sendo adotados no ano anterior para fazer face a esta necessidade: FAQ dirigidas aos operadores económicos sobre as medidas de restrição durante os diversos estados de confinamento e desconfinamento, assim, como atualizações do “*Guia para Restauração e similares no âmbito COVID-19*” e do “*Guia relativo aos estabelecimentos de comércio e prestação de serviços no âmbito COVID-19*”. Toda a documentação foi publicada no *site* DGAE e partilhada via *LinkedIn*.

Manteve-se o canal de comunicação através da Área do Comerciante no website da DGAE; *Estamos On; COVID-19; Selo Saudável & Seguro*, com a publicação diária de todos os estabelecimentos que aderiram ao Selo “Saudável e Seguro.” e atualização diária e publicação semanal da legislação mais significativa das medidas COVID-19 disponível em PT e em EN, sendo, também, efetuada a sua divulgação no site DGAE na página *LinkedIn*.

Simultaneamente, manteve-se a coordenação⁹ do levantamento quinzenal da informação relativa à identificação das medidas adotadas pelos diversos Estados-Membros no quadro do combate à pandemia, quer para proceder ao confinamento das populações e atividades económicas, quer para iniciar os diversos estados de desconfinamento, de forma a aferir as melhores estratégias e, desta forma, apoiar a formulação das políticas públicas neste âmbito.

⁹ Coordenando este levantamento que foi efetuado com mais três unidades orgânicas da DGAE: DSCI, DSPE e DSAE.

Ainda neste contexto, desenvolveu, em articulação com o Turismo de Portugal (TdP), a versão 2.0 do Selo Saudável&Seguro para os estabelecimentos de restauração, tendo subjacente a adaptação de regras atualizadas da Direção-Geral da Saúde, para o que participou em reuniões de trabalho para a sua implementação com a AMA e TdP.

Também no quadro do esclarecimento dos operadores económicos, tendo a DSCSR percecionado a necessidade de capacitação dos interlocutores do RJACSR, deu-se continuidade às sessões de esclarecimento/capacitação das entidades mediadoras com os operadores económicos. Assim, foram ministradas aos Mediadores de Atendimento do Espaço Empresa em articulação com o IAPMEI, duas ações de formação – Via Teams - sobre o Regime Jurídico RJACSR.

Simultaneamente, e em colaboração com o MNE, no âmbito do Plano de Capacitação Programa Nacional de Apoio ao Investimento na Diáspora [PNAID] a DSCSR realizou sete ações de informação, capacitação e formação dos técnicos dos municípios (em especial dos GAE-Gabinetes de Apoio ao Emigrante, Espaços Empresa ou outros serviços vocacionados para a área do empreendedorismo e investimento) e das CIM em matérias relacionadas com o apoio ao investimento e empreendedorismo da diáspora, com particular incidência nas áreas do Interior no âmbito do RJACSR. Estas ações abrangeram 278 municípios e um universo de 903 participantes.

Ainda neste contexto, no âmbito da plataforma “Comunicar ao Consumidor”, de promoção da DGAE, disponível na Área do Comerciante, e enquadrada na Medida Simplex #133 “Obrigações de Informação ao Consumidor + Simples”, em 2021, esta plataforma foi consultada 1.974 utilizadores, que emitiram 1.811 painéis e 457 projetos.

No âmbito dos Projetos Simplex, em 2021, a DSCSR tinha quatro projetos em execução, que tiveram o seguinte desenvolvimento, sendo os dois primeiros Projetos SAMA:

- Chat-Bot - Assistente Virtual: *Medida #232 -Atendimento* aos consumidores e às empresas + *Simples*: concluiu-se o projeto no primeiro semestre do ano, com a sua extensão às restantes atividades da DSCSR (Comércio e Serviços, pois a Restauração já tinha sido efetuado no projeto-piloto), bem como às atividades de duas unidades orgânicas da DGAE [Direção de Serviços para a Política Empresarial-DSPE (Novos Produtos do Tabaco e Percursos de Droga) e Direção de Serviços de Sustentabilidade Empresarial – DSSE (Matérias Fertilizantes e Rótulo Ecológico da UE)] e, simultaneamente, à área dos consumidores, da responsabilidade da Direção-Geral do Consumidor. Para o efeito, a DSCSR realizou, em 2021, 32 reuniões de coordenação deste projeto.
- Mapa do Comércio, Serviços e Restauração: *Medida # 8 [Mapa CSR]*: para a operacionalização do Mapa CSR é essencial que a Autoridade Tributária (AT) disponibilize à DGAE a informação adequada relativa ao cadastro comercial, de forma a que a mesma "alimente" o Mapa CSR, para o que será necessário proceder a um ajuste legislativo do DL 10/2015 (art.º 148 e seguintes). Esta articulação tem vindo a ser protelada pela AT, sendo que, em 2020, os constrangimentos decorrentes das medidas extraordinárias COVID 19 e o seu reflexo no teletrabalho na AT, só permitiram que, no início de 2021, se reunissem as condições para se identificar claramente quais as alterações legislativas necessárias para se poder dar sequência ao ajuste à legislação, permitindo, desta forma, criar condições para a comunicação pela AT da informação referente ao cadastro comercial e, sequencialmente, poder iniciar-se a contratação deste projeto. Considera-se, assim, possível a assinatura dos Protocolos de transmissão dos dados, até ao final de 2021, se entretanto for publicada a alteração legislativa acordada com a AT. Neste âmbito propôs-se uma reprogramação do projeto a terminar em abril de 2022. Em articulação com a operacionalização do Mapa CSR será finalizado o projeto do CUE¹⁰.
- Guia do Comércio: *Medida #1 - Guia para a instalação e exploração de estabelecimentos de comércio*: Esta medida visa disponibilizar no portal ePortugal um guia interativo que vai reunir toda a informação relevante para apoiar os operadores económicos que pretendam abrir um estabelecimento de comércio a retalho ou por grosso, enquadrado pelo RJACSR. Através desta ferramenta os empresários poderão obter informação sobre todos os procedimentos que devem cumprir no acesso, exercício e encerramento destas atividades, nas suas variadas vertentes (registo societário, autorizações comerciais, obrigações fiscais, obrigações de informação ao consumidor, entre outras), assim como ter acesso aos normativos legais que se encontram dispersos em diversos

¹⁰ Cadastro Único Empresarial

diplomas com linguagem acessível e adaptada ao setor. Este projeto foi iniciado este ano, contudo e atendendo a que se irá proceder a uma alteração do RJACSR, o mesmo só será concluído em 2022.

- Certificados Profissionais: concluiu-se a Medida #226 (2018) - *Comprovativos do Exercício de Atividade Profissional + Simples* – que enquadra a desmaterialização dos formulários para integração no BdE, atual Portal *ePortugal.gov.pt*, conseguida através da articulação da AMA com as restantes entidades que emitem estes comprovativos, designadamente a ACT-Autoridade para as Condições do Trabalho (relativamente aos trabalhadores por conta de outrem, independentemente da atividade) e a CCP - Confederação do Comércio e Serviços de Portugal (CAE 45 e seguintes), para além da DGAE (CAE 05 a 43).

Neste âmbito, a AMA, em articulação com a DGAE, efetuou em novembro uma ação de formação para a CCP e a ACT para a melhor operacionalização da Plataforma que estava a criar constrangimentos ao adequado fluxo do procedimento de avaliação dos comprovativos do exercício da atividade profissional. Nesta matéria e no que refere à DGAE, até à presente data, foram emitidos 63 certificados de experiência profissional a sócios-gerentes de empresas ou empresários em nome individual/independentes para exercício de atividade fora do território nacional, cujas atividades estavam inseridas nas CAE 05 a CAE 043 inclusive, num prazo médio de 2 dias, após a conclusão da sua instrução.

Foram emitidos 72 pareceres técnico-jurídicos, dos quais, 40 para o GSECSDC (55,6%), 18 para o exterior (25,0%) e 14 internos (19,4%). Foram, também, dadas respostas a 56 solicitações, das quais, 11 (19,6%) para o GSECSDC, 38 (67,0%) para o exterior e 7 (12,5%) internos. Foram ainda produzidos 14 documentos¹¹ (Outros) de apoio ao desempenho das atribuições da DCSR.

¹¹ Elaboração de Guia RJACSR para os Migrantes, Propostas de alteração dos formulários para alteração não significativa de CC e de GSC, Previsão e Apuramento das TAXAS Autorizações Conjuntas, Revisão das fichas informativas das Leiloeiras, Prestamistas e Diamantes, na versão portuguesa e inglesa. Atualização do preço máximo do serviço básico de funeral social e pontos de situação diversos.

Foi assegurada a execução das competências cometidas à DGAE pelos regimes da atividade prestamista, leiloeira e sistema de certificação do processo *Kimberley* (importação e exportação de diamantes em bruto), nomeadamente, com a emissão total de 18 títulos de autorização e licenças.

No âmbito das competências cometidas à DGAE pelo regime das Autorizações Conjuntas (DGAE, CCDR e Municípios competentes), foram igualmente elaborados três relatórios ao abrigo do “Regime de Autorização Conjunta”, com a emissão das respetivas Autorizações de grandes superfícies comerciais (GSC) ou de conjuntos comerciais (CC), sendo estes processos, com alguma complexidade, efetuados em articulação com os respetivos municípios, bem como com as CCDR territorialmente competentes. Em 2021, cobrou-se um total de 707.910,15€ e foi autorizada a instalação de 450,00 m² de área de venda (GSC) e de 46.594,01 m² de área bruta locável (CC), sendo 35.849,01 m² relativos a instalação e 10.745,00 m² relativos a alteração significativa.

No contexto das competências da DGAE no âmbito da Convenção de Preços das Tarifas dos Táxis, foram dadas respostas, no prazo médio inferior a 24 horas, a 125 pedidos individuais de operadores económicos nacionais para disponibilização da última versão da Convenção de Preços e autocolantes com esta informação para afixar nos veículos automóveis/táxis. Relativamente a este tema será de referir que, no âmbito do GT dos Táxis¹², cuja última reunião se realizou em novembro de 2021, se propôs uma alteração legislativa em que se prevê a transferência desta competência da DGAE (operacionalizada pela DSCSR) para o regulador dos transportes, AMT¹³, de forma a melhor e mais adequadamente se implementar a modernização do setor do táxi.

Quanto à implementação, ao nível nacional, da Diretiva 2006/123/CE, de 12 de dezembro de 2006, relativa aos serviços no mercado interno (Diretiva Serviços), a DSCSR/DGAE prossegue as suas competências enquanto entidade coordenadora da mesma em Portugal, tendo continuado a assegurar toda a preparação e representação nacional, de forma ativa, no âmbito do respetivo Grupo de Peritos da UE, a prestação de resposta e colaboração aos pedidos diversos da Comissão Europeia e dos outros Estados-Membros.

¹² Despacho n.º 6560/2020, de 23 de junho, do Secretário de Estado da Mobilidade, visando a modernização do setor do transporte público de passageiros em automóvel ligeiro.

¹³ Autoridade da Mobilidade e dos Transportes.

Todos os projetos e propostas de diplomas legislativos submetidos à DGAE são analisados à luz das disposições da Diretiva Serviços, de modo a prevenir a criação de entraves ao acesso ou exercício de uma atividade de serviços, desde que abrangida pelo âmbito de aplicação da respetiva Diretiva, tendo sido analisados 28 projetos.

No contexto da coordenação da Plataforma do Sistema de Informação do Mercado Interno Europeu, procedeu-se à execução de 2 processo no âmbito da Cooperação Administrativa e à submissão de 4 notificações referentes a restrições implementadas no setor do comércio e restauração no quadro da contenção da propagação da COVID-19.

Ainda neste contexto, realizou-se, com sucesso, o *Workshop* dedicado aos procedimentos de notificação ao abrigo das Diretivas Serviços e Transparência, esta última sob a alçada do IPQ, durante o Fórum do Mercado Interno (SIMFO), durante a PPUE2021.

Deu-se por concluída a elaboração do Guia de apoio do procedimento. A monitorização semanal da contabilização das notificações submetidas por outros Estados-Membros resultou em 23 relatórios.

Propôs-se, superiormente, uma estratégia de intervenção e desenvolvimento do procedimento de notificações para o ano de 2021/2022, visando os objetivos de melhorar os mecanismos de informação e comunicação externa no âmbito do procedimento de notificação e reforçar o papel da DGAE na coordenação com as Autoridades Competentes (AC).

Neste âmbito, foi concluído um Estudo de *benchmarking* dirigido aos 5 EM com o maior número de notificações no Sistema IMI com o objetivo de identificar boas práticas: Estas foram identificadas com base num inquérito dirigido aos 5 EM que demonstraram uma maior consistência e regularidade nos números anuais de notificações submetidas, sendo estes: Áustria (AT), França (FR), Hungria (HU), Países Baixos (NL) e Suécia (SE).

Em 2021, iniciou-se o processo de criação de uma área no site da DGAE dedicada ao procedimento de notificações, que incluirá em 2022: i) Publicação mensal de lista das notificações efetuadas/recebidas por Portugal; ii) disponibilização de material diverso de apoio e informativo.

No contexto da formulação e implementação de uma estratégia conjunta que vise a correção das fragilidades indicadas pela Comissão Europeia na carta de notificação no âmbito do procedimento de infração sobre os Balcões Únicos Eletrónicos, prosseguiu-se o processo assente na acentuada cooperação com a DGERT, a AMA e diversas Autoridades Competentes. Paralelamente, a DSCSR está também em articulação com a AMA no contexto da implementação do Regulamento do Portal Digital Único.

Estes objetivos traduziram-se na realização de 20 reuniões com a AMA e a DGERT; 6 reuniões de coordenação com a AMA e autoridades competentes, todas as reuniões/*workshops* foram registadas em Atas; foram redigidos 18 pareceres jurídicos.

É de destacar o apoio acentuado à DSAE no âmbito da redação das propostas de diplomas de execução, na ordem jurídica nacional, do Regulamento (UE) 2019/1150, relativo à promoção da equidade e da transparência para os utilizadores profissionais de serviços de intermediação em linha; do Regulamento (UE) 2018/1807, relativo a um regime para o livre fluxo de dados não pessoais na União Europeia; e da transposição da Diretiva (UE) 2019/882, relativa aos requisitos de acessibilidade dos produtos e serviços.

Este apoio resultou na realização de 30 pareceres, diversas reuniões para troca de impressões e prestação de esclarecimentos.

Destaca-se, ainda, o trabalho de Transposição da Diretiva (UE) 2019/633 relativa a práticas comerciais desleais nas relações entre empresas na cadeia de abastecimento agrícola e alimentar (UTP – *unfair trade practices*), o que se traduziu na realização de 10 pareceres.

A DSCSR assegurou a regulamentação da Lei n.º 77/2019, de 2 de setembro, relativa à “*obrigatoriedade de disponibilização aos consumidores de alternativas à distribuição de sacos de plástico ultraleves e de cusetes em plástico nos pontos de venda de pão, fruta e legumes*”, o que se traduziu na realização de 10 pareceres.

A DSCSR assegura as funções do grupo Sherpa no contexto do grupo de trabalho para o cumprimento das regras do mercado único (*Single Market Enforcement Task-Force, SMET*), composto pelos EM/COM, que contribui para avaliar o estado de conformidade da legislação nacional com as regras do mercado único, identificar e remover barreiras injustificadas mais prementes. A DSCSR assegurou 15 reuniões Sherpas: (i) 2 reuniões gerais; (ii) 7 reuniões temáticas, sobre os temas do reconhecimento mútuo dos bens; da exigência de verificação prévia das qualificações; do excesso de requisitos documentais; medidas protecionistas no setor agroalimentar; onerosidade dos procedimentos do destacamento de trabalhadores e barreiras na subscrição de seguros pelos prestadores de serviços transfronteiriços; (iii) 6 reuniões de preparação e alinhamento prévio com as autoridades competentes.

A DSCSR tem desenvolvido um processo de cooperação acentuada com vários EM, através dos peritos para a Diretiva Serviços; Grupo Sherpas (SMET) e/ou Grupo Like-minded, quer no âmbito da Negociação e Apoio a *non papers* [NL on “Annual Single Market Report 2021”; DK “Single window for notifications”; SE non-paper: An Action Plan for the Services Sector], quer no âmbito de Reuniões Likeminded, em que se participou em 3 reuniões, promovidas por Fi e NL em momentos distintos.

A Direção de Serviços promoveu, ainda, o reforço da cooperação entre os Estados-Membros da UE através da: (i) resposta atempada a 3 questões colocadas a Portugal pelos peritos de outros Estados-Membros¹⁴; (ii) realização de 5 consultas¹⁵ aos peritos de outros Estados-Membros. Ainda no âmbito da cooperação, desta vez com a Comissão Europeia, a DSCSR respondeu a 3 solicitações individuais da Comissão Europeia a Portugal.

Deve, também, referir-se que a DSCSR assegurou, ao longo de 2021, a participação em equipas de trabalho conjuntas com a AMA, na disponibilização e melhoria de conteúdos relativos à atividade de comércio, serviços e restauração. Encontrando-se, nesta data, a decorrer a revisão total das Fichas de Serviços dos procedimentos que se encontram desmaterializados (RJACSR, Leiloeiras, Prestamistas e Importação e exportação de Diamantes em Bruto) no Portal ePortugal, tendo este universo de que a DGAE/DSCSR é responsável o que tem o maior peso das notificações de atividades aí realizadas (comércio e serviços), no âmbito da Administração Pública.

Foi, também, assegurada a participação num conjunto de iniciativas e Grupos de Trabalho (GT), designadamente no GT das Recomendações de alteração do RJOC no âmbito Conselho Consultivo de Ourivesaria, no GT do Plenário do Fórum Intersetorial do PNPOT, no Conselho Consultivo da Escola de Comércio de Lisboa (ECL), nos Conselhos Setoriais para a Qualificação (ANQEP/CSQ) – designadamente Comércio e Marketing e Qualificação “Serviços Pessoais”, Comissão Técnica de Normalização sobre Estética de promoção do IPQ – CT Estética 222.

Ainda no contexto dos Grupos de Trabalho, no último trimestre de 2021, a DSCSR foi também chamada a participar, no âmbito das competências da PARCA, na Subcomissão específica dedicada ao setor do leite e produtos lácteos; bem como, em articulação com a DSPE, no GAA 2.0 - Grupo de Acompanhamento e

¹⁴ Com a Noruega, sobre a existência de um plano nacional de apoio às exportações; com a República da Estónia, sobre o regime do alojamento local.

¹⁵ Atividade dos Agentes e Promotores Culturais; *Evolution of the supply chain in the agrifood/retail sectors*; Medidas adotadas pelos Diferentes Governos relativamente a PMEs; *Benchmarking measures to encourage consumption in restaurants and retail sectors*; Convenções das tarifas dos táxis; rendas de estabelecimentos comerciais; consumo local de produtos.

Avaliação das Condições de Abastecimento de Bens nos Setores Agroalimentar e do Retalho em Virtude das Dinâmicas de Mercado, criado pelo Despacho n.º 11220-A/2021, de 12 de novembro, que tem como objetivos, entre outros:

- (i) avaliar e acompanhar as condições de abastecimento de bens nos setores agroalimentar e do retalho cujas dinâmicas de mercado sejam influenciadas pelo contexto global, designadamente ao nível dos *stocks* de matérias-primas;
- (ii) bem como, os níveis de reserva e armazenamento daqueles bens e acompanhar a execução dos contratos de fornecimento, nacionais e internacionais, daqueles bens, delineando, a título antecipatório, eventuais oportunidades de intervenção destinadas a manter ou restabelecer as normais condições de abastecimento.

Complementarmente a estas tarefas, mas de extrema relevância para o desenvolvimento e implementação das políticas públicas para o comércio e serviços, e atendendo ao trabalho de estruturação iniciado em 2020 relativamente à **Agenda para a Competitividade do Comércio e Serviços** (ACCS), deu-se sequência, em articulação com o Gabinete SECSDC e com a consultora Deloitte, ao desenvolvimento desta Agenda, com horizonte até 2025.

Neste âmbito, e já tendo subjacente o desenvolvimento de uma medida de divulgação, foi publicada, no início do segundo semestre, a primeira *newsletter* sobre Comércio & Serviços.

No âmbito do processo de estruturação desta Agenda, o Secretário de Estado do Comércio, Serviços e Defesa do Consumidor e a Confederação do Comércio e Serviços de Portugal (CCP) entenderam ser importante auscultar as associações regionais distribuídas pelo País, para o que desenvolveram um ciclo de 9 sessões «Comércio 360», tendo a DSCSR/DGAE estado presente e acompanhado todas as sessões, efetuando um relato final com todos temas aí abordados. Esta iniciativa teve como objetivo o debate de questões relativas ao setor do comércio e serviços abertos ao consumidor, por forma a avaliar os impactos da pandemia, assim como os aspetos mais relevantes para uma recuperação sustentada do setor a integrar. Simultaneamente, teve como objetivo recolher ideias

e contributos para o alinhamento com oportunidades de financiamento, pelos fundos europeus, designadamente através do Programa de Recuperação e Resiliência (PRR) e do Portugal 2030.

A Agenda em estruturação apresenta uma arquitetura em torno de 2 pilares: (i) *Crescimento e Inovação* e (ii) *Coesão e Resiliência*, a partir da qual se desenvolveram 33 medidas, que se encontram, ainda, em fase de densificação.

Refere-se, também, a relevante intervenção da DGAE, através da DSCSR, na aplicação do Plano de Recuperação e Resiliência [PRR], integrando o Grupo de Acompanhamento 2 – Comércio Digital, no quadro da Componente 16 [Empresas 4.0] assegura a Gestão de 2 Projetos, no âmbito do Programa Comércio Digital: Aceleradoras do Comércio Digital e Bairros Comercial Digitais.

Neste âmbito, a DSCSR iniciou em 2021 a elaboração de 2 Avisos para a abertura de candidaturas/manifestações de interesse:

- ✓ Bairros Comerciais Digitais (BCD): com um orçamento de 52,5 M€ visa-se o desenvolvimento de 50 BCD tendo subjacente a dinamização de diferentes áreas comerciais localizadas em centros urbanos.

Neste âmbito, pretende-se que a forma como o território é gerido e ordenado considere a noção de bairros comerciais ou equivalente, por forma a dinamizar tais áreas e a promover a coesão territorial. Esta medida é particularmente relevante devido às consequências económicas e sociais da conjuntura pandémica, particularmente dura para um tecido empresarial composto por micro e pequenas empresas, muitas das quais de gestão familiar, cuja capacidade de investimento nem sempre é suficiente, nem corresponde ao valor acrescentado que as mesmas podem aportar às comunidades onde se inserem. A digitalização dos bairros comerciais, considerando os seus operadores económicos e institucionais, contribuirá de igual modo para fomentar a atividade de empresas que atuem em zonas adjacentes.

Os investimentos previstos abrangem a conectividade e a infraestrutura digital local para melhor acesso à internet por *wi-fi* nestas zonas comerciais. A experiência digital do público em geral também pode ser potenciada com recurso a várias outras tecnologias como *'beacons'* que interagem com o

telemóvel do consumidor ou 'mupis' interativo. Simultaneamente prevê-se a harmonização urbanística dos espaços com a experiência digital, a integração de soluções tecnológicas de gestão de entrega de encomendas e a adoção de meios de pagamento eletrónicos, de forma a digitalizar a experiência de consumo, assim como a própria alavancagem digital dos modelos de negócio.

- ✓ Aceleradoras do Comércio Digital: com um orçamento de 55 M€ visa-se o desenvolvimento de 25 Aceleradoras que terão como objetivo intervir tecnicamente, no mínimo, 30.000 empresas do comércio e serviços tornando-as mais digitais tendo subjacente a avaliação dos fatores críticos de sucesso das empresas do comércio e serviços, potenciáveis com a digitalização dos seus modelos de negócios, no quadro de cada empresa.

As Aceleradoras de Comércio Digital procurarão, pois, valorizar e incentivar a adoção de tecnologia por parte das empresas do comércio e serviços, providenciando um acompanhamento em proximidade aos operadores económicos, bem como uma lista de serviços digitais aos quais a adesão será simplificada e apoiada.

As Aceleradoras deverão proceder a uma avaliação de maturidade digital dos operadores económicos, contemplando para o efeito equipas dedicadas a um contacto de proximidade com tais operadores. Esta avaliação deverá, por sua vez, resultar num plano de ação para a digitalização do modelo de negócio do operador económico em causa.

QUADRO XVI
ATIVIDADES PREVISTAS E REALIZADAS PELA DIREÇÃO DE SERVIÇOS DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL (DSSE)

Matriz de objetivos e atividades da DSSE									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
1	[O1] Reforçar a coordenação dos assuntos europeus e internacionais do METD e garantir a representação da DGAE nas estruturas nacionais e internacionais	30%	11	Taxa de participação em reuniões planeadas [QUAR DGAE Ind 1]	[80% - 90%]	50%	Representar o METD ou a DGAE em diferentes fóruns ou eventos em matérias relacionadas com a Sustentabilidade Empresarial (nível nacional, da UE ou internacional).	R	Ao nível nacional, a DGAE assegurou a participação como oradora em vários eventos no âmbito da sustentabilidade empresarial, destacando-se o <i>Live</i> no Instagram sobre "Consumo Consciente e Desenvolvimento Sustentável" (12 de fevereiro), os Webinars organizados pelo Turismo de Portugal, I.P. de apresentação dos Guias de Boas Práticas «Economia Circular no Alojamento Turístico» (23 de fevereiro e 3 de março) e «Restauração Circular e Sustentável» (24 de fevereiro e 1 de março), o evento «e-Waste Open Innovation» promovido pela ERP Portugal e LG Portugal (10 de

Matriz de objetivos e atividades da DSSE									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
								fevereiro), Sessão de Esclarecimento de Produtores ERP Portugal e Novo Verde (18 de março), Sessão de Esclarecimento de Produtores Novo Verde (23 e 29 de março), na Conferência Digital «Consumers Go Green: Compras verde, ou talvez não! Greenwashing» (3 de maio), na Virtual Roundtable «APPLE and the Environment» (5 de maio), e Webinar «Empresas + Circulares: Indústrias de Base Florestal» da iniciativa da CIP (8 de junho), o evento «Sustentabilidade na Indústria Cosmética» organizado pelo Departamento de Projetos da LisbonPH - Júnior Empresa da Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa (15 de junho), o evento "#REUE2021 Promover uma Transição Sustentável" (14 de outubro), o evento da APIVITA "Sustentabilidade no Produto Cosmético: Quando Começa	

Matriz de objetivos e atividades da DSSE									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
								<p>& Onde Acaba?” (5 de novembro), o Workshop da <i>SmartWaste</i> Portugal sobre “Produtos Fertilizantes - O Regulamento UE 2019/1009 e sua aplicação” (17 de novembro) e a Sessão de Esclarecimento “Certificação de Sustentabilidade Ambiental” (18 de novembro). No contexto internacional, salienta-se a participação na Conferência «CONAMA 2020 ST 42 Futuro y presente del plástico» (Madrid, 1 de junho).</p>	
							Representar o METD no <i>Steering Committee</i> da Aliança Circular para os Plásticos.	R	A DGAE participou em 7 reuniões do <i>Steering Committee</i> da Aliança Circular para os Plásticos.
							Representação a DGAE no <i>Advisory Board</i> do Pacto Português para os Plásticos (PPP) e no respetivo Grupo de Trabalho sobre “Plásticos de Uso Único”.	R	A DGAE participou em 5 reuniões do <i>Advisory Board</i> do Pacto Português para os Plásticos, bem como nas reuniões do Grupo de Trabalho “Novos Modelos de Negócios”.

Matriz de objetivos e atividades da DSSE									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Representar Portugal no âmbito da aplicação do Regulamento n.º 2003/2003 (Adubos) e do Regulamento (UE) n.º 2019/1009 (Produtos Fertilizantes), designadamente nas reuniões do Grupo de Peritos da Comissão sobre Produtos Fertilizantes e do Comité de Regulamentação dos Fertilizantes.	R	A DGAE participou em 3 reuniões do Grupo de Peritos da Comissão sobre Produtos Fertilizantes e numa reunião do Comité de Regulamentação dos Fertilizantes.
							Representar de Portugal no âmbito da governação do Rótulo Ecológico da União Europeia enquanto organismo competente nacional, designadamente nas reuniões do Fórum dos Organismos Competentes, do Comité REUE e do Comité Regulamentador REUE.	R	A DGAE assegurou a participação nas reuniões de governação do sistema a nível da UE, designadamente no Comité "Rótulo Ecológico da UE" (2), no Fórum dos Organismos Competentes do Rótulo Ecológico da UE (2), no Comité Regulamentador "Rótulo Ecológico da UE" (1) e no Comité "Rótulo Ecológico da UE - Grupo Informal sobre Comunicação" (2). No âmbito do Fórum Virtual dos Organismos Competentes do Rótulo Ecológico da UE, a DSSE assegurou a resposta nacional a 5 consultas.

Matriz de objetivos e atividades da DSSE									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Representar a DGAE na Comissão de Acompanhamento da Gestão de Resíduos (CAGER).	R	A DGAE participou em 2 reuniões do Secretariado Técnico da CAGER.
							Representar a DGAE na Comissão Nacional de Combate ao Desperdício Alimentar (CNCDA).	NR	A CNCDA não reuniu em 2021.
							Representar a DGAE na Comissão Nacional do Transporte de Mercadorias Perigosas (CNTMP).	R	A DGAE participou em 3 reuniões da Sessão Plenária da CNTMP.
							Representar a DGAE no Conselho Consultivo e no Conselho Tarifário da Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos (ERSAR).	R	A DGAE participou em 3 reuniões do Conselho Consultivo da ERSAR.
							Representar o METD no Conselho Consultivo da Autoridade Marítima Nacional (AMN).	R	A DGAE participou em 2 reuniões do Conselho Consultivo da Autoridade Marítima Nacional.
							Representar o METD no Grupo de Coordenação da Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAAAC).	NR	O Grupo de Coordenação da ENAAAC não reuniu em 2021.

Matriz de objetivos e atividades da DSSE									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Representar o METD na Comissão Permanente de Prevenção, Monitorização e Acompanhamento dos Efeitos da Seca (CPPMAES).	NR	A CPPMAES não reuniu em 2021.
							Representar a DGAE na Comissão Nacional de Coordenação de Combate à Desertificação (CNCCD).	NR	A CNCCD não reuniu em 2021.
							Representar o METD no Conselho Nacional da Água (CNA).	R	A DGAE assegurou a representação do METD numa reunião do CNA.
							Representar o METD nos Conselhos de Região Hidrográfica (CRH).	NR	Os CRH não reuniram em 2021.
							Representar a DGAE na Assembleia Geral da ADENE.	R	A DGAE participou em 2 reuniões da Assembleia Geral da ADENE (9 de julho e 14 de setembro).
							Representar a DGAE na Comissão Executiva do Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética (PNAEE).	R	A DGAE participou numa reunião do PNAEE.

Matriz de objetivos e atividades da DSSE									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Representar o METD na Comissão Nacional de Direitos Humanos (CNDH).	R	A DGAE assegurou a representação do METD em 3 reuniões da CNDH e em 2 reuniões do GT Empresas e Direitos Humanos da CNDH.
							Representar a DGAE no Conselho para as Migrações (CM).	R	A DGAE participou em 6 reuniões do CM.
							Representar o METD na rede de pontos focais do Plano Nacional de Implementação do Pacto Global das Migrações.	R	A DGAE assegurou a representação do METD em 3 reuniões da rede de Pontos Focais do PNIPGM.
							Representar a DGAE na Comissão Técnica para a Igualdade Salarial entre Mulheres e Homens do Instituto Português da Qualidade (IPQ).	R	A DGAE participou em 5 reuniões do CT e em 8 reuniões do GT "Análise da Norma Islandesa" da CT.
							Representar a DGAE na Rede de Pontos de Contacto Nacionais (PCN) para a aplicação das Guidelines da OCDE para as Empresas Multinacionais.	R	A DGAE participou em 2 reuniões da Rede de PCN.
							Representar a DGAE na Working Party of Responsible Business Conduct (WPRBC) da OCDE.	R	A DGAE participou em 4 reuniões do WPRBC e na reunião do WPBRC restrita apenas aos Estados Membros da UE.

Matriz de objetivos e atividades da DSSE									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Representar a DGAE na Rede Portuguesa de Responsabilidade Social das Organizações (RSO PT).	R	A DGAE participou em 3 reuniões da Rede RSO PT.
							Representar a DGAE na Associação Portuguesa para a Diversidade e Inclusão (APPDI).	R	A DGAE participou em 3 reuniões da APPDI.
			12	Taxa de recomendações de atuação relevantes apresentadas [QUAR DGAE Ind 2]	[10% - 20%]	20%	Apresentar propostas de recomendações de atuação decorrentes da participação em Comitês, Grupos de Trabalho, Coligações, Comissões Nacionais, Conselhos Consultivos, Secretariados Técnicos, Redes Nacionais e Fóruns.	R	A DGAE propôs um conjunto de 4 recomendações de atuação no contexto da gestão do sistema de Rótulo Ecológico da UE, da implementação do Regulamento (UE) 2019/1009 (Produtos Fertilizantes) e da transposição da Diretiva (UE) 2019/904 (Plásticos de Uso Único).
			13	N.º de reuniões de coordenação organizadas pela DSSE no âmbito das suas competências [QUAR DGAE Ind 3]	4	15%	Organizar reuniões de coordenação tendo em vista a preparação de posições no contexto de processos legislativos (nacionais ou da UE).	R	A DSSE organizou 4 reuniões de coordenação no contexto da função de PCN PT para as Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais e no âmbito do acompanhamento da gestão de fluxos específicos de resíduos.

Matriz de objetivos e atividades da DSSE									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
			14	N.º de eventos organizados pela DSSE no âmbito da Presidência Portuguesa do Conselho da UE [QUAR DGAE Ind 4]	1	15%	Organização de um evento à margem da Assembleia Geral da Aliança Circular para os Plásticos (Circular Plastics Alliance).	R	A DGAE organizou, a convite da Comissão Europeia (DG GROW), um evento subordinado ao tema «Sinergias entre a Aliança Circular para os Plásticos e o(s) Pacto(s) Nacional(is) para os Plásticos», realizado à margem da reunião da Assembleia Geral da Aliança Circular para os Plásticos e enquadrado na Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia (28 de janeiro).
2	[O3] Contribuir para a melhoria do desenvolvimento das atividades económicas	30%	17	N.º de propostas de formulação e avaliação da execução de políticas públicas apresentadas [QUAR DGAE Ind. 7]	16	30%	Apresentar propostas de formulação e avaliação da execução de políticas públicas.	R	A DGAE apresentou um conjunto de 22 propostas de políticas públicas enquadradas nas áreas de trabalho relativas a matérias fertilizantes, gestão de fluxos específicos de resíduos abrangidos pela Responsabilidade Alargada do Produtor e Plásticos de Uso Único.

Matriz de objetivos e atividades da DSSE									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
			18	N.º de sessões de informação e capacitação junto de agentes económicos e de interlocutores institucionais [QUAR DGAE Ind. 8]	3	20%	Promover sessões de informação e capacitação junto de agentes económicos e de interlocutores institucionais na área da Sustentabilidade Empresarial.	R	A DGAE organizou 3 sessões de informação dirigidos a agentes económicos e interlocutores institucionais, designadamente o <i>Live</i> no <i>Instagram</i> sobre "Consumo Consciente e Desenvolvimento Sustentável" (12 de fevereiro) em articulação com a Greendet, a Sessão de Esclarecimento sobre a aplicação do Decreto-Lei n.º 102-D/2020, de 10 de dezembro em articulação com a Confederação do Comércio e Serviços de Portugal (30 de setembro) e o evento "#REUE2021 Promover uma Transição Sustentável" (14 de outubro).

Matriz de objetivos e atividades da DSSE									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
			19	N.º de ações desenvolvidas com outros parceiros institucionais, com organizações da Sociedade Civil ou com operadores económicos	[7-9]	50%	<p>Promover e divulgar iniciativas e ações relevantes relacionadas com a Sustentabilidade Empresarial.</p> <p>Assegurar a participação da DGAE em iniciativas de reconhecimento de boas práticas em matéria de Sustentabilidade Empresarial.</p> <p>Contribuir para a avaliação da execução do Plano de Ação para a Economia Circular em Portugal (2017-2020) e dar continuidade à agenda de promoção da Economia Circular nos setores da distribuição e do retalho.</p>	R	<p>Foram divulgadas várias iniciativas no domínio da sustentabilidade empresarial, tanto no sítio da Internet e no LinkedIn da DGAE, como junto de estruturas associativas empresariais, designadamente nas áreas de economia circular, sistema de atribuição do Rótulo Ecológico da UE, gestão de resíduos, matérias fertilizantes e conduta empresarial responsável.</p> <p>A DGAE integrou o painel de jurados da iniciativa «<i>e-Waste Open Innovation 2021</i>», promovida pela ERP Portugal e pela LG Portugal com o apoio da Startup Lisboa.</p> <p>A DGAE elaborou, em coordenação com a APA, I.P., o relatório de atividades do PAEC relativo ao triénio 2018-2020.</p>

Matriz de objetivos e atividades da DSSE									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Acompanhar como co-promotor a implementação da Medida 11 (Garantir que bens alimentares próximos da data limite de validade tenham um circuito comercial que facilite o seu consumo) prevista na Estratégia Nacional de Combate ao Desperdício Alimentar.	R	A DGAE assegurou os reportes para os relatórios de progresso da Estratégia Nacional de Combate ao Desperdício Alimentar (ENCDA) no que diz respeito aos dados relativos à execução da Medida 11 (Garantir que bens alimentares próximos da data limite de validade tenham um circuito comercial que facilite o seu consumo), apurados pela Associação Portuguesa de Empresas de Distribuição (APED). Ainda no âmbito da implementação da Medida 11 da ENCDA participou num conjunto de visitas temáticas a lojas dos associados da APED (20 de setembro) e assegurou a resposta ao questionário sobre a "Avaliação da ENCDA/PACDA e do funcionamento da CNCDA no período de 2016-2021 e perspetivas futuras" (setembro).

Matriz de objetivos e atividades da DSSE									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Assegurar o acompanhamento dos trabalhos a desenvolver no âmbito da Aliança Circular para os Plásticos, do Pacto Nacional da Indústria dos Plásticos para a Economia Circular e Sustentabilidade Ambiental, do Pacto Europeu para os Plásticos e do Pacto Nacional para os Plásticos.	R	Para além da participação nas reuniões do <i>Steering Committee</i> da Aliança Circular para os Plásticos, do <i>Advisory Board</i> do Pacto Português para os Plásticos e no respetivo Grupo de Trabalho "Novos Modelos de Negócio", organizou um evento internacional subordinado ao tema «Sinergias entre a Aliança Circular para os Plásticos e o(s) Pacto(s) Nacional(is) para os Plásticos», realizado à margem da reunião da Assembleia Geral da Aliança Circular para os Plásticos e participou como oradora na sessão de apresentação do Primeiro Relatório de Progresso do Pacto Português para os Plásticos (25 de novembro).

Matriz de objetivos e atividades da DSSE									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							<p>Avaliar a necessidade de eventuais alterações ao enquadramento jurídico das licenças atribuídas a entidades gestoras de sistemas integrados de gestão de resíduos no âmbito da Responsabilidade Alargada do Produtor com base nos resultados estudo previsto em sede do Artigo 99.º (Avaliação da aplicação do regime) do Decreto-Lei n.º 152-D/2017, de 11 de dezembro.</p>	R	<p>No âmbito do Grupo de Trabalho criado através do Despacho n.º 9876/2021, de 12 de outubro, a DGAE coordenou, em conjunto com a APA, I.P., os trabalhos com as entidades gestoras dos fluxos específicos de resíduos, tendo em vista a avaliação de eventuais alterações do enquadramento legal vigente aplicável aos fluxos específicos de resíduos, constantes do Relatório Final do GT, submetidos às tutelas em dezembro.</p>
							<p>Assegurar a participação como parceiro do projeto Pré-Definido-1 (Sistema Piloto de Devolução e Depósito de Embalagens de Bebidas de Plástico, Vidro, Metais Ferrosos e Alumínio) apoiado no âmbito do Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu 2014 – 2021.</p>	R	<p>A DGAE participou nos trabalhos de elaboração do projeto de Portaria que define os termos e os critérios aplicáveis ao sistema de depósito e reembolso (SDR) de embalagens de bebidas não reutilizáveis, em plástico, aço e alumínio.</p>

Matriz de objetivos e atividades da DSSE									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Desenvolver ações de promoção do Rótulo Ecológico da União Europeia.	R	A DGAE organizou um evento de promoção do REUE a nível nacional sob a epígrafe "#REUE2021 Promover uma Transição Sustentável" (14 de outubro).
							Implementar o Plano Nacional de Ação para a Conduta Empresarial Responsável e Direitos Humanos (PNACERDH) após aprovação.	R	A DGAE submeteu à Tutela uma proposta de PNACERDH para validação, aguardando-se, contudo, os contributos de algumas áreas governativas.
							Assegurar as funções de Ponto de Contacto Nacional no contexto da aplicação das Guidelines da OCDE para Empresas Multinacionais no contexto da Conduta Empresarial Responsável.	R	Para além de assegurar a representação de PT nas reuniões da Rede de PCN, a DGAE: - Promoveu a articulação com a AICEP, que partilha com a DGAE a função de PCN; - Promoveu contactos com o MTSSS (Ponto Focal Nacional do Instrumento tri-partido da OIT); - Confirmou junto da OCDE o agendamento do exercício de avaliação de pares do PCN para o 2.º trimestre de 2023; - Publicou no sítio da Internet da DGAE as versões inglesas

Matriz de objetivos e atividades da DSSE									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
								do "Guia de Procedimentos para o Tratamento de Instâncias Específicas no âmbito das Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais" e do "Requerimento Inicial para Contacto com o PCN"; - Contribuiu para a publicação de um artigo sobre o PCN, no blog da Universidade Nova dedicado aos assuntos da sustentabilidade "NOVA Knowledge Centre for Business, Human Rights and the Environment (NOVA BHRE)".	
3	[O4] Garantir os prazos de resposta às solicitações dirigidas à DSSE	30%	I10	Taxa de pareceres relevantes emitidos dentro do prazo [QUAR DGAE Ind. 9]	[94% - 98%]	50%	Assegurar a resposta aos pedidos da Tutela em matérias relacionadas com a Sustentabilidade Empresarial.	R	A DGAE assegurou a resposta à totalidade das solicitações da Tutela.

Matriz de objetivos e atividades da DSSE									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Acompanhar as iniciativas legislativas enquadradas no "Pacto Ecológico Europeu" e, em particular, no novo "Plano de Ação da UE sobre Economia Circular", contribuindo no âmbito de matérias relacionadas com a Sustentabilidade Empresarial.	R	A DGAE participou na negociação do Regulamento das Baterias e Resíduos e da nova Diretiva relativa ao Sistema de Comércio de Licenças de Emissão da UE (CELE) integrado no pacote de propostas legislativas "Fit for 55".

Matriz de objetivos e atividades da DSSE									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Assegurar a participação do METD nos processos legislativos na área da gestão de resíduos, em particular no âmbito da transposição das Diretivas que alteraram as Diretivas 2008/98/CE, de 19 de novembro, relativa aos resíduos, 94/62/CE, de 20 de dezembro, relativa a embalagens e resíduos de embalagens, 2000/53/CE, de 18 de setembro, relativa aos veículos em fim de vida, 2006/66/CE, de 6 de setembro, relativa às pilhas e acumuladores e respetivos resíduos, 2012/19/UE, de 4 de julho, relativa aos resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos, e a Diretiva 2019/904/UE, de 5 de junho, relativa à redução do impacto de determinados produtos de plástico no ambiente (SUP).	R	A DGAE contribuiu para os trabalhos de alteração do UNILEX (Lei n.º 52/2021, de 24 de agosto) e para a transposição da Diretiva SUP (Decreto-Lei n.º 78/2021, de 24 de setembro).

Matriz de objetivos e atividades da DSSE									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Assegurar o co-licenciamento de entidades gestoras dos Sistemas Integrados e de Sistemas Individuais de Gestão de Fluxos Específicos de Resíduos no âmbito da Responsabilidade Alargada do Produtor.	R	As licenças das entidades gestoras dos fluxos específicos de resíduos foram prorrogadas até 31 de dezembro de 2022, tendo a DGAE, em conjunto com a APA, I.P., elaborado os respetivos Despachos de prorrogação.
							Assegurar o acompanhamento da atividade desenvolvida por quinze entidades gestoras dos vários fluxos específicos de resíduos, através da análise dos planos anuais de atividade, dos relatórios anuais e intercalares de atividade, dos modelos de cálculo das prestações financeiras, bem como da execução dos respetivos planos de prevenção, investigação e desenvolvimento e comunicação, sensibilização e educação.	R	A DGAE analisou os Planos de Atividade das 15 entidades gestoras dos fluxos específicos de resíduos abrangidos pela Responsabilidade Alargada do Produtor, e respetivos planos de prevenção, SC&E e I&D, incluindo ainda 5 modelos de cálculo de prestações financeiras (SOGILUB, SPV, Novo Verde, Electrão-SIGRE e Electrão-Pilhas e Acumuladores).

Matriz de objetivos e atividades da DSSE									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Assegurar a resposta aos pedidos de contributos da APA, I.P. relativos a esclarecimentos solicitados pelos operadores económicos no âmbito das obrigações legais em matéria de gestão de fluxos específicos de resíduos.	R	No contexto das obrigações previstas no UNILEX (Decreto-Lei n.º 152-D/2017) e na Diretiva (UE) 2019/904 (Diretiva SUP), a DGAE assegurou as respostas a várias solicitações de esclarecimentos.
							Assegurar os procedimentos finais do processo legislativo relativo à aprovação de um novo regime aplicável às matérias fertilizante não harmonizadas.	R	A DGAE assegurou a análise dos contributos das entidades consultadas no âmbito da revisão do quadro legal nacional e efetuou as alterações pertinentes no projeto de Decreto-Lei relativo às matérias fertilizantes.
			111	Taxa de solicitações respondidas com carácter substantivo dentro do prazo [QUAR DGAE Ind 10]	[94% - 98%]	50%	Assegurar os procedimentos de análise e decisão sobre os pedidos de inscrição no Registo Nacional de Matérias Fertilizantes Não Harmonizadas, efetuar o respetivo registo e solicitar a sua publicitação no Website da DGAE.	R	A DGAE avaliou 72 pedidos de inscrição no Registo, deferiu 25 registos e indeferiu 47. Foram ainda concedidas 118 renovações do registo e indeferido 1 pedido de renovação. Foram efetuadas 11 alterações de elementos de registo e disponibilizada no sítio da Internet da DGAE a lista atualizada de registos.

Matriz de objetivos e atividades da DSSE									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Assegurar a resposta às solicitações e pedidos de esclarecimentos de operadores económicos no âmbito do Decreto-Lei n.º 103/2015, de 15 de junho, que estabelece as regras a que deve obedecer a colocação no mercado de matérias fertilizantes.	R	A DGAE assegurou respostas a 210 pedidos de esclarecimento a operadores económicos relativamente a dúvidas suscitadas pela aplicação do Decreto-Lei n.º 103/2015, de 15 de junho, 52 pedidos de esclarecimento relativamente a dúvidas suscitadas pela aplicação da Regulamentação da União Europeia relativa a fertilizantes (Regulamento (CE) n.º 2003/2003 e Regulamento (UE) 2019/1009) e 78 pedidos de esclarecimento relativos à aplicação do Reconhecimento Mútuo, previsto no Regulamento (UE) 2019/515, de 19 de março de 2019.

Matriz de objetivos e atividades da DSSE									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Assegurar os procedimentos de análise no âmbito das candidaturas ao Rótulo Ecológico da União Europeia.	R	A DGAE assegurou os procedimentos de análise no âmbito das candidaturas ao REUE, tendo sido atribuídas 5 novas licenças de utilização do REUE correspondentes a um conjunto de 108 produtos. O âmbito de 8 licenças atribuídas anteriormente foi ampliado, passando a contemplar adicionalmente 587 produtos.
							Assegurar a resposta às solicitações e pedidos de esclarecimentos de operadores económicos no âmbito do sistema de atribuição do Rótulo Ecológico da União Europeia.	R	Foi assegurada a resposta a aproximadamente 30 solicitações e pedidos de esclarecimentos de operadores económicos no âmbito do sistema do Rótulo Ecológico da UE.
4	[O5] Melhorar a qualidade dos serviços prestados	10%	I12	N.º de conteúdos publicados no Website da DGAE [QUAR DGAE Ind 11]	30	40%	Preparar conteúdos para o Website da DGAE no domínio da sustentabilidade empresarial.	R	Em 2021 foram publicados 10 conteúdos no Website da DGAE no domínio da sustentabilidade empresarial.

Matriz de objetivos e atividades da DSSE									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
			I13	Grau de satisfação dos/as utilizadores/as que solicitam esclarecimentos no âmbito das competências da DSSE [QUAR DGAE Ind 12]	3,3	60%	Avaliar o grau de satisfação dos operadores económicos que solicitam esclarecimentos no âmbito do sistema de atribuição do Rótulo Ecológico da UE e de autorizações de colocação de matérias fertilizantes no mercado nacional.	R	A avaliação do grau de satisfação dos utilizadores que solicitaram esclarecimentos à DSSE foi, no ano 2021, de 3,84, numa escala de 1 a 5.

QUADRO XVII

ATIVIDADES NÃO PREVISTAS, MAS REALIZADAS PELA DIREÇÃO DE SERVIÇOS DA SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL (DSSE)

Matriz de objetivos e atividades da DSSE									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
1	[01] Reforçar a coordenação dos assuntos europeus e internacionais do METD e garantir a representação da DGAE nas estruturas nacionais e internacionais		I1	Taxa de participação em reuniões planeadas [QUAR DGAE Ind 1]			EUEB Working Group on Retailers	R	Na sequência do convite da DG ENV à DSSE para presidir ao Grupo de Trabalho "Retailistas" do Comité do Rótulo Ecológico da UE, foram organizadas 3 reuniões de coordenação, preparados diversos documentos de trabalho e estabelecidos contactos com diferentes grupos de interesse. Esta atividade vai continuar em 2022.

Matriz de objetivos e atividades da DSSE									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
3	[03] Contribuir para a melhoria do desenvolvimento das atividades económicas		19	N.º de ações conjuntas com outros organismos do Estado, com Organizações da Sociedade Civil ou com Operadores Económicos			Elaboração do Selo da Maturidade Digital	R	A DSSE apoiou o Grupo de Trabalho do IPQ, I.P. dedicado à vertente da sustentabilidade do Selo de Maturidade Digital, designadamente, através da elaboração de uma proposta de critérios e respetivos requisitos para as valências "ambiente" e "social", tendo assegurado a participação em 4 reuniões.
							Extensão do Chat-Bot da DGAE a novos conteúdos	R	A DSSE colaborou na extensão do Chat-Bot da DGAE a novos conteúdos, nomeadamente os relativos às áreas das Matérias Fertilizantes e do Rótulo Ecológico da UE. Neste contexto, para além da validação da informação acessível através do Chat-Bot, assegurou a participação em 16 reuniões.

Matriz de objetivos e atividades da DSSE									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Criação do fluxo BPM para as candidaturas do Rótulo Ecológico da UE com a Gfi Portugal	R	Foi dada continuidade ao trabalho iniciado em 2020, para efeito da criação de um fluxo de processo para apoio do tratamento das candidaturas em formato digital ao Rótulo Ecológico da UE. Prevê-se que esta atividade termine em 2022.
							Implementação do novo procedimento para <i>upload</i> de informação sobre produtos e serviços nacionais com Rótulo Ecológico da UE na plataforma ECAT	R	A DSSE participou nos testes da nova ferramenta criada pela Comissão Europeia (DG ENV) que permite o <i>upload</i> no ECAT de informação relativa a licenças que contemplam dezenas, centenas e milhares de produtos, criou e enviou para os OE os elementos necessários para que estes a possam utilizar, assim como esclareceu dúvidas e validou dados, tendo adicionalmente participado em 3 reuniões organizadas pelo Helpdesk REUE.

QUADRO XVIII AUTOAVALIAÇÃO PELA DIREÇÃO DE SERVIÇOS DA SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL (DSSE)

No contexto da temática “Economia Circular”, a DGAE deu continuidade à coordenação dos trabalhos no âmbito do Grupo de Coordenação do Plano de Ação para a Economia Circular (PAEC), em articulação com a APA, I.P., tendo, neste contexto, sido elaborado o Relatório de Atividades relativo ao triénio 2018/2020, que envolveu a recolha e análise de contributos de todas as áreas governativas, a definição da arquitetura dos referidos documentos e a decisão sobre os conteúdos a incluir.

No contexto do Protocolo de Colaboração celebrado em 2020 entre a DGAE e a Associação Portuguesa de Empresas de Distribuição (APED), tendo em vista contribuir para a implementação da respetiva agenda setorial prevista no PAEC, foi dada continuidade à publicação da biblioteca de Boas Práticas de Economia Circular implementadas pelos associados da APED, que foram diretamente recolhidas junto das empresas de distribuição e retalho, tendo ainda sido organizado, no âmbito da temática do desperdício alimentar, um conjunto de 3 visitas temáticas a lojas associadas da APED, designadamente à Auchan, ao Continente e ao Pingo Doce (20 de setembro).

Na sequência da subscrição por parte do Governo Português da Declaração da *Circular Plastics Alliance* (CPA), cujo principal objetivo consiste em promover ações voluntárias visando atingir, até 2025, o objetivo de 10 milhões de toneladas de plástico reciclado para fabricar anualmente novos produtos na Europa e assim assegurar o bom funcionamento do mercado UE dos plásticos reciclados, a DGAE assegurou a representação nacional nas reuniões do respetivo *Steering Committee*, tendo organizado, a convite da Comissão Europeia (DG GROW), um evento subordinado ao tema “Sinergias entre a Aliança Circular para os Plásticos e o(s) Pacto(s) Nacional(is) para os Plásticos”, realizado à margem da reunião da Assembleia Geral do CPA e enquadrado na Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia, que teve lugar a 28 de janeiro de 2021.

Ao nível nacional, destaca-se também a participação da DGAE enquanto Membro Institucional e Membro Fundador do “Pacto Português para os Plásticos”, promovido pela Associação *Smart Waste* Portugal, e que integra a Rede de Pactos Nacionais promovida pela Fundação *Ellen MacArthur*, tendo neste contexto sido assegurada a participação nas reuniões plenárias do respetivo *Advisory Board* e do Grupo de Trabalho “Novos Modelos de Negócio”, bem como no painel de debate no evento de apresentação do "Relatório de Progresso - Pacto Português para os Plásticos", que teve lugar a 25 de novembro de 2021 em Aveiro.

A DGAE assegurou os reportes semestrais ao Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral (GPP) no contexto da responsabilidade, em conjunto com a Direção-Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV), de promotor da Medida 11 (Promover locais específicos para venda de produtos em risco de desperdício) do «Plano de Ação de Combate ao Desperdício Alimentar», bem como a resposta ao questionário sobre a "Avaliação da ENCDA/PACDA e do funcionamento da CNCDA no período de 2016-2021 e perspetivas futuras", tendo também participado nas reuniões do *Steering Committee* do projeto «E+C ECONOMIA MAIS CIRCULAR», promovido Confederação Empresarial de Portugal (CIP).

A convite de várias entidades dos setores público, privado, da sociedade civil e da academia, a DGAE participou, como oradora, em vários eventos no domínio da sustentabilidade empresarial, cuja listagem consta na tabela abaixo.

Nome do Evento	Data de Realização
<i>Líve</i> no Instagram sobre "Consumo Consciente e Desenvolvimento Sustentável"	12/fevereiro
Webinários do Turismo de Portugal, I.P. de Apresentação dos Guia de Boas Práticas «Economia Circular no Alojamento Turístico»	23/fevereiro e 3/março
Webinários do Turismo de Portugal, I.P. de Apresentação dos Guia de Boas Práticas «Restauração Circular e Sustentável»	24/fevereiro e 1/março
Evento « <i>e-Waste Open Innovation</i> » promovido pela ERP Portugal e LG Portugal	10/fevereiro
Sessão de Esclarecimento de Produtores ERP Portugal e Novo Verde	18/março

Nome do Evento	Data de Realização
Sessão de Esclarecimento de Produtores Novo Verde	23 e 29/março
Conferência Digital «Consumers Go Green: Compras verde, ou talvez não! Greenwashing»	3/maio
Virtual Roundtable «APPLE and the Environment»	5/maio
Conferência «CONAMA 2020 ST 42 Futuro y presente del plástico»	1/junho
Webinar «Empresas + Circulares: Indústrias de Base Florestal» da iniciativa da CIP	8/junho
Evento «Sustentabilidade na Indústria Cosmética» do Departamento de Projetos da LisbonPH (FFUL)	15/junho
Evento "#REUE2021 Promover uma Transição Sustentável"	14/outubro
Evento da APIVITA "Sustentabilidade no Produto Cosmético: Quando Começa & Onde Acaba?"	5/novembro
Workshop da SmartWaste Portugal sobre "Produtos Fertilizantes - O Regulamento UE 2019/1009 e sua aplicação"	17/novembro
Sessão de Esclarecimento da Associação de Turismo de Sintra sobre "Certificação de Sustentabilidade Ambiental"	18/novembro
Evento de Apresentação do "Relatório de Progresso - Pacto Português para os Plásticos"	25/novembro

No âmbito de iniciativas distintivas na área da gestão de resíduos, a DGAE integrou ainda o painel de jurados do prémio “*e-Waste Open Innovation 2021*”, iniciativa promovida pela ERP Portugal e pela LG Portugal com o apoio da *Startup Lisboa*, que consiste num programa de capacitação e mentoria que desafiou *startups* e empreendedores a criarem soluções para incentivar a reciclagem e o reaproveitamento de equipamentos eletrónicos, tendo na sua génese as conclusões do estudo sobre os «Hábitos dos Portugueses em relação ao Lixo Eletrónico», realizado em 2020.

No contexto de iniciativas legislativas enquadradas no “Pacto Ecológico Europeu”, e em particular, no novo “Plano de Ação da UE para a Economia Circular”, a DGAE participou ativamente na negociação dos Capítulos 6 (Obrigações dos Operadores Económicos além das incluídas no Capítulo 7) e 7 (Gestão do fim de vida das baterias) da proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo às “Baterias e Respetivos Resíduos”, destacando-se o facto do início dos trabalhos ter coincido com o período em que Portugal assumiu a Presidência do Conselho da União Europeia.

No âmbito da gestão de fluxos específicos de resíduos, a DGAE deu continuidade às atividades de licenciamento e acompanhamento das atividades desenvolvidas pelas 15 entidades gestoras licenciadas no âmbito de seis (6) fluxos específicos de resíduos [embalagens e resíduos de embalagens (incluindo os subfluxos resíduos de embalagens e medicamentos e resíduos de embalagens em agricultura), veículos em fim de vida, óleos usados, pneus usados, resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos e resíduos de pilhas e acumuladores], tendo procedido à elaboração, conjuntamente com a APA, I.P., dos 14 despachos de prorrogação das atuais licenças atribuídas às entidades gestoras (excetuando para a gestão dos óleos usados) e analisado os Planos de Atividade e Orçamentos Previsionais das 15 entidades gestoras dos fluxos específicos de resíduos e respetivos planos de prevenção, SC&E e I&D, reportes trimestrais, incluindo ainda 5 modelos de cálculo de prestações financeiras (SOGILUB, SPV, Novo Verde, Electrão-SIGRE e Electrão-Pilhas e Acumuladores).

Salientam-se os trabalhos realizados pela DGAE relativos às propostas de alteração do quadro legal nacional em matéria de resíduos [UNILEX e transposição da Diretiva (UE) 2019/904 (Diretiva SUP)] e à elaboração da legislação acessória e documentação de orientação, necessária à operacionalização do quadro legal, da qual se destacam os “Manuais de apoio ao cumprimento do UNILEX” referentes aos 6 fluxos específicos de resíduos, os projetos de Despacho relativos às contrapartidas financeiras a atribuir aos Sistemas de Gestão de Resíduos Urbanos (SGRU), bem como aos distribuidores e/ou comerciantes pela recolha seletiva e triagem dos equipamentos elétricos e eletrónicos e pilhas e acumuladores portáteis e a definição dos critérios mínimos a observar nos procedimentos concursais a realizar pelas entidades gestoras.

No domínio do projeto pré-definido 1 financiado através do Programa Ambiente do Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu (MFEEE) para o período de 2014-2021 (*EEA Grants*), destaca-se a participação da DGAE na elaboração do projeto de Portaria que define os termos e critérios aplicáveis ao sistema de depósito e reembolso de embalagens de bebidas não reutilizáveis de plástico, aço e alumínio.

Ao abrigo do Despacho n.º 9876/2021, de 12 de outubro, foi criado um Grupo de Trabalho para avaliação do modelo de atribuição das licenças relativas a sistemas integrados de gestão de fluxos específicos de resíduos, o qual teve como missão desenhar as principais linhas orientadoras das novas licenças e as especificidades de cada fluxo específico de resíduos. O referido Grupo de Trabalho foi coordenado pela DGAE e pela APA, I.P., tendo implicado a realização de várias reuniões com as entidades gestoras dos fluxos específicos de resíduos, consultas a um grupo de entidades e elaboração de um relatório com as conclusões do Grupo de Trabalho organizado por fluxo específico de resíduos, com a apresentação das principais linhas orientadoras para a redação das novas licenças.

Destaca-se ainda a participação da DGAE nas iniciativas realizadas no âmbito do Plano de Ação Nacional para os Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos (REEE), de modo a imprimir maior eficiência aos sistemas integrados de gestão deste fluxo específico de resíduos, cujos trabalhos terão continuidade em 2022, designadamente os contributos para realização da Campanha Nacional de Comunicação para os REEE - “Reciclar no sentido certo”, a análise do Relatório “Avaliação do Desempenho e Definição de Plano de Ação para o SIGREEE” e o acompanhamento da implementação da Campanha Nacional de Fiscalização de REEE – Projeto “*WEEE-FOLLOW*”.

A DGAE assegurou ainda a participação em vários fóruns, designadamente nas sessões plenárias da Comissão Nacional dos Transportes de Mercadorias Perigosas (CNTMP), do Conselho Consultivo e Conselho Tarifário da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, no Conselho Consultivo da Autoridade Marítima Nacional (CCAMN) e da Comissão Técnica de acreditação e certificação do Instituto Português de Acreditação, I.P..

No contexto da gestão do «Registo Nacional de Matérias Fertilizantes Não Harmonizadas», foram analisados 72 pedidos de inscrição no Registo, tendo resultado na concessão de 25 registos e 47 indeferimentos, tendo ainda sido concedida a renovação de 118 registos.

Foram asseguradas respostas aos operadores económicos sobre pedidos de esclarecimento relativo à interpretação e aplicação da legislação nacional e comunitária: 210 relativamente à legislação nacional (Decreto-Lei n.º 103/2015, de 15 de junho), 52 relativamente à regulamentação da União Europeia relativa a fertilizantes (Regulamento (CE) n.º 2003/2003 e Regulamento (UE) 2019/1009 e 78 relativos à aplicação do Reconhecimento Mútuo, previsto no Regulamento (UE) 2019/515, de 19 de março de 2019).

Os trabalhos de revisão do quadro legal nacional aplicável às matérias fertilizantes (Decreto-Lei n.º 103/2015, de 15 de junho) implicaram a análise dos contributos das entidades consultadas e respostas às questões colocadas por várias áreas governativas (e.g., ambiente, agricultura, finanças), bem como alterações no projeto de Decreto-Lei relativo às matérias fertilizantes.

Neste contexto, a DSSE assegurou ainda a participação em reuniões a nível da União Europeia sobre as matérias fertilizantes, nomeadamente no Grupo de Peritos da Comissão sobre Produtos Fertilizantes e no Comité de Regulamentação dos Fertilizantes.

No domínio dos trabalhos de desmaterialização dos procedimentos referentes aos serviços a prestar através do balcão digital ePortugal previstos no Decreto-Lei n.º 103/2015, foram atualizadas as respetivas fichas de informação. Foram ainda desenvolvidos os trabalhos iniciais de suporte necessários à tramitação de informação (procedimento e formulários interativos) relativa à colocação no mercado nacional de «matérias fertilizantes» ao abrigo do reconhecimento mútuo, que ficará alojado no portal *e-Portugal*.

Importa ainda destacar os trabalhos permanentes de atualização dos conteúdos de informação na área das matérias fertilizantes no sítio da Internet da DGAE, nomeadamente a atualização das listas relativas às matérias fertilizantes não harmonizadas com autorização de colocação no mercado, a revisão das FAQ e o procedimento para aplicação do Regulamento (UE) 2019/515 relativo ao Reconhecimento Mútuo, para a colocação no mercado em Portugal de matérias fertilizantes procedentes de outros Estados-Membros.

A DGAE, enquanto Organismo Competente Nacional para a atribuição das licenças de utilização do Rótulo Ecológico da União Europeia (REUE), participou nas reuniões de governação a nível da União Europeia, designadamente no Comité do Rótulo Ecológico da União Europeia, no Comité Regulamentador do Rótulo Ecológico da União Europeia, no Fórum dos Organismos Competentes e no Comité "Rótulo Ecológico da UE - Grupo Informal sobre Comunicação". Na sequência do convite endereçado pela Comissão Europeia (DG ENV), a DGAE assegurou a coordenação do Grupo de Trabalho do Comité do Rótulo Ecológico da União Europeia para a promoção deste sistema de rotulagem ambiental junto dos retalhistas, que terá continuidade 2022. Ainda ao nível da União Europeia, foi assegurado o reporte das estatísticas à Comissão Europeia, bem como a atualização dos conteúdos no catálogo europeu dos produtos e serviços com REUE e a consulta das estruturas associativas representativas dos setores económicos para suporte das tomadas de decisão relativamente às propostas de Decisão do REUE apresentadas pela Comissão Europeia.

A nível nacional, a DSSE garantiu a governação do sistema do Rótulo Ecológico da União Europeia, assegurando a análise da conformidade das candidaturas à atribuição das licenças de utilização do REUE, a análise dos pedidos de alteração ou de cancelamento das licenças já atribuídas, a atualização da Base de Dados nacional do REUE, assim como a resposta aos pedidos de informação das partes interessadas. De destacar que em 2021 foram submetidas 7 candidaturas à obtenção de licenças de utilização do REUE e atribuídas 5 licenças no âmbito dos grupos de produtos "Detergentes para lavagem manual de louça" (1), "Papel impresso" (1), "Papel *tissue* e produtos de papel *tissue*" (2) e "Tintas e vernizes para interiores e exteriores" (1).

A 31 de dezembro de 2021 encontravam-se válidas 25 licenças de utilização do REUE, no domínio dos seguintes grupos de produtos: “Detergentes para lavagem manual de louça” (3), “Papel impresso” (1), “Papel para usos gráficos” (2), “Papel *tissue* e produtos de papel *tissue*” (4), “Produtos cosméticos enxaguáveis” (2), “Produtos para limpeza de superfícies duras” (2), “Produtos têxteis” (1) e “Tintas e vernizes para interiores e exteriores” (5), que na totalidade incluem um conjunto de 5230 marcas comerciais, bem como 5 licenças de utilização do REUE a serviços de “Alojamento turístico”.

Considerando a relevância deste instrumento voluntário de rotulagem ambiental para incentivar padrões de produção e consumo mais sustentáveis, a DGAE realizou um evento de divulgação a nível nacional em formato virtual sob a epígrafe “#REUE2021 | Promover uma Transição Sustentável”, que teve lugar no dia 14 de outubro, aquando da celebração do Dia Mundial do Rótulo Ecológico (*World Ecolabel Day 2021*), tendo contado com cerca de 140 participantes, 50% dos quais do setor empresarial. Com base nos resultados obtidos através da análise do questionário de satisfação, a totalidade dos respondentes classificou de forma “positiva” ou “muito positiva” a sua participação no #REUE2021. Importa salientar que este evento contou com um painel diversificado de oradores, em resultado das parcerias que a DGAE tem vindo a estabelecer junto de um leque diversificado de *stakeholders*, tendo assim contado, para além da participação do Secretário de Estado do Comércio, Serviços e Defesa do Consumidor, também da Comissão Europeia (DG ENV), da DECO, de 3 operadores económicos detentores de licenças de utilização do REUE (FeelViana Sport Hotel, Greendet, Lda. e RENOVA, S.A.), da SONAE MC e ainda de outras entidades públicas relevantes para o REUE, como o Turismo de Portugal, I.P., a Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. e a Direção-Geral do Consumidor.

No âmbito do reforço das atividades de promoção do REUE, a DGAE participou em vários eventos a convite da DECO, do Departamento de Projetos da LisbonPH - Júnior Empresa da Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa, da APIVITA e da Associação de Turismo de Sintra, e deu continuidade à atualização dos conteúdos no sítio da internet da DGAE, incluindo do Mapa Dinâmico do REUE.

Salienta-se ainda o acompanhamento do trabalho que está a ser desenvolvido pela Comissão Europeia, com o objetivo de atualizar/modernizar a plataforma ECAT (*Ecolabel Catalogue*), assim como a articulação junto dos operadores económicos nacionais, tendo em vista prestar o necessário apoio para o respetivo registo na Base de Dados europeia.

No âmbito da Conduta Empresarial Responsável, a DGAE continuou a acompanhar e a promover a articulação das políticas sobre cidadania, igualdade de género, direitos humanos e migrações, com as políticas de empresa e de crescimento sustentável. Neste contexto, foi assegurada, em articulação com a Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E. P. E (AICEP Portugal Global, E.P.E), a função de Ponto de Contacto Nacional (PCN) para as Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais, tendo a DGAE participado, enquanto representante nacional, nas reuniões do Grupo de Trabalho da OCDE "Conduta Empresarial Responsável", da Rede de Pontos de Contacto Nacionais para as Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais e do Fórum Global da OCDE "Conduta Empresarial Responsável". Ainda no contexto da atividade de PCN, importa destacar que a DGAE desenvolveu conteúdos em língua inglesa do "Guia de Procedimentos para o Tratamento de Instâncias Específicas no âmbito das Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais" e o "Requerimento Inicial para Contacto com o PCN", disponível no respetivo sítio da Internet. Em 2021, também foi agendado, junto da OCDE, o exercício de revisão de pares (*peer review*) para o 2.º trimestre de 2023, cujo objetivo é o de garantir a equivalência dos procedimentos executados no seio da rede de PCN.

A nível nacional, foi dada continuidade à representação do METD na Comissão Nacional dos Direitos Humanos (CNDH), no Grupo de Trabalho do CNDH "Empresas e Direitos Humanos" e como ponto focal para a implementação das medidas do "Plano Nacional de Implementação do Pacto Global para as Migrações" (PNIPGM), tendo também sido prosseguida a função de representante da DGAE no Conselho para as Migrações do Alto Comissariado para as Migrações, I.P. (ACM, I.P.), no Grupo Técnico do ACM, I.P. para acompanhamento da implementação da Lei n.º 27/2017, de 30 de maio, relativa à livre circulação dos trabalhadores na UE . De destacar ainda a participação da DGAE no Grupo de Trabalho "Direitos Humanos e Práticas Laborais" da Rede Portuguesa de

Responsabilidade Social das Organizações (RSO PT) e no Grupo de Trabalho “Responsabilidade Social” da Associação Portuguesa para a Diversidade e Inclusão (APPDI).

A DGAE deu continuidade à participação em atividades de normalização nacional, designadamente na Comissão Técnica 216 (CT 216) - “Comissão Técnica para a igualdade salarial entre mulheres e homens”, coordenada pelo Instituto Português da Qualidade, I.P. (IPQ, I.P.), responsável pela elaboração da Norma Portuguesa que estabelecerá os requisitos para a implementação de um “Sistema de Gestão para a Igualdade Remuneratória entre Mulheres e Homens”, bem como no Grupo de Trabalho 3 da CT 216 - “Análise da Norma Islandesa”.

Ainda no âmbito do Sistema Português da Qualidade, em 2021, a DGAE também apoiou o Grupo de Trabalho do IPQ, I.P. dedicado à elaboração da dimensão “Sustentabilidade” do “Selo da Maturidade Digital”, tendo assegurado a participação nas reuniões do referido grupo e elaborado uma proposta de critérios e respetivos requisitos para as valências "ambiente" e "social" contempladas na referida dimensão.

Finalmente, destaca-se que a DGAE concluiu a revisão do projeto de “Plano Nacional de Ação para a Conduta Empresarial Responsável e Direitos Humanos” (PNACERDH), submetido à tutela no final de 2021.

No que respeita à área da descarbonização da economia, a DGAE acompanhou a negociação de propostas legislativas da União Europeia e preparou vários contributos, incluindo os necessários para dar resposta às solicitações da tutela, destacando-se a negociação da nova Diretiva relativa ao Sistema de Comércio de Licenças de Emissão da UE (CELE) integrado no pacote de propostas legislativas “Fit for 55”.

Finalmente, informa-se que a DGAE acompanhou os trabalhos da Agência para a Energia (ADENE), do Conselho Nacional da Água (CNA), e do Grupo de Coordenação da Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (EN AAC), no âmbito da qual a DGAE coordena o Grupo de Trabalho “Economia”.

QUADRO XIX
ATIVIDADES PREVISTAS E REALIZADAS PELA DIREÇÃO DE SERVIÇOS PARA A POLÍTICA EMPRESARIAL (DSPE)

Matriz de objetivos e atividades da DSPE									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
1	[O1] Reforçar a coordenação dos assuntos europeus e internacionais do METD e garantir a representação da DGAE nas estruturas nacionais e internacionais	35%	11	Taxa de participação em reuniões planeadas (QUAR DGAE - Ind1)	[80%-90%]	60%	Representar a DGAE, na qualidade de SHERPA do SME Envoy, nas reuniões associadas à iniciativa <i>Small Business Act</i> (SBA) para a Europa	R	A DGAE participou nas 5 reuniões realizadas no âmbito da Rede de SME Envoys.
							Representar a DGAE e/ou Ministério da Economia e da Transição Digital nas reuniões que concorrem para a iniciativa <i>Digitising European Industry</i> , nomeadamente, <i>Digital Innovation Hubs</i> , <i>Artificial Intelligence</i> , Plataforma das Iniciativas Nacionais para a Digitalização da Indústria	R	Foi assegurada a representação da DGAE/METD em 16 reuniões associadas à iniciativa DEI.
							Representar o Ministério da Economia e da Transição Digital no Comité do Espaço Europeu da Investigação e da Inovação (ERAC)	R	A DGAE participou nas 4 reuniões previstas, em representação do METD.

Matriz de objetivos e atividades da DSPE									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Assegurar a representação nacional no Grupo Política de Empresa - vertente Inovação (EPG - <i>Innovation</i>)	R	A DGAE participou em 2 reuniões sobre a estrutura de medição do <i>European Innovation Scoreboard</i> (EIS), sendo uma delas bilateral, para reflexão sobre os resultados de PT.
							Assegurar a representação nacional no Grupo de Peritos de Fiscalidade das PME - <i>SME Taxation Expert Group</i>	R	A DGAE participou nas 3 reuniões do <i>SME Taxation Expert Group</i> .
							Assegurar a representação PT nas reuniões do Grupo de Alto Nível das Indústrias Intensivas em Energia (GAN IIE) e nas reuniões SHERPA	R	A DGAE representou PT nas 3 reuniões SHERPA, não se tendo realizado qualquer reunião do GAN IIE.
							Participar em reuniões e grupos de trabalho no âmbito da preparação da PPUE2021	R	Foi assegurada a participação em 10 reuniões, na área do digital.
							Representar PT no Grupo de Peritos para as Indústrias de base Florestal	R	A DGAE assegurou a participação de Portugal nas 2 reuniões do Grupo de Peritos.
							Representar PT no Comité da Indústria, Inovação e Empreendedorismo (CIIE) – OCDE	R	Foi assegurada a participação nas 3 reuniões do Comité da Indústria.

Matriz de objetivos e atividades da DSPE									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Representar PT no Grupo de Trabalho das PME e do Empreendedorismo (WPSMEE) – OCDE	R	O Grupo de Trabalho foi elevado a um Comité de nível 1, ou seja, Comité PME e Empreendedorismo (CSMEE) tendo a DGAE participado ativamente neste processo e nas 3 reuniões organizadas pela OCDE. Refira-se ainda a participação da DGAE no <i>bureau</i> do CSMEE, contribuindo para o mandato e definição do programa de trabalhos deste novo Comité.
							Participar em reuniões no âmbito do projeto da OCDE " <i>Enabling FDI diffusion to boost SME productivity and innovation</i> "	R	A DGAE participou em 2 reuniões e contribuiu de forma substancial para a elaboração do relatório final do estudo, no qual Portugal foi país piloto.
							Representar PT nas reuniões do Comité do Aço – OCDE	R	Foi assegurada a participação nas 2 reuniões do Comité do Aço da OCDE.
							Representar o Ministério da Economia e da Transição Digital nas reuniões do Comité do Carvão e do Aço (COSCO) – EU	R	Realizou-se apenas uma reunião, na qual a DGAE representou o METD.

Matriz de objetivos e atividades da DSPE									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Participar no grupo de Peritos para os Clusters e do Subgrupo das Competências, no âmbito da Política Industrial da EU	R	A DGAE participou em 4 reuniões do Grupo de Peritos.
							Assegurar o Secretariado da Plataforma de Acompanhamento nas Relações das Fileiras Florestais (PARF) e participar nas reuniões preparatórias e plenárias da PARF	NR	A DGAE solicitou à tutela o agendamento de uma reunião plenária da PARF, para aprovação de um documento estratégico no âmbito das indústrias de base florestal e do próprio programa de trabalhos da plataforma. No entanto, a ausência de resposta por parte do Ministério do Ambiente, inviabilizou a realização da PARF e respetivas reuniões preparatórias.

Matriz de objetivos e atividades da DSPE									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Representar a DGAE e/ou Ministério da Economia e da Transição Digital em Grupos de Trabalho, Conselhos, Reuniões e outras Estruturas de natureza diversa	R	Foi assegurada a participação em: (i) Grupo de Peritos da União para o Mediterrâneo; (ii) Comité Mercado Interno (COSME); (iii) Dias da Indústria; (iv) Grupo de Acompanhamento e Avaliação das Condições de Abastecimento de Bens nos Setores Agroalimentar e do Retalho; (v) Fórum da Qualidade; (vi) Grupo Técnico Medicina Tradicional e Complementar; (vii) Uma reunião técnica do DSM-SG dedicada à estrutura de medição do Digital Economy and Society Index (DESI) e na 15.ª reunião do DSM-SG.
			12	Taxa de recomendações de atuação relevantes apresentadas (QUAR DGAE - Ind2)	[10%-20%]	15%	Efetuar propostas de recomendações relevantes decorrentes da participação em Grupos de Trabalho, Comités e reuniões de trabalho	R	As propostas de recomendação de atuação e/ou planos de ação apresentados junto da tutela representaram 15,63% do total de propostas da DGAE.

Matriz de objetivos e atividades da DSPE									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
			13	Nº de reuniões de coordenação organizadas pela DGAE no âmbito das suas competências (QUAR DGAE - Ind3)	20	20%	Organizar reuniões de coordenação no âmbito da PARF	NR	Não foram organizadas reuniões de coordenação com as Subcomissões, por falta de orientação política relativamente aos trabalhos da PARF.
							Assegurar o secretariado do GT nacional para a iniciativa SBA, nomeadamente organizar reuniões de coordenação, preparação de elementos no âmbito do <i>SME Performance Review</i> e elaboração do relatório anual de monitorização	R	Foi agendada uma reunião do GT nacional para a iniciativa SBA, que acabou por não se realizar. Não obstante, foi elaborado o relatório anual de monitorização e preparados elementos no âmbito do <i>SME Performance Review</i> .
							Organizar reuniões do GT responsável pelo processo de reconhecimento nacional dos Polos de Inovação Digital e sua integração na rede Europeia	R	Foram organizadas 18 reuniões do GT dos DIH e da Comissão de Avaliação, para análise de mérito e hierarquização das candidaturas e respetivos relatórios de progresso.

Matriz de objetivos e atividades da DSPE									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Assegurar a coordenação Grupo de trabalho nacional dedicado às questões técnicas do <i>Digital Economy and Society Index</i> (DESI), nomeadamente a revisão metodológica da estrutura de medição e o acompanhamento e análise crítica da posição nacional no índice	R	Como representante nacional das reuniões técnicas do DESI, a DGAE manteve contacto permanente com os membros do Grupo, tendo coordenado os contributos relativos à edição de 2021, do relatório relativo a Portugal. A DGAE organizou e coordenou os trabalhos de 2 reuniões do Grupo de Trabalho nacional.
							Assegurar a coordenação de reuniões variadas, no âmbito das competências da Direção de Serviços	R	A DSPE coordenou as seguintes reuniões: (i) Startup Portugal e OCDE, no âmbito de um projeto que visa a partilha de práticas entre decisores políticos envolvidos na gestão de start-up visa programs - março; (ii) reunião preparatória do Subgrupo Clusters - março; (iii) novos produtos do tabaco e produtos com nicotina - dezembro.

Matriz de objetivos e atividades da DSPE									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
2	[O3] Contribuir para a melhoria do desenvolvimento das atividades económicas	20%	14	N.º de eventos com participação da DSPE, no âmbito da PPUE2021	2	5%	Assegurar a representação da DSPE nos eventos da PPUE2021	R	A DSPE organizou o webinar "Pact for Skills in EU Industrial Ecosystems" (junho), participou nos Dias da Indústria (fevereiro), no Fórum Portugal Digital (maio) e no evento online sobre o Pacote Digital (Ato dos Serviços Digitais e Ato dos Mercados Digitais).
			15	N.º de propostas de formulação e avaliação da execução de políticas públicas apresentadas (QUAR DGAE - Ind7)	2	30%	Identificar, em articulação com associações empresariais, os principais impactos da crise pandémica em cadeias de valor estratégicas para PT, bem como, os desafios/oportunidades em matéria de qualificação, requalificação e reorientação do capital humano Recomendar, no âmbito do projeto da OCDE "Enabling FDI diffusion to boost SME productivity and innovation", soluções de IDE e inovação para PT	R	Para além das recomendações associadas ao estudo da OCDE sobre os efeitos do investimento direto estrangeiro na produtividade e inovação das PME, foi elaborado e enviado aos gabinetes da área governativa da Economia, o relatório da Comissão de Avaliação, com a proposta de seleção dos Polos de Inovação Digital, bem como o Despacho que procede ao seu reconhecimento para integração na rede nacional e à sua designação para acesso à rede europeia.

Matriz de objetivos e atividades da DSPE									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
			16	N.º de sessões de informação e capacitação junto de agentes económicos e de interlocutores institucionais (QUAR DGAE - Ind8)	2	40%	Apoiar e/ou acompanhar iniciativas no âmbito da política setorial da indústria transformadora Divulgar o processo de reconhecimento nacional dos Pólos de Inovação Digital para efeitos de integração na rede nacional e rede Europeia junto de stakeholders nacionais	R	A DSPE auscultou as estruturas associativas setoriais sobre (i) os impactos esperados do pacote legislativo "Fit-for-55", (ii) os constrangimentos nas cadeias de abastecimento com impacto na produção, e (iii) a trajetória de transição para o Ecosistema das Indústrias Intensivas em Energia, tendo organizado uma sessão de esclarecimento com os stakeholders das indústrias que integram este ecossistema (novembro). A DSPE realizou um workshop informativo para as entidades candidatas a Polos de Inovação Digital (janeiro).
			17	% de respostas e pareceres relativos aos procedimentos sobre os novos produtos do tabaco emitidos dentro do prazo	[95%-98%]	15%	Analisar e emitir a autorização de introdução no mercado de novos produtos do tabaco	R	Foram emitidas 5 autorizações de introdução no mercado de novos produtos do tabaco.

Matriz de objetivos e atividades da DSPE									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
3	[O4] Garantir os prazos de resposta às solicitações dirigidas à DSPE	20%	18	% de respostas e pareceres relativos aos procedimentos sobre o licenciamento, registo e monitorização de precursores de droga emitidos dentro do prazo	[95%-98%]	15%	Analisar os pedidos de emissão de licença, registo e comunicação anual da atividade dos operadores económicos no âmbito dos precursores de droga	R	Foram emitidas 5 licenças no âmbito dos precursores de droga e registados 17 operadores. Procedeu-se igualmente à sistematização da informação sobre a atividade anual dos operadores que intervêm na produção, fabrico, transformação ou armazenagem das substâncias inventariadas das categorias 1, 2 e 3.
			19	Taxa de pareceres relevantes emitidos dentro do prazo (QUAR DGAE - Ind9)	[94%-98%]	50%	Elaborar contributos e emitir pareceres, em resposta às solicitações dos Gabinetes do Ministério da Economia e da Transição Digital	R	Foram emitidos 106 pareceres relevantes, dentro do prazo.
			110	Taxa de solicitações respondidas com carácter substantivo dentro do prazo (QUAR DGAE - Ind10)	[94%-98%]	50%	Proceder à análise de informação e responder a solicitações internas à DGAE, bem como a entidades da Administração Pública e/ou entidades particulares	R	Foram elaborados 542 contributos, em resposta a solicitações várias, dentro do prazo.

Matriz de objetivos e atividades da DSPE									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
4	[O5] Melhorar a qualidade dos serviços prestados pela DSPE	25%	111	N.º de conteúdos publicados no Website da DGAE (QUAR DGAE - Ind11)	110	40%	Elaborar e atualizar sínteses de indicadores económicos e de infografias setoriais, para a sua divulgação em "Estatísticas", na página <i>web</i> da DGAE	R	Os formatos de infografia e sínteses de indicadores foram substituídos por um painel (<i>Dashboard</i>) com os principais indicadores de desempenho da atividade das empresas nacionais (não financeiras). Assim, e para além do <i>Dashboard</i> de monitorização das empresas nacionais (não financeiras) e do <i>Dashboard</i> de monitorização da Atividade dos Ecosistemas Industriais, foram elaborados e publicados 49 Relatórios Setoriais Detalhados.
							Atualizar conteúdos e divulgar oportunidades de financiamento	R	Foram elaborados e publicados 24 conteúdos informativos relativos a oportunidades de financiamento.
							Elaborar destaques, peças de comunicação e outras matérias de interesse à envolvente empresarial	R	Para além dos conteúdos relativos a financiamento e "Estatísticas", foram elaborados 36 destaques e notícias relevantes para os operadores económicos.

Matriz de objetivos e atividades da DSPE									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
			I12	Grau de satisfação dos utilizadores que solicitam esclarecimentos no âmbito das competências da DGAE (QUAR DGAE - Ind12)	3,3	60%	Avaliar o grau de satisfação dos utilizadores, no âmbito de pedidos de esclarecimento e de introdução no mercado de novos produtos do tabaco	R	Os utilizadores do processo relativo aos novos produtos do tabaco manifestaram grande satisfação pela informação recebida avaliando o serviço prestado com nota 5.
							Avaliar o grau de satisfação dos utilizadores, no âmbito dos precursores de droga	R	No âmbito dos precursores de droga, os utilizadores avaliaram a sua experiência com este serviço em 4,75.

QUADRO XX

ATIVIDADES NÃO PREVISTAS, MAS REALIZADAS PELA DIREÇÃO DE SERVIÇOS PARA A POLÍTICA EMPRESARIAL (DSPE)

Matriz de objetivos e atividades da DSPE									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
1	[O1] - Reforçar a coordenação dos assuntos europeus e internacionais do METD e garantir a representação da DGAE nas estruturas nacionais e internacionais			Participação em reuniões promovidas pela Comissão Europeia			Participação, entre março e maio, em 15 workshops do Grupo de Peritos para os Clusters, dedicados à identificação de boas práticas, ações, medidas, para implementação das 15 recomendações adotadas no final de 2020.	R	Os workshops foram agendados no decorrer do ano de 2021.
							TF1 do Fórum Industrial - Contribuição e participação em 3 reuniões (setembro, novembro e dezembro) sobre a estrutura de monitorização (KPIs) da implementação da Estratégia Industrial UE e as barreiras ao mercado único.	R	As Task Forces do Fórum Industrial foram criadas em 2021.

Matriz de objetivos e atividades da DSPE									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							TF2 do Fórum Industrial - Participação em 3 reuniões desta TF (novembro e dezembro), assegurando a curadoria do ecossistema das IIE	R	
							Participação e contribuição em reunião (outubro) promovida pela unidade Green and circular economy da DG GROW sobre a monitorização e análise das implicações da transição verde para a indústria da UE	R	
				Participação em reuniões nacionais			Levantamento de informação e participação em reuniões promovidas pelo GEE, no âmbito da PoC de um Cockpit de utilização interna ao METD. A DGAE contribui numa das 4 dimensões desta ferramenta, relativa aos indicadores do DESI e outros que complementam a dimensão de desenvolvimento digital em PT.	R	

Matriz de objetivos e atividades da DSPE									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							A DGAE participou em 3 reuniões no âmbito do Comité de Acompanhamento da C16 «Empresas 4.0». Estas reuniões cobriram todas as medidas que a DGAE integra, prevendo-se que ao longo da implementação do PRR as reuniões sejam repartidas por Grupos de Trabalho, conforme despacho que estabelece o Comité.	R	Operacionalização das medidas previstas no PRR, Componente C16.
							A DGAE participou em 6 reuniões do Grupo de Trabalho dos Selos de Maturidade Digital, com o objetivo de definir o Quadro Normativo para a dimensão Sustentabilidade (uma das medidas da C16 do PRR).	R	Em julho de 2021, a DGAE foi convidada a participar no GT que visa a criação de Selos de Maturidade Digital para a dimensão da Sustentabilidade, que se enquadra no âmbito de uma medida do Plano de Ação para a Transição Digital.

Matriz de objetivos e atividades da DSPE									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
2	[O2] - Assegurar a implementação de medidas de simplificação e de desburocratização administrativas			Medidas de desburocratização e de redução dos custos de contexto			Assistente Virtual - participação em reuniões técnicas e levantamento de perguntas e respostas para treino inicial do bot relativamente aos procedimentos de Novos Produtos do Tabaco e Precursores de Droga	R	
							Levantamento de requisitos e reuniões para implementação de fluxo no sistema de gestão documental do procedimento de autorização de introdução no mercado de novos produtos do tabaco	R	

QUADRO XXI AUTOAVALIAÇÃO PELA DIREÇÃO DE SERVIÇOS PARA A POLÍTICA EMPRESARIAL (DSPE)

O ano de 2021 ficou marcado pela Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia (PPUE2021), que teve um impacto significativo nas atividades desenvolvidas pela Direção de Serviços para a Política Empresarial (DSPE) no 1.º semestre do ano. Por outro lado, o surgimento de novas variantes do vírus SARS-CoV-2 condicionou a forma como as atividades foram realizadas, maioritariamente em contexto de teletrabalho.

A pandemia de COVID-19 e a PPUE2021 exigiram, pelas competências que estão afetas a esta Direção de Serviços, um acréscimo significativo do volume de trabalho, com pedidos de resposta a diversas solicitações de operadores económicos e gabinetes governamentais, nomeadamente:

- acompanhamento e sistematização das medidas lançadas pelo Governo no âmbito do controlo da pandemia e da mitigação dos efeitos da mesma nas empresas nacionais;
- análise e preparação de resposta a 87 pedidos de operadores económicos, no âmbito das medidas lançadas para apoiar a economia, em função das especificidades de cada setor;
- sistematização e atualização das medidas de restrição impostas pela Dinamarca, Espanha, Países Baixos e República Checa aos setores do comércio e restauração e medidas de incentivo às PME implementadas por estes países, no contexto da pandemia COVID-19. A recolha desta informação foi enviada à tutela com uma periodicidade quinzenal, entre janeiro e maio;
- contributo para o preenchimento do questionário *Integrated Political Crisis Response*, com informação sobre as medidas setoriais adotadas por Portugal. Este exercício foi alvo de atualizações ao longo do ano;
- contributo para o exercício lançado pelo *European Systemic Risk Board*, de monitorização das implicações sobre a estabilidade financeira das medidas de apoio e promoção da atividade económica adotadas no contexto COVID-19. Este exercício foi alvo de atualizações ao longo do ano;

- participação nas 3 reuniões do Grupo de Acompanhamento e Avaliação das Condições de Abastecimento de Bens nos Setores Agroalimentar e do Retalho em Virtude das Dinâmicas de Mercado, com elaboração das respetivas atas e do relatório de avaliação do contexto atual;
- contributos vários para os Conselhos de Competitividade, Investigação, Ambiente e Telecomunicações, Grupos de Alto Nível e respetivos Grupos de Trabalho, no quadro da PPUE2021;
- participação nas *Task Forces* de apoio técnico à Presidência, para a negociação do Ato dos Serviços Digitais e do Ato de Governação dos Dados, grandes prioridades da PPUE2021 em matéria do digital e de livre circulação de dados;
- organização de um *Webinar* sobre o papel do Pacto Europeu para a Promoção de Competências nos Ecosistemas Industriais, no contexto da PPUE2021, que contou com a participação do Secretário de Estado Adjunto e da Economia, de representantes da Comissão Europeia, de associações empresariais e do sistema de ensino superior e investigação nacionais.

De entre as restantes atividades previstas para o ano de 2021, destaca-se, em particular, aquelas que a DSPE desenvolveu, em cooperação com diversas entidades, no sentido de:

- promover e divulgar boas práticas no âmbito do empreendedorismo, competitividade, inovação, digitalização e sustentabilidade das empresas;
- promover e participar na elaboração do enquadramento legislativo e regulamentar de políticas públicas, nomeadamente através da realização de análises setoriais que permitem avaliar o seu impacto nos agentes económicos;
- dinamizar a implementação em Portugal da iniciativa *Small Business Act* (SBA) para a Europa e apoiar o *SME Envoy*, enquanto representante nacional para as PME;
- acompanhar a conceção e a execução das políticas para os setores industriais nacionais, participando na preparação da posição nacional a assumir nas instâncias europeias e internacionais;

- acompanhar, nas instâncias da UE, OCDE e outras organizações internacionais, as áreas relativas ao empreendedorismo, competitividade, inovação, transição energética e digital na indústria transformadora e nas PME;
- emitir pareceres, em resposta a solicitações dos serviços e organismos da Administração Pública, entidades do sistema associativo e empresas;
- coordenar o grupo de trabalho nacional dedicado ao acompanhamento da estrutura de medição do *Digital Economy and Society Index* (DESI) e assegurar a participação nacional no *Digital Single Market Strategic Group* na discussão do futuro do Índice;
- implementar o modelo de rede nacional de Polos de Inovação Digital, devidamente interligada com a rede europeia, a ser financiada no âmbito do Programa Europa Digital (DEP).

OBJETIVOS OPERACIONAIS – EFICÁCIA

A DSPE elaborou 10 propostas de recomendações relevantes de atuação e/ou planos de ação decorrentes da sua participação em 64 reuniões da UE e internacionais, as quais, em resultado da pandemia COVID-19, se realizaram por videoconferência. Houve, no entanto, alguns Grupos que não reuniram, como é o caso do Grupo de Alto Nível para as Indústrias Intensivas em Energia.

Por outro lado, será importante referir a participação da DSPE em 21 reuniões não planeadas, de que são exemplo os 15 *workshops* temáticos do Grupo de Peritos para os *Clusters* e as reuniões das *Task-Forces* criadas no âmbito do Fórum Industrial e dos seus objetivos de implementação da Estratégia Industrial UE, nomeadamente a *Task-Force 1*, que se dedica aos aspetos relacionados com a monitorização e análise económica, e a *Task-Force 2*, que tem por missão a definição de uma estrutura comum para os documentos em que serão apresentadas as trajetórias de transição para cada um dos ecossistemas industriais, bem como apoiar o desenvolvimento das trajetórias.

Da participação em reuniões europeias, destacam-se, pela sua relevância e propostas apresentadas, as seguintes:

- **Rede Europeia SME Envoys**, na qualidade de Ponto de Contacto Nacional para o SBA (SHERPA do *SME Envoy*). Entre os principais temas trabalhados ao longo do ano destacam-se: (i) a implementação da Estratégia PME nos ecossistemas industriais, com enfoque nos ecossistemas da defesa e do espaço; (ii) a preparação da implementação dos Planos Nacionais de Recuperação e Resiliência; (iii) a transformação digital das PME; (iv) a melhor regulamentação (*Single Market Enforcement Taskforce, Fit for Future Platform, SME Filter*); e (v) a definição de PME. Relevam-se também os trabalhos de sistematização das medidas direcionadas para as PME e o questionário sobre a aplicação de moratórias em caso de declaração de falências, na sequência da pandemia COVID-19. Sublinhe-se ainda o contributo para o relatório anual “*2021- Annual Report of the SME Envoy Network*”, apresentado no Conselho de Competitividade, bem como para o “*SME Performance Review 2021*” e a *SBA Fact Sheet Portugal 2021*, cujos trabalhos foram desenvolvidos em parceria com o GEE;
- **Comité do Programa do Mercado Único**. Na qualidade de delegado suplente¹⁶, a DGAE participou nas negociações do Pilar PME deste Programa, adotado em abril de 2021, o qual garante a continuidade da implementação das ações do programa COSME (2014-2020) e no Programa de Trabalhos para 2022, focado na implementação da Estratégia para as PME no contexto dos Ecossistemas Industriais e da componente PME da Estratégia Industrial, definindo ações em todas as áreas objetivas do pilar PME.
- **Grupo de Alto Nível das Indústrias Intensivas em Energia (GAN IIE)**. O Grupo SHERPA reuniu duas vezes em 2021, tendo como foco a preparação dos trabalhos para a trajetória de transição do ecossistema das IIE e as medidas de mitigação dos impactos da crise de preços da energia.
- **Member State Group on Artificial Intelligence and Digitizing European Industry (DEI)** e respetivos Grupos de Trabalho associados, nomeadamente, *SHERPA on AI and DEI, AI Watch*, Plataforma das iniciativas nacionais para a digitalização da indústria, *Digital Innovation Hubs (DIHs), Testing and Experimentation Facilities (TEFs)*, que contaram com a participação da DGAE em 13 reuniões. No domínio dos trabalhos desenvolvidos pelos vários

¹⁶ IAPMEI é delegado principal.

grupos destaca-se: (i) a revisão do Plano Coordenado para a Inteligência Artificial; (ii) a elaboração do 2.º relatório do *AI Watch*, com ponto de situação sobre a implementação das Estratégias Nacionais; (iii) a elaboração do 3.º relatório de monitorização das iniciativas nacionais para a digitalização da indústria – a DGAE coordena este trabalho, que envolve um conjunto alargado de entidades, nomeadamente IAPMEI, ANI, FCT, COTEC; (iv) a continuidade dos trabalhos de implementação da Rede Europeia de Polos de Inovação Digital - *call* europeia e ligação com a *call* nacional, fontes de financiamento e complementaridade de fundos; e (v) a definição do modelo de rede de TEFs - definição de setores, modelo de consórcio, fontes de financiamento e complementaridade de fundos.

No contexto de implementação da Rede TEFs e à semelhança de outros instrumentos financiados via DEP, que pressupõem um cofinanciamento de 50% por parte dos Estados-Membros, a DGAE procedeu, em parceria com a ANI, à elaboração de uma proposta de atuação¹⁷, que visava a criação de um Grupo de Trabalho para estudar: (i) o interesse nacional em participar neste instrumento; (ii) possíveis fontes de cofinanciamento; (iii) complementaridade/sinergias com outras iniciativas nacionais. Ainda no âmbito desta medida, a DGAE participou num conjunto de reuniões com *stakeholders*, das quais se destaca a reunião de 21 de dezembro, promovida pela Agência de Investigação Clínica e Inovação Biomédica (AICIB) e a Direção Geral da Saúde (DGS), para apresentação das oportunidades via DEP, aos Dirigentes do Ministério da Saúde.

- **Grupo de Peritos do Programa Europa Digital & Comité Europa Digital.** O Grupo de Peritos do Programa Europa Digital reuniu uma última vez em 2021, antes da aprovação do Programa, dando lugar ao Comité DEP, do qual a DSPE é membro e ponto de contacto nacional em dois domínios, *Artificial Intelligence e data and cloud* - onde se incluem as TEFs e os *European Digital Innovation Hubs*¹⁸.
- **Grupo de Peritos para os Clusters.** A DSPE participou nas 4 reuniões planeadas e nos 15 *workshops* temáticos, em que foram identificadas boas práticas e discutidas as iniciativas e as ações para implementação de cada uma das 15 recomendações feitas pelo grupo de peritos e adotadas no final de 2020 pela Comissão Europeia, organizadas nos pilares da Resiliência, da Transição Verde e da Transformação Digital.

¹⁷ INF/551/2021/DSPE/DGAE, de 24 de novembro

¹⁸ <https://perin.pt/delegates-ncp/>

- **SME Taxation Expert Group.** A DSPE integrou pela segunda vez este grupo de peritos, que teve por mandato a elaboração de um estudo que procura apresentar o impacto da regulamentação fiscal sobre a carga de conformidade tributária enfrentada pelas PME e fornecer recomendações sobre como esta carga pode ser reduzida a nível nacional e na UE. O objetivo foi quantificar os custos de conformidade fiscal para as PME e identificar medidas para melhorar o funcionamento dos sistemas fiscais na UE. Este estudo abrange todos os 27 países da UE e o Reino Unido. Para o efeito, realizaram-se 3 *workshops*, que contaram com a participação desta Direção de Serviços, aguardando-se a publicação do relatório.

Comité Indústria, Inovação e Empreendedorismo (CIIE) e Comité para as PME e Empreendedorismo (CSMEE). O ano de 2021 foi marcado pela elevação do Grupo de Trabalho PME e Empreendedorismo, subgrupo do CIIE, a Comité de nível 1, pelo que, parte significativa dos trabalhos foi desenvolvida em torno deste processo: (i) definição de mandatos; (ii) definição de Estratégias de Relações Globais, (iii) criação de uma nova output área; (iv) programa de trabalhos e orçamento para 2023-2024, de ambos Comités. Este acréscimo de trabalho levou a que cada formação realizasse uma reunião extraordinária, pelo que tiveram lugar 3 reuniões do CIIE e 3 reuniões do CSMEE, que contaram com a participação da DGAE.

Paralelamente, desenvolveram-se um conjunto de outras atividades, das quais se destacam 4 projetos que contaram com o envolvimento direto de Portugal/DSPE: (i) “*2021 SME and Entrepreneurship Outlook*”, publicado em junho e no qual Portugal participou pela segunda vez; (ii) “*Boosting FDI contributions on SME productivity and Innovation*”, que procura estabelecer a relação entre o Investimento Direto Estrangeiro, produtividade e inovação das PME e onde Portugal participou como país-piloto - o relatório final foi apresentado em janeiro de 2022, num evento que contou com a participação do Sr. Ministro de Estado, da Economia e da Transição Digital; (iii) “*Understanding firm growth: Helping SMEs Scale Up*”, no qual Portugal é um dos 6 países piloto a par da Eslováquia, Espanha, Finlândia, França e Itália - o relatório foi apresentado em novembro, na Assembleia das PME, em Portorz, Eslovénia, tendo a DSPE participado como orador; e (iv) “*Enhancing the impact of Italy’s start-up visa: What can be learnt from international practice?*” - publicado em dezembro, trata-se do primeiro relatório da OCDE com foco nos *start-up visa*, tendo contado com a participação do Chile, França, Irlanda e Portugal, além da Itália.

Refira-se ainda que Portugal é membro do *bureau* do CSMEE, tendo participado em 6 reuniões deste Grupo.

- **Comité do Aço da OCDE**, que reflete sobre o problema da capacidade global excedentária no setor do aço, bem como sobre os subsídios e auxílios ao setor e empresas detidas pelo Estado, que contribuem para o problema.

Em contexto nacional, o destaque vai para a participação da DSPE nos seguintes grupos de trabalho:

- **Grupo Técnico *Small Business Act*** – trabalho desenvolvido pela DSPE, na qualidade de secretariado do GT SBA, concretamente, na elaboração dos projetos de relatório de progresso das iniciativas e políticas implementadas no âmbito do SBA, em conformidade com o disposto na Resolução de Conselho de Ministros n.º 14/2014, de 13 de fevereiro. Refira-se que o Relatório anual, referente ao ano de 2020, identificou um conjunto de dificuldades de implementação e apresentou propostas de ajustamento e de melhoria, tendo sido enviado à tutela.
- **Grupo de Trabalho Nacional de acompanhamento do *DESI*** – a DGAE é o ponto focal nacional do DESI, em articulação com o GEE, por despacho do Sr. Ministro de Estado, da Economia e da Transição Digital (MEETD), de 14/10/2020, assegurando a coordenação da posição nacional, através do GT, tendo sido possível ver aprovadas algumas das propostas apresentadas por Portugal no que diz respeito à revisão do DESI e ao seu alinhamento como instrumento privilegiado de monitorização da Estratégia 2030 para a Década Digital.
- **Grupo de Trabalho nacional para os Polos de Inovação Digital** – a inclusão da medida 8 “*Digital Innovation Hubs* para o Empreendedorismo” no Plano de Ação para a Transição Digital, publicado em 21 de abril de 2020, veio criar formalmente o grupo de trabalho técnico composto pelo IAPMEI, a DGAE, a ANI e a Estrutura de Missão Portugal Digital, com o objetivo de dinamizar o processo de definição do modelo da rede nacional, interligada com a rede europeia. Ainda em 2020, em resultado dos trabalhos desenvolvidos pelo grupo técnico, procedeu-se à publicação em Diário da República de 11 de dezembro, do Despacho n.º 12046/2020, que procede à aprovação do Regulamento que estabelece o modelo de reconhecimento nacional dos Polos de Inovação Digital e o seu acesso à Rede Europeia, bem como, do Aviso 01/2020, de 14 de dezembro, Polos de Inovação Digital - Concurso para reconhecimento dos Polos de Inovação Digital e de acesso à Rede Europeia. O processo de candidatura prolongou-se até 5 de fevereiro de 2021 e

saldou-se com a receção de 30 candidaturas, envolvendo 309 entidades, distribuídas pelos respetivos consórcios. As candidaturas foram avaliadas pela Comissão de Avaliação, composta por membros das entidades que compõem o GT.

Concluído o processo de avaliação, e na sequência de proposta da Comissão de Avaliação, o Sr. MEETD, no seu Despacho n.º 6269/2021, de 18 de junho, determinou o reconhecimento de 11 Polos de Inovação Digital. O Despacho veio ainda determinar que, por um lado, seria desencadeado novo processo de avaliação, tendo por base a agregação das propostas em 5 áreas consideradas de relevância quer a nível europeu quer a nível nacional, e por outro, tendo sido somente apresentada uma única proposta com o intuito de atuar especificamente numa determinada área considerada relevante, seria solicitada a reformulação da candidatura respetiva. Desta 2.ª fase do processo e por proposta da Comissão de Avaliação, o Sr. MEETD, através do Despacho n.º 11092-B/2021 de 11 de novembro, decidiu o reconhecimento de 6 Polos de Inovação adicionais que acresceram aos 11 anteriormente reconhecidos. A rede nacional, formada por 17 Polos de Inovação Digital, 16 dos quais com ambição de integrar a rede europeia, foi formalmente apresentada em novembro, em Matosinhos, num evento que contou com a participação do Sr. MEETD e do Sr. SETD.

Durante este processo foi ainda concretizada a avaliação das alegações apresentadas em sede de audiências de interessados. No cômputo geral, esta iniciativa teve um peso significativo nas atividades da DSPE, que participou em mais de 45 reuniões no âmbito do Grupo de Trabalho e Comissão de Avaliação e que implicou: (i) uma coordenação efetiva com a Comissão Europeia, através do seu ponto de contacto para Portugal; (ii) múltiplas reuniões com os *stakeholders* interessados, do qual se destaca um *workshop* realizado com todas as entidades candidatas; (iii) atualizações de FAQ, disponíveis nos sítios *web* das várias entidades que integram o GT.

- **Grupo de Trabalho que visa a criação de Selos de Maturidade Digital para a dimensão da Sustentabilidade** – em julho de 2021, a DGAE foi convidada a participar neste GT, que conta com representantes do IPQ, da Estrutura de Missão Portugal Digital e de entidades certificadoras. Esta é a concretização de outra das medidas do Plano de Ação para a Transição Digital e visa reconhecer e certificar a maturidade digital das empresas, que cumpram um conjunto de orientações alinhadas com as melhores práticas e com os requisitos europeus. Enquanto responsável pela **dimensão sustentabilidade**, a

DGAE participou em 6 reuniões, com o intuito de definir um conjunto de requisitos que irão integrar o quadro normativo, para posterior publicação e adaptação a esta dimensão das funcionalidades da plataforma desenvolvida para a medida.

- **Comité Coordenador da Componente do PRR «Empresas 4.0»** - a componente nacional dos DIHs, Selos de Maturidade Digital e Test Beds são financiados via PRR, pelo que a DGAE tem assento nos grupos de acompanhamento 4 - “Inovação Digital”, onde está integrada a medida DIHs, e 5 - “Catalisação da Transição Digital”, onde está integrada a medida Selos de certificações de sustentabilidade.

No âmbito da implementação de um conjunto de medidas previstas na componente C16 - Empresas 4.0, a DGAE participou em 10 reuniões no 2.º semestre de 2021.

- **Grupo de Acompanhamento e Avaliação das Condições de Abastecimento de Bens nos Setores Agroalimentar e do Retalho em Virtude das Dinâmicas de Mercado** – a DGAE foi convidada a assegurar o secretariado deste Grupo (em conjunto com o GPP), criado em 15 de novembro de 2021, no sentido de antecipar eventuais situações que interfiram no abastecimento regular de bens, em especial nas áreas da agricultura, da agroindústria, do retalho e da logística.

A DGAE desenvolveu um assistente virtual, disponibilizado na sua página *web* no início do 2.º semestre de 2021, para apoiar os operadores económicos em diversos procedimentos administrativos, nomeadamente a Autorização de Introdução no Mercado de Novos Produtos do Tabaco e o controlo da atividade industrial com Precursores de Droga – Emissão de Licença para exercício de atividade, Emissão de Registo de operador e Atividade Anual. Embora a DGAE tenha recorrido a serviços externos para o desenvolvimento do assistente virtual, o levantamento das dimensões e perguntas para os procedimentos referenciados, bem como o respetivo treino da solução ficaram a cargo da DSPE.

Refira-se ainda que, no âmbito destes procedimentos, foram emitidas 5 autorizações de introdução no mercado de novos produtos do tabaco, sendo de sinalizar o elevado número de pedidos submetidos ao longo do ano de 2021, sobretudo no último semestre, tendo o número de pedidos (28) atingido cerca 55% do total

dos pedidos apresentados desde a entrada em vigor da Portaria n.º 284/2018, de 23 de outubro, que regulamenta os procedimentos de autorização de introdução no mercado destes produtos. Em matéria de controlo da atividade com precursores de droga, foram emitidas 5 licenças e 17 registos de operador, para além do apuramento da informação sobre a atividade anual de 27 operadores que a comunicaram por terem intervenção na produção, fabrico, transformação ou armazenagem das substâncias inventariadas das categorias 1, 2 e 3, que foi remetida ao SICAD, no âmbito da Convenção da ONU de 1988.

Em 2021, foi concretizado um objetivo importante em matéria de monitorização da atividade das empresas em Portugal, tendo sido desenvolvidos dois **Dashboards** – um para a atividade das empresas não financeiras e um outro para a atividade dos Ecosistemas Industriais nacionais (publicados na área de *Dashboards e outras estatísticas* da página web da DGAE), que foram desenvolvidos por recursos internos da DGAE, com o objetivo de apoiar uma parte significativa do trabalho que é desenvolvido de forma transversal na DGAE e que requer domínio do desempenho setorial.

Estas soluções foram disponibilizadas com um nível de granularidade a 2 dígitos da CAE Rev. 3 (Divisão), tendo em conta que uma maior granularidade tem a limitação da confidencialidade dos dados, por motivos de segredo estatístico, em muitos setores. Não obstante a versão publicada ter por base os dados ao nível da Divisão da CAE Rev. 3, a DSPE dispõe de versões a 3, 4 e 5 dígitos, mas de utilização restrita, tendo em conta o risco de incorreta utilização.

Para poder dar resposta a necessidades internas e externas da DGAE, foram ainda disponibilizados relatórios para mais de 80 setores, extraídos da versão de utilização restrita do *Dashboard* da DGAE.

Releva-se também o trabalho desenvolvido pela DSPE no âmbito da temática do financiamento das PME, daí resultando a elaboração de elementos de apoio à participação da DGAE em reuniões nacionais, europeias e internacionais, a elaboração de contributos no âmbito das negociações do QFP9, do Mecanismo de Recuperação e Resiliência e do Plano Nacional de Recuperação e Resiliência. Sublinha-se, por outro lado, o trabalho desenvolvido por esta direção de serviços no sentido de disponibilizar informação aos operadores económicos sobre os instrumentos de financiamento disponíveis no mercado, quer a nível nacional, quer europeu, direcionando os interessados para as respetivas entidades gestoras ou entidades que efetivamente possuem no seu “*core business*” a missão

de promover a dinamização e o alargamento da oferta de financiamento a empresas do setor não financeiro, em particular PME. Neste sentido, no final de 2021, a DGAE disponibilizou no seu sítio *web*, informação relativa a: (i) soluções de financiamento direcionadas para a retoma no âmbito da COVID-19; (ii) soluções de financiamento direcionadas para os Setores Comércio, Serviços e Restauração; (iii) iniciativas nacionais; (iv) outros apoios às empresas; (v) soluções de financiamento europeu.

A fim de contribuir para a melhoria do desenvolvimento das atividades económicas, a DSPE apresentou duas propostas de definição de políticas públicas, no âmbito do reconhecimento dos Polos de Inovação Digital nacional e acesso à Rede Europeia. Neste contexto, foi organizado um *Workshop* dirigido às entidades candidatas a Polos de Inovação Digital, em colaboração com o IAPMEI, a EMPD e a ANI. Refira-se ainda a realização de uma sessão de informação sobre a trajetória de transição do ecossistema das indústrias intensivas em energia, tendo como objetivo mobilizar os agentes económicos para a participação no processo de co-criação da trajetória de transição para o ecossistema industrial em que se inserem, bem como promover a sua capacitação e contributo para análise e negociação sobre o pacote legislativo *Fit-for-55*, adotado em julho pela Comissão Europeia.

OBJETIVOS OPERACIONAIS – EFICIÊNCIA

A DSPE emitiu 106 pareceres sobre propostas legislativas, dentro do prazo, muitas vezes reduzido, em resposta a pedidos dos Gabinetes do Ministério da Economia e Transição digital e de outras entidades públicas, tendo em vista a criação de um ambiente regulamentar mais favorável à competitividade das empresas e dos setores industriais nacionais.

A DSPE elaborou ainda 542 contributos, de carácter substantivo, em resposta a solicitações diversas. Salienta-se a preparação de elementos de apoio à tutela, no âmbito dos assuntos europeus, com vista à participação nas reuniões do Conselho Competitividade, do Conselho Transportes, Telecomunicações e Energia, do Conselho Ambiente e respetivos Grupos de Trabalho, bem como, o acompanhamento de várias negociações em curso no contexto da União Europeia.

Para além da preparação de matérias relacionadas com as reuniões acima identificadas destaca-se ainda a análise de propostas de Declarações a serem assinadas em reuniões, cimeiras e conferências internacionais e a preparação de elementos para reuniões bilaterais, bem como, a preparação de intervenções para a participação em reuniões/eventos de membros do Governo e da Direção da DGAE, em contexto nacional, europeu e internacional.

Em matéria de negociações europeias, a DSPE integrou as *task forces* nacionais lideradas pelo MNE, para a negociação das propostas relativas ao Ato da Governação dos Dados, ao Ato dos Serviços Digitais e ao Ato da Inteligência Artificial, o que foi particularmente relevante no âmbito da PPUE2021, tendo implicado a participação em um conjunto alargado de reuniões.

Também no âmbito da PPUE2021, releva-se o trabalho desenvolvido pela DSPE no âmbito da: (i) Declaração de Lisboa – “Democracia Digital com Propósito”, que tem por objetivo “reforçar o paradigma de desenvolvimento económico e social, fomentando a transformação digital assente em princípios e valores éticos e pelo respeito pelos direitos humanos”; (ii) Declaração “*European Data Gateways*”, com foco na conectividade entre os Estados-Membros e a Europa, África, América Latina e Ásia; (iii) Declaração “*EU Startup Nations Standard*”, que tem o objetivo de assegurar que todas as *start-ups* e *scale-ups* europeias possam beneficiar e adotar as melhores práticas utilizadas no ecossistema europeu; e (iv) Declaração “*A Green and Digital Transformation of the EU*”, com o propósito de acelerar a utilização de tecnologias digitais mais sustentáveis e acelerar o desenvolvimento e adoção de novas e avançadas tecnologias digitais.

OBJETIVOS OPERACIONAIS – QUALIDADE

No domínio da comunicação institucional, a DSPE elaborou 111 conteúdos para difusão de informação relevante para as PME e para os setores industriais nacionais, via sítio *web* da DGAE. Destaca-se a reformulação e atualização do conteúdo de diversas áreas, tais como o Financiamento às Empresas, Transição Digital da Economia, Inovação Empresarial e *Dashboards* e outras estatísticas.

Importa referir que os *Dashboards* vieram substituir as antigas Sínteses de Indicadores e as Infografias Setoriais que eram disponibilizadas na área de Estatísticas da DGAE, em formato .pdf, elementos que, apesar da sua natureza estática, já eram consideravelmente valorizados por empresas, associações, entre outros, que regularmente contactam os serviços desta Direção-Geral no sentido de ter acesso a atualizações destes elementos, o que revela o carácter inequívoco de serviço público da dimensão do trabalho desenvolvido e que irá continuar a ser uma das ações prioritárias no âmbito do acompanhamento da Política Setorial. Naturalmente, as soluções baseadas em *Dashboards* do Power BI acrescentam um enorme potencial a este objetivo de serviço público, na medida em que as duas soluções já em produção permitem customizações com base em dados que cobrem todas as Divisões da CAE Rev. 3, no período que vai desde 2010 ao ano de referência mais recente disponibilizado pela respetiva fonte (2020), que são o Instituto Nacional de Estatística, para os indicadores de desempenho da atividade das empresas, incluindo comércio internacional, e a Direção-Geral de Energia e Geologia, para os indicadores de consumo energético.

Estes *Dashboards* assumem, em diversas atividades da DGAE, um papel muito relevante, nomeadamente nas que respeitam à preparação de documentação de suporte à tomada de decisão e de definição de política pública, que se pretende assente em informação sistematizada e de qualidade, como é o caso de sinopses setoriais, relatórios, notas de participação em reuniões de grupos de trabalho, nacionais e internacionais.

Refira-se, por último, o elevado grau de satisfação manifestado pelos utilizadores que solicitaram esclarecimentos à DSPE no âmbito da introdução no mercado de novos produtos do tabaco e no âmbito dos precursores de droga, o que reflete a qualidade dos serviços prestados por esta Direção de Serviços aos operadores económicos.

QUADRO XXII
ATIVIDADES PREVISTAS E REALIZADAS PELA DIREÇÃO DE SERVIÇOS DOS ASSUNTOS EUROPEUS (DSAE)

Matriz de objetivos e atividades da DSAE									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
1	[O1] Reforçar a coordenação dos assuntos europeus e internacionais do METD e garantir a representação da DGAE nas estruturas nacionais e internacionais	40%	11	Taxa de participação em reuniões planeadas (QUAR DGAE – Ind1)	[80%-90%]	30%	Representar o METD nas estruturas da UE e de PT em matérias dos Assuntos Europeus, nomeadamente nos Conselhos Competitividade, Grupo de Alto Nível Competitividade e Crescimento, Fórum para a Indústria, Grupo de Mercado Único Digital e Comité de Reconhecimento Mútuo	R	Cumprido - A DSAE representou o METD nas várias instâncias, de acordo com o previsto, sendo atingida a meta de 86%.
			12	Taxa de recomendações de atuação relevantes apresentadas (QUAR DGAE - Ind2)	[10%-20%]	20%	Apresentar propostas de recomendações de atuação decorrentes da participação nos Grupos de trabalho e nas reuniões realizadas.	R	Cumprido - No âmbito das participações nos vários grupos de trabalho, foram propostas várias recomendações, sendo atingida a meta de 15%.
			13	N.º reuniões de coordenação organizadas pela DSAE no âmbito das suas competências (QUAR DGAE - Ind3)	3	10%	Organizar reuniões de coordenação tendo em vista a preparação de posições no contexto dos assuntos europeus.	R	Superado - Foram realizadas 7 reuniões de coordenação, todas no primeiro semestre, consequência da Presidência Portuguesa da UE.

Matriz de objetivos e atividades da DSAE									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
			14	N.º de eventos organizados pela DGAE no âmbito da Presidência Portuguesa do Conselho da UE (QUAR DGAE - Ind4)	2	20%	Assegurar a realização de eventos da responsabilidade da DGAE/METD, previstos no quadro da preparação da PPUE2021.	R	Superado - Foram realizados 3 eventos no âmbito da preparação da PPUE2021.
			15	Prazo médio para apresentação dos relatórios das reuniões efetuadas nas estruturas internacionais (n.º de dias úteis)	5	10%	Elaborar relatórios das reuniões efetuadas nas estruturas da UE e internacionais.	R	Cumprido - 95% dos relatórios foram elaborados dentro do prazo.
			16	% controlo de monitorização do Direito Europeu (no universo do ME), incluindo notificações/comunicações de projetos ME em matéria de Auxílios de Estado	[80%-90%]	10%	Acompanhar, dinamizar e apoiar os organismos do METD na transposição de diretivas.	R	Superado - 100%
		Acompanhar, dinamizar e apoiar os organismos do METD nos processos de pré-contencioso e contencioso da EU.					R	Superado - 100%	
		Acompanhar, dinamizar e apoiar os organismos do METD no âmbito do EU-PILOT.					NR	No ano 2021 não houve processos no âmbito do EU-PILOT.	
		Assegurar a coordenação e a promoção da intervenção do METD em matéria de Auxílios de Estado (AE).					R	Superado - 100%	

Matriz de objetivos e atividades da DSAE									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
2	[O3] Contribuir para a melhoria do desenvolvimento das atividades económicas	15%	17	N.º de propostas de formulação e avaliação da execução de políticas públicas apresentadas (QUAR DGAE - Ind7)	2	50%	Apresentar propostas de formulação e avaliação da execução de políticas públicas na área dos assuntos europeus.	R	Cumprido -Foram formuladas 2 propostas de acordo com o previsto, atingindo-se a meta de 100%
			18	N.º de sessões de informação e capacitação junto de agentes económicos e de interlocutores institucionais (QUAR DGAE - Ind8)	1	50%	Promover sessões de informação e capacitação junto de agentes económicos e de interlocutores institucionais na área dos assuntos europeus.	R	Cumprido - Foi realizada 1 sessão de informação e capacitação, destinada aos organismos do METD , relativamente ao pacote "Fit for 55", permitindo atingir a meta de 100%.
3	[O4] Garantir os prazos de resposta às solicitações dirigidas à DSAE	15%	19	Taxa de pareceres relevantes emitidos dentro do prazo (QUAR DGAE - Ind9)	[94%-98%]	50%	Emitir pareceres relativos a pedidos internos e externos dirigidos à DSAE.	R	Superado. Foram emitidos todos os pareceres solicitados, sendo atingida a meta de 100%
			110	Taxa de solicitações respondidas com caráter substantivo dentro do prazo (QUAR DGAE - Ind10)	[94%-98%]	50%	Emitir resposta a solicitações internas à DGAE, bem como por parte da Tutela, de entidades da Administração Pública ou por entidades particulares.	R	Superado. O grau de execução desta atividade foi de 98%.

Matriz de objetivos e atividades da DSAE									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
4	Aumentar a eficiência no apoio aos membros Governamentais do METD no domínio dos Assuntos Europeus	15%	I11	% de envio das pastas de apoio à Tutela com os elementos adequados	90%	100%	Preparar as "pastas de apoio" para a participação do Membro do Governo no Conselho de Competitividade (vertente Mercado Interno e Indústria).	R	Superado. O grau de execução desta atividade foi de 100%, uma vez que foram dadas respostas a todas as solicitações, quer na preparação, quer por meio das contribuições para as pastas de apoio.
							Contribuir para a elaboração de "pastas de apoio" para a participação Governamental de outras formações do Conselho UE (TTE/Energia, TTE/Transportes, TTE /Telecomunicações, Ambiente).	R	Superado. O grau de execução desta atividade foi de 100%, uma vez que foram dadas respostas a todas as solicitações, quer na preparação, quer por meio das contribuições para as pastas de apoio.
5	[O5) Melhorar a qualidade dos serviços prestados pela DGAE	15%	I12	N.º de conteúdos publicados no Website da DGAE (QUAR DGAE - Ind11)	24	100%	Preparar conteúdos para o site nas áreas dos assuntos europeus e auxílios de Estado.	R	Superado. Foram publicados 28 conteúdos, número superior ao previsto.

QUADRO XXIII AUTOAVALIAÇÃO PELA DIREÇÃO DE SERVIÇOS DOS ASSUNTOS EUROPEUS (DSAE)

Tendo a Direção de Serviços de Assuntos Europeus (DSAE) atribuições específicas na área da coordenação dos Assuntos Europeus, o ano de 2021 revestiu-se de particular importância na sua atividade, dado o incremento significativo de trabalho nesta área, reflexo do exercício da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia (PPUE2021), que decorreu no primeiro semestre.

Pode considerar-se que 2021 foi um ano atípico, ainda marcado pela pandemia e pela continuidade do trabalho remoto, acrescido da dinamização do processo de participação do METD, com elevado grau de envolvimento e de compromisso desta DSAE, no acompanhamento dos trabalhos de operacionalização da PPUE2021. Durante este ano e no contexto de pandemia, tendo em conta as medidas restritivas impostas, houve necessidade de uma readaptação dos trabalhos, o que implicou a adaptação do calendário, tendo sido suprimidas diversas reuniões programadas, reuniões com caráter presencial e em contrapartida surgiram inúmeras reuniões por videoconferência, não previstas. A DSAE assegurou a execução de todas as solicitações que foram surgindo ao longo do ano, não deixando de dar cumprimento ao que estava planeado em sede de QUAR e Plano de Atividades.

Durante o ano de 2021, destacam-se as áreas mais relevantes do trabalho desenvolvido pela DSAE:

APOIO À INTERVENÇÃO DO METD NO CONTEXTO EUROPEU

No âmbito das suas atribuições e de forma a dar cumprimento ao delineado em sede de Plano de Atividades e do QUAR da Direção Geral das Atividades Económicas (DGAE), ao longo do ano de 2021, a DSAE assegurou a coordenação dos assuntos europeus através da preparação de elementos de apoio às reuniões do Conselho de Competitividade, Grupo de Alto Nível Competitividade e Crescimento, Fórum para a Indústria (com destaque para as 5 Tasks Forces e para as “Trajetórias de Transição”), e o *Single Market Enforcement Task Force*. No quadro da política europeia garantiu o relacionamento institucional com os

organismos nacionais e europeus, destacando-se o acompanhamento da negociação do Pacote “Fit for 55”, as matérias decorrentes do Digital e a participação nas Trajetórias de Transição (Turismo, Indústrias Intensivas, Construção entre outras).

Ainda na área legislativa, a DSAE acompanhou a negociação de propostas de Regulamento, como são exemplo o das baterias e respetivos resíduos, da rotulagem e embalagem de substâncias e misturas, a proposta relativa aos créditos aos consumidores, sobre a segurança geral dos produtos, a proposta relativa às máquinas e seus componentes e acessórios e a proposta de regulamento para fazer face a distorções causadas por subvenções estrangeiras no mercado único.

De evidenciar o apoio contínuo da DGAE à Comissão Técnica do Sistema de Incentivos, bem como o acompanhamento de *Projetos Importantes de Interesse Europeu Comum* (PIIEC ou IPCEI, na sigla inglesa).

PRESIDÊNCIA PORTUGUESA DO CONSELHO DA UE

Apesar das grandes alterações e impacto resultantes da atual pandemia COVID-19, a DSAE, enquanto ponto de contacto do METD, teve uma participação ativa na Presidência do Conselho da UE para 2021 (PPUE2021), envolvendo-se intensamente em várias ações, nomeadamente na organização de (três reuniões do Conselho Competitividade) - vertente do Mercado Interno e Indústria. Teve ainda a oportunidade de coorganizar, em conjunto com a Comissão Europeia, alguns eventos, dos quais se destacam os “Dias da Indústria” (em fevereiro), a “Viagem dos Attachés” e o “Fórum do Mercado Interno” (em junho).

Tendo sido a negociação da proposta legislativa sobre o Ato dos Serviços Digitais, uma bandeira da PPUE em articulação com outras áreas e dada a transversalidade dos temas, a DSAE acompanhou de perto a negociação deste Pacote que engloba o Ato dos Serviços Digitais e o Ato dos Mercados Digitais.

AUXÍLIOS DE ESTADO E CONCORRÊNCIA

O ano de 2021 foi caracterizado, sobretudo, pela intervenção em três domínios:

1. Continuidade da aplicação e utilização do instrumento designado por «Quadro temporário relativo a medidas de auxílio estatal, em apoio da economia no atual contexto do surto de COVID-19» (quadro temporário), criado com o objetivo de mitigar as consequências decorrentes da pandemia causada pela doença COVID-19;
2. Acompanhamento das alterações e revisões de alguns dos principais instrumentos enquadramentos das regras de auxílios estatais na União Europeia; e,
3. Elaboração de pareceres no âmbito das competências de apoio à Comissão Técnica de Sistema de Incentivos (CTSI).

No que respeita ao quadro temporário, no ano de 2021 foram preconizadas duas alterações, as quais estabeleceram a prorrogação daquele instrumento para além de 31 de dezembro de 2021, compreendendo a consequente prorrogação das medidas de auxílio de Estado aprovadas neste âmbito.

A União Europeia deu seguimento, no ano de 2021, aos processos de revisão de um conjunto de instrumentos enquadramentos das regras de auxílio estatais, com especial destaque para o Regulamento Geral de Isenção por Categoria (RGIC), as Orientações de Financiamento de Risco, o Enquadramento de auxílios estatais de investigação, desenvolvimento e inovação, bem como, as Orientações de auxílios com finalidade regional e as orientações á proteção do clima, do ambiente e da energia.

Relativamente à implementação do PRR, foi necessário assegurar o enquadramento das diversas medidas de apoio às empresas em matéria de regras de auxílios estatais, no âmbito do Enquadramento Nacional de Sistemas de Incentivos às Empresas (ENSIE), tendo-se emitido pareceres com vista à consequente Deliberação pela CTSI.

A par da intervenção nestes três domínios de maior relevância, deu-se continuidade aos processos de acompanhamento de execução das medidas de auxílios de Estado ativas, assegurando as regras de transparência e de notificação.

ASSUNTOS JURÍDICOS

A DSAE acompanhou e monitorizou a transposição de 4 Diretivas que estiveram sob a responsabilidade de alguns organismos do METD. No âmbito dos processos de pré-contencioso e contencioso a DSAE apoiou e acompanhou 4 processos.

É função da DSAE coordenar e patrocinar os pedidos de informação e denúncia, apresentados ao abrigo do procedimento *UE-Pilot*. No entanto, em 2021, não existiu qualquer processo relativo a esta matéria. Neste período foi possível assegurar, atempadamente, a emissão de pareceres jurídicos sobre diversas matérias, e acompanhar os pedidos de esclarecimento da Comissão sobre legislação nacional.

APRECIÇÃO FINAL

A consolidação da equipa DSAE foi determinante para o trabalho desenvolvido no ano 2021, marcado essencialmente pela Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia (PPUE2021), que se realizou no primeiro semestre.

Durante este período viveu-se em contexto de pandemia, o qual se traduziu num tempo de incerteza e de alterações aos calendários do Conselho, da Comissão e do Parlamento Europeu. Como tal, a calendarização da PPUE2021 teve de ser adaptada, em conformidade, conseguindo-se recuperar a intensa atividade, com recurso a videoconferências. Embora tenha sido possível reverter muitas das reuniões programadas, houve o cancelamento de outras e ainda o surgimento de temáticas inesperadas, o que motivou a realização de um número elevado de reuniões não programadas.

Tal como previsto no PA, a DSAE organizou e promoveu diversas iniciativas de nível político e técnico, envolvendo-se na preparação técnica das mesmas. Foi ainda possível dar cumprimento às atividades inscritas em sede de QUAR (Quadro de Avaliação e Responsabilização) afetas a esta Direção de Serviços.

QUADRO XXIV
ATIVIDADES PREVISTAS E REALIZADAS PELA DIREÇÃO DE SERVIÇOS DO COMÉRCIO INTERNACIONAL (DSCI)

Matriz de objetivos e atividades da DSCI									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
1	[O1] Reforçar a coordenação dos assuntos europeus e internacionais do METD e garantir a representação da DGAE nas estruturas nacionais e internacionais	30%	I1	Taxa de participação em reuniões planeadas (QUAR DGAE - Ind 1)	[80%-90%]	60%	Coordenar, preparar e participar em reuniões, encontros e intervenções da responsabilidade do METD na área do comércio internacional.	R	Foram preparados os contributos que nos foram solicitados e participámos nas reuniões da responsabilidade do METD na área do comércio internacional, nomeadamente: para a CIAE - Conselho Interministerial para os Assuntos Europeus; e para a participação da DGAE em eventos sobre temas de política comercial e de investimento.
							Participar em reuniões do Comité de Política Comercial Comum, nas suas diferentes formações (Titulares, Suplentes, Serviços e Investimento, STIS).	R	Participou-se em reuniões do Comité de Política Comercial nas diversas vertentes (por videoconferência): Titulares (4); Serviços e Investimento (16, tendo-se assumido a Delegação Nacional no âmbito da PPUE2021); STIS - Aço, Têxteis e outras indústrias (1).

Matriz de objetivos e atividades da DSCI									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Participar nas reuniões do Comité Consultivo de Acordos de Investimento da Comissão Europeia.	R	Participou-se nas 2 reuniões do Comité Consultivo de Acordos de Investimento realizadas pela Comissão Europeia (videoconferência).
							Participar na negociação de Acordos Bilaterais de Investimento (autorizados pela UE).	R	Foram acompanhados: revisão do acordo de investimento com Angola; acordos de investimento com o Irão, a Arábia Saudita e a Moldávia. Interligação e resposta a questões da Comissão Europeia. Articulação com parceiros negociais e com o Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Matriz de objetivos e atividades da DSCI									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Participar nas reuniões do Comité dos Instrumentos de Defesa Comercial da UE.	R	Como consequência da pandemia, as reuniões do Comité de Instrumentos de Defesa Comercial (IDC) foram substituídas por processos de consulta escrita aos Estados-Membros. Foram acompanhados os respetivos processos e, quando necessário, foram submetidos à tutela as posições que o METD deveria assumir nos procedimentos escritos. Participou-se nas poucas reuniões presenciais realizadas do Comité de Instrumentos de Defesa Comercial (3) e do Comité de Salvaguardas (1).
							Participar no Grupo de Peritos SPG da Comissão Europeia e no Comité das Preferências Generalizadas (SPG) do Conselho da UE.	R	Participou-se em 12 reuniões do Grupo de Peritos e do Comité de Política Comercial SPG - Sistema de Preferências Generalizadas da UE (videoconferência).

Matriz de objetivos e atividades da DSCI									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Participar no Comité Consultivo de Acesso ao Mercado da Comissão Europeia.	R	Participou-se em 16 reuniões do Comité Consultivo de Acesso ao Mercado (videoconferência): 11 horizontais e 5 setoriais (produtos farmacêuticos, têxteis, TIC, veículos automóveis, medidas sanitárias e fitossanitárias no Reino Unido).
							Participar nas Reuniões Técnicas Informais organizadas pela Comissão Europeia sobre as várias negociações em curso no âmbito da política comercial comum e da política europeia de investimento.	R	Participou-se em (49) reuniões no âmbito Política Comercial Comum (videoconferência), nomeadamente sobre: UNCITRAL/Tribunal Multilateral de Investimento (10); União para o Mediterrâneo (5); Grupo de Peritos Comércio e Desenvolvimento Sustentável (3); Acordo de Saída e Acordo de Comércio e Cooperação com o Reino Unido (4); Carta de Energia (9); CBAM - Mecanismo de Ajustamento de Carbono na Fronteira (3); Comité/Grupo de Peritos Extraterritorialidade

Matriz de objetivos e atividades da DSCI									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Participar nas reuniões do Grupo de Questões Comerciais do Conselho da UE.	R	Participou-se em 15 reuniões do Grupo de Trabalho de Questões Comerciais (videoconferência).
							Participar em reuniões e contribuir para Grupos de Trabalho Nacionais.	R	Foram asseguradas reuniões com o MNE no que diz respeito a várias matérias de política comercial e de investimento, nomeadamente: SPG, CBAM, Estatuto de Bloqueio, Acordos de Promoção e Proteção de Investimento de Portugal. Foi também assegurada a coordenação da Task Force nacional que colaborou com a OCDE no estudo "Strengthening FDI and SME linkages in Portugal". Organizou-se (com DSPE), o webinar de apresentação do estudo com a presença do MEETD e do SG-Adjunto da OCDE. Coorganizou-se e participou-se na reunião do Grupo de Trabalho de Política Comercial e Custos de Contexto.

Matriz de objetivos e atividades da DSCI									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Assegurar a Delegação Nacional no Comité do Comércio e no Comité do Investimento da OCDE, e ainda, nas reuniões do Grupo de Trabalho do Comité do Comércio.	R	Foi assegurada a participação em 4 reuniões do Comité do Comércio, 6 reuniões do Grupo de Trabalho do Comité Comércio e 17 reuniões do Comité de Investimento da OCDE.
							Preparar e participar em reuniões de membros da Tutela com homólogos de outros países/regiões.	R	Foram preparadas pastas de apoio para encontros bilaterais de membros da Tutela com homólogos de outros países, nomeadamente: Grécia, Espanha, França, Ucrânia e Dinamarca, bem como a Vice-Presidente da Comissão Europeia (os três últimos à margem da Web Summit).
							Preparar e participar em reuniões de coordenação intra METD, com Embaixadas e outras entidades públicas e privadas, bem como em reuniões interministeriais promovidas pelo MNE.	R	Participou-se em 22 reuniões, incluindo Embaixadas, AICEP, RIM promovidas pelo MNE e reuniões de coordenação intra METD.

Matriz de objetivos e atividades da DSCI									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Preparar a participação da DGAE nas reuniões da Comissão Interministerial de Política Externa (CIPE) e da Comissão Interministerial para a Cooperação (CIC), bem como nas reuniões do Secretariado Permanente da CIC.	R	Participou-se na 16.ª reunião CIPE, preparou-se a participação do SEAEc na reunião CIC a nível de Secretários de Estado, e participou-se em 3 reuniões do SPCIC.
							Preparar e participar, enquanto membro, nas reuniões da Comissão de Acompanhamento do Grupo de Trabalho do Mercado das Multilaterais Financeiras (AICEP e GPEARI-MF).	R	Participou-se na 13.ª reunião da Comissão de Acompanhamento do Grupo de Trabalho do Mercado das Multilaterais Financeiras.
							Coordenar a preparação e participar, sempre que se justifique, nas reuniões a nível ministerial e técnico no âmbito da OCDE, ONU, Fórum de Macau, CPLP, Cimeira Ibero-Americana e Aliança do Pacífico, entre outros espaços multilaterais.	R	Coordenou-se a participação e foram remetidos contributos para reuniões da OSCE, UNCTAD, OCDE e CPLP, destacando-se as reuniões técnicas de preparação da I Reunião Conjunta de Ministros da Economia, Comércio e Finanças da CPLP.

Matriz de objetivos e atividades da DSCI									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Participar, enquanto Ponto Focal, nas reuniões do Secretariado Permanente e nas Conferências Ministeriais do Fórum de Macau.	R	A DGAE participou, enquanto Ponto Focal, na 16.ª Reunião do Secretariado Permanente do Fórum de Macau e esteve envolvida na preparação da Reunião Ministerial Extraordinária (inicialmente prevista para 17-19 outubro e entretanto adiada).
							Preparar e participar em reuniões promovidas pelo Camões, I.P. sobre temas relacionados com a Cooperação e o Desenvolvimento, e elaborar contributos do METD neste âmbito.	R	Participou-se em diversas reuniões promovidas pelo CICL, nomeadamente no âmbito do SPCIC, e remeteu contributos sobre a cooperação bilateral com Moçambique, Timor Leste, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe.

Matriz de objetivos e atividades da DSCI									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Preparar e participar em eventos nacionais e internacionais relevantes de caráter económico e/ou empresarial.	R	Participou-se em diversos eventos nacionais e internacionais (presenciais e por videoconferência), destacando-se: Webinar "Sessão pública de apresentação do Portal da Inovação"; 7.ª Conferência Económica Franco-Portuguesa; Conferência "Lisbon-Vladivostok"; Webinar sobre o Porto de Comércio Livre em Hainan; Webinar "ABC Mercado - Hong-Kong e Macau".
			I2	Taxa de recomendações de atuação relevantes apresentadas (QUAR DGAE - Ind 2)	[10%-20%]	10%	Efetuar propostas de recomendações relevantes decorrentes da participação em Grupos de Trabalho, Comitês e outros no âmbito da política comercial	R	Foram efetuadas (7) propostas de recomendações relevantes sobre: Carta da Energia (1); SPG (1); IDC (3); CBAM (1); Acordo de Porteção de Investimento Portugal-Paquistão (1).
			I3	N.º reuniões de coordenação organizadas pela DSCI no âmbito das suas competências (QUAR DGAE - Ind 3)	[2-4]	10%	Preparar a participação em Comissões Mistas, Subcomissões Económicas, Grupos de Trabalho e outros eventos de alto nível, cuja coordenação esteja a cargo do METD.	R	Preparou-se e participou-se na reunião do Grupo de Trabalho de Comércio e Investimento com a Rússia (7 de julho), e levou a efeito reuniões de coordenação para preparação da Comissão Mista com a Ucrânia (prevista para 6-7 dezembro e entretanto adiada).

Matriz de objetivos e atividades da DSCI									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
			14	N.º de eventos organizados pela DGAE no âmbito da Presidência Portuguesa do Conselho da UE (QUAR DGAE - Ind 4)	1	10%	Organizar o evento respeitante à Política Comercial.	R	Foi realizado, no âmbito da PPUE2021, um webinar sobre Política Comercial, a 10 de fevereiro de 2021 (incluiu participação da Comissão Europeia).
			15	Prazo médio para apresentação dos relatórios das reuniões efetuadas nas estruturas internacionais e nacionais (dias úteis)	5	10%	Apresentar informações de serviço com relatórios das reuniões efetuadas nas estruturas internacionais e nacionais.	R	Foram apresentados relatórios das reuniões em que participámos na UE (Comités do Conselho, Grupos de trabalho, reuniões técnicas informais, Comités da Comissão); na OCDE (Grupo de Trabalho e Comité do Comércio e Comité do Investimento); UNCITRAL/Tribunal Multilateral de Investimento; Carta da Energia.
2	[O3] Contribuir para a melhoria do desenvolvimento das atividades económicas	20%	16	N.º de propostas de formulação e avaliação da execução de políticas públicas apresentadas (QUAR DGAE - Ind 7)	1	10%	Propor à tutela decisão sobre matérias de política comercial	R	Foi apresentada à tutela proposta de decisão sobre a revisão do regulamento SPG.

Matriz de objetivos e atividades da DSCI									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
			17	N.º de sessões de informação e capacitação junto de agentes económicos e de interlocutores institucionais (QUAR DGAE - Ind 8)	[5-7]	30%	Promover e participar em sessões (de esclarecimento e debate) com associações e com a academia sobre temas de política comercial da UE e no âmbito das Relações Internacionais.	R	Foram promovidas 7 sessões de esclarecimento às empresas e associações sobre temas de política comercial: relacionamento com o Reino Unido (2); oportunidades de contratos públicos no Canadá (1); Access2Markets (4).
			18	N.º de notícias e documentos informativos difundidos sobre questões de política comercial e investimento e no âmbito das relações internacionais	[40-50]	40%	Elaborar material informativo sobre questões de política comercial e investimento - oportunidades e riscos para Portugal e em especial para as empresas portuguesas.	R	Foi elaborado/divulgado material informativo sobre: Acordo de Comércio e Cooperação UE-Reino Unido; Access2Markets; Acordos de Comércio Livre da UE com o Canadá e com a Região Andina; relacionamento com os EUA. Foram redigidos artigos e preparadas entrevistas (DG da DGAE e MEETD), para publicações de associações empresariais, sobre temas de política comercial.

Matriz de objetivos e atividades da DSCI									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							<p>Responder a questões colocadas por empresas sobre barreiras de países terceiros que afetem as suas exportações ou encaminhar dúvidas de empresas para as entidades competentes</p>	R	<p>Foram respondidas as (20) questões colocadas via email barreiras.mercado@dage.gov.pt, sobre requisitos à importação, exportação e colocação no mercado (principalmente procedimentos alfandegários, certificações, rotulagem e marcação). Foram ainda respondidas as questões sobre barreiras colocadas por outras vias.</p>
							<p>Preparar contributos para o website da DGAE (notícias/destaques, atualização e proposta de novos conteúdos, tradução para inglês)</p>	R	<p>Foram submetidos (73) contributos para o website a propósito dos temas acompanhados em Política Comercial, nomeadamente quanto ao Acordo de Comércio e Cooperação UE-Reino Unido, Estatuto de Bloqueio, Consultas da Comissão Europeia (acordos de comércio livre, SPG, regulamento antioerção, desenvolvimento sustentável) e ferramentas online lançadas pela Comissão Europeia (Access2Markets, Access2 Procurement, Estearn Partnership Trade Helpdesk). Em matéria de Relações Internacionais, destaca-se a divulgação de concursos de procurement no âmbito do Grupo</p>

Matriz de objetivos e atividades da DSCI									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
									<p>de Trabalho das Multilaterais Financeiras (ex: Nações Unidas, BERD, BID, Banco Mundial), diversos eventos empresariais (ex: China International Import Expo; Fórum para a Cooperação Luso-Chinesa em Mercados de Países Terceiros; Competição "928 Startup Challenge" em Macau; Webinar Sérvia-Portugal) e institucionais (reuniões da OSCE e OCDE; encontro bilateral com o Secretário-Geral da Indústria e PME de Espanha; 7.ª Conferência Económica Franco-Portuguesa).</p> <p>Foram também submetidos para publicação no website conteúdos em inglês dos temas de política comercial e investimento e no âmbito das relações internacionais.</p>

Matriz de objetivos e atividades da DSCI									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Divulgar informação relevante aos organismos do METD no domínio das relações internacionais.	R	Foi divulgada informação relevante às entidades METD, nomeadamente parte útil de telegramas de Embaixadas e da Missão Permanente de Portugal na OCDE, relatos, declarações finais e outros elementos de reuniões de alto nível, incluindo Relações Externas da UE e no âmbito multilateral (ex: ONU, UNCTAD, CPLP e Fórum Macau), versões finais de Programas Estratégicos de Cooperação (ex: São Tomé e Príncipe), eventos e iniciativas empresariais.

Matriz de objetivos e atividades da DSCI									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
			19	N.º de consultas aos <i>stakeholders</i> sobre política comercial e investimento e no âmbito das relações internacionais	[50-65]	20%	Consultar associações e empresas, bem como organismos institucionais, sobre questões de política comercial.	R	Foram efetuadas (30) consultas a associações sobre questões de política comercial, nomeadamente sobre: barreiras de acesso ao mercado; relacionamento com os EUA (Conselho de Comércio e Tecnologia, medidas sobre aço e alumínio); processos antidumping; dependências estratégicas; propostas de regulamento (SPG e CBAM). Foram efetuadas (16) consultas a organismos institucionais, nomeadamente sobre barreiras de acesso ao mercado; Conselho de Comércio e Tecnologia UE-EUA; proposta de regulamento CBAM.
							Consultar organismos institucionais no âmbito das relações internacionais.	R	Foram realizadas consultas a entidades intra-METD e extra-METD, no âmbito da preparação de respostas a solicitações, nomeadamente por parte da Tutela e do MNE (incluindo CICL).

Matriz de objetivos e atividades da DSCI

Objetivos		Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta			
3	[O4] Garantir os prazos de resposta às solicitações dirigidas à DSCI	30%	110	% de pareceres relevantes emitidos dentro do prazo (QUAR DGAE - Ind 9)	[94%-98%]	20%	Coordenar e definir a contribuição do METD para a posição nacional na vertente do comércio internacional, no âmbito do Comité de Política Comercial Comum, nas suas diferentes formações (Titulares, Suplentes, Serviços e Investimento, STIS).	R Foram enviados contributos para o MNE no âmbito da atividade dos diferentes Comités de Política Comercial - Titulares, Suplentes, Serviços e Investimento e STIS).

Matriz de objetivos e atividades da DSCI									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Definir a posição METD em questões relacionadas com a Política Europeia de Investimento.	R	A posição METD foi definida e enviada para o MNE ou assegurada nas reuniões técnicas em que participámos em temas como: Acordos de Promoção e Proteção de investimentos dos Estados-Membros com países terceiros; UNCITRAL; ICSID -International Centre for Settlement of Investment Disputes; Carta de Energia; Facilitação de Investimento; Screening do investimento; Acordo de Investimento UE-China; Acordo de Investimento UE-Angola; negociação/modernização de acordos de investimento ou que incluam disposições sobre investimento (Austrália, Nova Zelândia, Chile).

Matriz de objetivos e atividades da DSCI									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Definir a posição METD em questões relacionadas com o Comércio de Serviços.	R	A posição METD foi definida e enviada para o MNE ou assegurada nas reuniões técnicas em que participámos em temas como Acordo de Investimento com a China, Comércio Digital/Eletrónico e negociação/modernização de acordos de comércio livre (Austrália, Nova Zelândia, Chile) e respetiva aplicação (em especial Canadá).
							Definir e defender a posição do METD no âmbito do Sistema de Preferências Generalizadas (SPG).	R	A posição METD foi definida e enviada para o MNE ou assegurada nas reuniões técnicas em que participámos promovidas pela Comissão Europeia. Quanto ao processo de revisão do regulamento do SPG, iniciado em 2021, foi apresentada à tutela proposta de decisão que definiu a posição METD.

Matriz de objetivos e atividades da DSCI									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
			I11	% de solicitações respondidas com caráter substantivo dentro do prazo (QUAR DGAE - Ind 10)	[94%-98%]	80%	Preparar documentos de apoio/contributos solicitados à DPCE destinados à Tutela.	R	Foram realizados documentos, por iniciativa dos serviços ou a pedido da Tutela sobre matérias de política comercial: para apoio a reuniões com homólogos; para participação no COMPET - Conselho Competitividade (mercado interno e política industrial) e no Grupo de Alto Nível de Competitividade e Crescimento; para resposta a questões colocadas por associações, empresas e organizações da sociedade civil.
							Elaborar pastas de apoio para encontros bilaterais e visitas oficiais de membros da Tutela.	R	Foram preparadas pastas de apoio para encontros bilaterais de membros da Tutela com homólogos de outros países, nomeadamente: Grécia, Espanha, França, Ucrânia e Dinamarca (os dois últimos à margem da Web Summit).

Matriz de objetivos e atividades da DSCI									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Preparar programas e acompanhar as deslocações a Portugal de delegações a nível governamental e técnico de outros países	NR	Esta atividade não foi realizada em 2021, devido à pandemia de COVID-19.

Matriz de objetivos e atividades da DSCI									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Preparar a participação do METD em Cimeiras, Comissões Mistas, Subcomissões Económicas, Grupos de Trabalho e outros eventos de alto nível, incluindo contributos para o MNE neste âmbito.	R	Estivemos envolvidos na preparação da participação do Sr. MEETD na XXXII Cimeira Luso-Espanhola (Trujillo, outubro) e foram remetidos contributos para a participação do Sr. MEETD em encontros empresariais (Dinamarca e Reino Unido) e na 7.ª Conferência Económica Franco-Portuguesa. Coordenou-se também o envio de contributos METD para as Comissões Mistas com Angola, Índia, Arábia Saudita e República da Coreia (coordenadas pelo MNE), e garantiu-se a resposta a outras solicitações do MNE (ex: visita do PR ao Brasil; visita do PR da Argentina a Portugal; visita da Vice-Presidente da República do Vietname a Portugal; encontro bilateral entre o MENE com homólogo chinês; encontro bilateral SENEK com homóloga da Índia; contributos para Consultas Políticas com a Ucrânia, Arménia, Azerbaijão, Cazaquistão, Uzbequistão, Uruguai, Canadá; contributos para apresentação de Cartas Credenciais dos novos

Matriz de objetivos e atividades da DSCI									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
									Embaixadores da Índia e da R.P. da China).

Matriz de objetivos e atividades da DSCI									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							<p>Apoiar a participação da Tutela em reuniões ministeriais de caráter económico, nomeadamente no âmbito da OCDE, ONU, Fórum de Macau, CPLP, Cimeira Ibero-Americana e Aliança do Pacífico, entre outros enquadramentos multilaterais.</p>	R	<p>Preparou-se a participação da Tutela na Reunião do Conselho da OCDE a nível Ministerial (excecionalmente, dividiu-se por 2 blocos - 31 de março; 5-6 de outubro). Foram igualmente remetidos contributos à participação de representantes do MNE nas Reuniões do Grupo de Estratégia Global da OCDE, na XXVII Cimeira Ibero-Americana e na Reunião de Ministros dos Negócios Estrangeiros da Conferência Ibero-Americana.</p>
							<p>Preparar documentos de apoio/contributos solicitados à DPCE e destinados a outros serviços/divisões da DGAE.</p>	R	<p>Foram preparados documentos de apoio/contributos em resposta a pedidos de outras DS, sobretudo da DSAE, com destaque para os seguintes temas: relacionamento com o Reino Unido; dependências estratégicas; level playing field; relação entre políticas comercial, industrial e de concorrência.</p>

Matriz de objetivos e atividades da DSCI									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Elaborar contributos e/ou pareceres sobre a implementação da Estratégia de Acesso ao Mercado da UE.	R	Foram preparadas agendas anotadas, em preparação das reuniões do Comité Consultivo de Acesso ao Mercado; foram consultados os operadores económicos sobre barreiras ao comércio e investimento com países terceiros específicos (atendendo às agendas do Comité); foi divulgado e analisado o Relatório sobre a Aplicação e o Cumprimento dos Acordos Comerciais da UE.
							Elaborar Informações, contributos e/ou pareceres relativos às negociações de Acordos da UE com Países Terceiros.	R	Foram elaborados contributos relativamente a Acordo de Comércio e Cooperação UE-Reino Unido, Comité de Comércio e Tecnologia UE-EUA, negociação de acordos de comércio livre da UE (Mercosul, México, Chile).

Matriz de objetivos e atividades da DSCI									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Elaborar Informações, contributos e/ou pareceres relativos às negociações de Acordos Plurilaterais em que a UE participa.	R	Foram realizados documentos/contributos relativamente às várias negociações plurilaterais em curso na OMC, nomeadamente: Facilitação de Investimento; Comércio Eletrónico; Regulamentação interna em serviços.
							Esclarecer e/ou resolver questões colocadas por associações e empresas ou outras entidades relativas à política comercial e investimento.	R	Foi dada resposta a (43) pedidos de esclarecimento (recebidos via info.brexit@dgae.gov.pt) sobre consequências da saída do Reino Unido da UE nos procedimentos necessários à importação/exportação Foi dada resposta a outros pedidos de esclarecimento (24, recebidos por outros emails) sobre assuntos vários relacionados com requisitos à importação, exportação e colocação no mercado (principalmente procedimentos alfandegários, certificações, rotulagem e marcação).

Matriz de objetivos e atividades da DSCI									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							<p>Coordenar, emitir pareceres e elaborar contributos no âmbito do acompanhamento da atividade das organizações internacionais que se ocupam do comércio internacional OMC, OCDE e UNCTAD.</p>	<p>R</p> <p>Foram efetuados contributos no âmbito dos Comitês da OCDE e da atividade subjacente a esta organização (com destaque para os trabalhos no âmbito do estudo "Strengthening FDI and SME linkages in Portugal"). Foram elaborados contributos para as pastas de apoio à participação de Portugal em: 12ª Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (adiada para 2022); Ministerial 2021 da OCDE (outubro 2021). Foram também respondidas as solicitações que nos fizeram chegar quanto à OMC (nomeadamente sobre as negociações em curso sobre Comércio e Saúde, Regulamentação Interna em Serviços, Comércio Eletrónico, Facilitação do investimento, Transparência/Notificações, reforma da OMC; e sobre temas de interesse para negociações futuras como os subsídios) e à UNCTAD.</p>	

Matriz de objetivos e atividades da DSCI									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Elaborar e solicitar contributos nas áreas de competência do METD, tanto ao nível das relações bilaterais e multilaterais, como da vertente económica das relações externas da UE.	R	Foram elaborados diversos contributos, em particular no âmbito das relações bilaterais e multilaterais, e pareceres sobre iniciativas legislativas como o Decreto-Lei que institui o Centro de Competências de Apoio à Política Externa do Estado e a criação da Rede de Política Global para Promover o Recrutamento Ético, nomeadamente versando a Agenda 2030/ODS.

Matriz de objetivos e atividades da DSCI									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							<p>Coordenar, enquanto Ponto Focal, a participação portuguesa em ações desenvolvidas no âmbito do Plano de Atividades do Fórum de Macau.</p>	R	<p>A DGAE, enquanto Ponto Focal nacional e por solicitação da Delegada de Portugal no Fórum de Macau, desenvolveu diversas atividades, destacando-se: análise ao programa de atividades do Secretariado Permanente para 2021; contributos para o Guia do Investidor; sugestões de redação do projeto de Declaração Conjunta da Reunião Ministerial Extraordinária; envio de informação para a participação da Delegada de Portugal na 12.ª edição do Fórum Internacional sobre o Investimento e Construção de Infraestruturas (Macau, 22 e 23 de julho de 2021); divulgação dos seguintes Colóquios: As PME na situação pós-pandemia; Uso de Medicina Tradicional no Combate à Pandemia de COVID19; Curso de Formação Fiscal Online Tributação da Economia Digital.</p>

Matriz de objetivos e atividades da DSCI									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							<p>Coordenar, enquanto Ponto Focal do METD, a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2030 em que o METD se constitui como Coordenador ou Contribuidor.</p>	R	<p>A DGAE, enquanto Ponto Focal do METD para o ODS9, divulgou, junto das entidades mais diretamente envolvidas, os Relatórios de Desenvolvimento Sustentável Europa 2020 e Europa 2021, o Programa do Grupo de Trabalho Agenda 2030 do Conselho da UE durante a Presidência Portuguesa (e relatos das reuniões realizadas neste âmbito), e remeteu contributo ao MNE para a Reunião do Fórum Político de Alto Nível das Nações Unidas. Respondeu-se ainda a uma auditoria do Tribunal de Contas sobre a sua participação no ODS9.</p>
							<p>Coordenar o levantamento da execução de projetos e programas de cooperação de organismos do METD, enquadráveis na Ajuda Pública ao Desenvolvimento.</p>	R	<p>Remeteu-se ao CICL o Apuramento do Financiamento ao Desenvolvimento relativo ao ano de 2020 no âmbito do METD.</p>
4	Reforçar o apoio técnico à elaboração de instrumentos de política económica	10%	112	N.º de documentos de análise técnica e de apoio à decisão política elaborados	30	90%	Definir a posição do METD em questões relacionadas com a proteção de investimento intra-comunitário.	NR	Não foi agendada pela Comissão Europeia nenhuma reunião sobre este tema.

Matriz de objetivos e atividades da DSCI									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Definir e defender a posição de Portugal no âmbito dos Instrumentos de Defesa Comercial aplicados pela UE ou por Países Terceiros.	R	Foram acompanhados todos os processos IDC (de terceiros contra a UE e da UE contra terceiros), tendo proposto e submetido à tutela, caso-a-caso (9), a posição nacional a assumir.
							Elaborar Informações, contributos e/ou pareceres relativos a questões tratadas no âmbito do Grupo de Questões Comerciais do Conselho da UE.	R	Foram elaborados contributos para a definição da posição nacional sobre o IPI - International Procurement Instrument. Acompanhou-se a implementação do regulamento "Enforcement".
							Contribuir, na perspetiva da Política Comercial da UE, para a análise do <i>Brexit</i> .	R	A DGAE/METD contribuiu para a divulgação do Acordo de Comércio e Cooperação UE-Reino Unido junto dos operadores económicos. Foram elaborados documentos informativos, emails e conteúdos no website, alertando os operadores económicos para as mudanças que tal implicaria no relacionamento com aquele mercado.

Matriz de objetivos e atividades da DSCI									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Acompanhar a negociação de instrumentos jurídicos bilaterais na área económica (incluindo os acordos de investimento autorizados pela UE), em coordenação com os organismos do METD e com o MNE.	R	Assegurou-se o acompanhamento da negociação de instrumentos jurídicos bilaterais na área económica, em articulação com as entidades METD e com o MNE. Procedeu-se a um exercício de avaliação de manutenção do interesse na negociação e/ou assinatura e implementação de instrumentos jurídicos selecionados.
			I13	% de instrumentos de informação da DSCI atualizados	[80%-90%]	10%	Manter atualizadas as Bases de Dados: Dumping, Subvenções, REC, casos IDC de países terceiros contra a UE e casos IDC no TJUE.	R	Foi sendo atualizada a informação constante das referidas bases de dados.
							Atualizar regularmente as Fichas de Relacionamento Económico.	R	As Fichas de Relacionamento Económico foram objeto de atualizações regulares, por iniciativa própria e a pedido/solicitação da Tutela.
							Atualizar regularmente a Base de Dados dos instrumentos jurídicos bilaterais em negociação no âmbito do METD.	R	A Base de Dados dos instrumentos jurídicos bilaterais foi objeto de atualização periódica.

Matriz de objetivos e atividades da DSCI									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
5	[O5] Melhorar a qualidade dos serviços prestados pela DSCI	10%	115	N.º de conteúdos publicados no Website da DGAE (QUAR DGAE - Ind 11)	75	40%	Assegurar conteúdos no domínio do comércio internacional e das relações internacionais em português e inglês.	R	Foram submetidos (73) contributos para o website a propósito dos temas acompanhados em Política Comercial, nomeadamente quanto ao Acordo de Comércio e Cooperação UE-Reino Unido, Estatuto de Bloqueio, Consultas da Comissão Europeia (acordos de comércio livre, SPG, regulamento anticoerção, desenvolvimento sustentável) e ferramentas online lançadas pela Comissão Europeia (Access2Markets, Access2 Procurement, Estearn Partnership Trade Helpdesk). Em matéria de Relações Internacionais, destaca-se a divulgação de concursos de procurement no âmbito do Grupo de Trabalho das Multilaterais Financeiras (ex: Nações Unidas, BERD, BID, Banco Mundial), diversos eventos empresariais (ex: China International Import Expo; Fórum para a Cooperação Luso-Chinesa em Mercados de Países Terceiros; Competição "928 Startup Challenge" em Macau; Webinar Sérvia-Portugal) e institucionais

Matriz de objetivos e atividades da DSCI									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
								<p>(reuniões da OSCE e OCDE; encontro bilateral com o Secretário-Geral da Indústria e PME de Espanha; 7.ª Conferência Económica Franco-Portuguesa).</p> <p>Foram também submetidos para publicação no website conteúdos em inglês dos temas de política comercial e investimento e no âmbito das relações internacionais.</p>	
			116	Grau de satisfação dos/as utilizadores/as que solicitam esclarecimentos no âmbito das competências da DGAE (QUAR DGAE - Ind 12)	3,3	60%	Avaliar o grau de satisfação dos agentes económicos que solicitam esclarecimentos no âmbito das barreiras ao comércio e da saída do Reino Unido da União europeia (<i>Brexit</i>).	R	<p>Todos os emails de resposta às questões colocadas pelos operadores económicos, via barreiras.mercado e info.brexit, incluíram link para inquérito de satisfação. Infelizmente as respostas foram reduzidas (apenas 1, com nota 5).</p>

QUADRO XXV

ATIVIDADES NÃO PREVISTAS, MAS REALIZADAS PELA DIREÇÃO DE SERVIÇOS DO COMÉRCIO INTERNACIONAL (DSCI)

Matriz de objetivos e atividades da DSCI									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
4	Reforçar o apoio técnico à elaboração de instrumentos de política económica		112	N.º de documentos de análise técnica e de apoio à decisão política elaborados			Contribuir para a definição da posição nacional no Comité de salvaguardas e do Regime Comum para as Exportações	R	Analisou e emitiu parecer sobre aos diferentes procedimentos de exame realizados, no âmbito da implementação de um sistema de autorização prévia para a exportação de vacinas COVID-19 e das várias prorrogações a que este foi sujeito.
							Colaboração no levantamento e atualização de informação sobre medidas restritivas e de apoio à economia nos Estados-Membros da UE (e Suíça), no âmbito da COVID-19.	R	A DSCI-DRIn colaborou nesta atividade, entre 6 de janeiro e 15 de julho, através do acompanhamento e atualização quinzenal das medidas implementadas nos seguintes países: Alemanha, Áustria, Grécia, Malta, Roménia e Suíça.

Matriz de objetivos e atividades da DSCI									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							A pedido da Embaixada da China, preparou-se uma proposta de Programa para um Seminário sobre Cooperação Empresarial Luso-Chinesa em Países Terceiros, a ter lugar na China em 2022.	R	A proposta foi remetida à Embaixada da China dentro do prazo previsto (posteriormente, fomos informados que a iniciativa deverá realizar-se apenas em 2023, devido à situação sanitária).

QUADRO XXVI AUTOAVALIAÇÃO PELA DIREÇÃO DE SERVIÇOS DO COMÉRCIO INTERNACIONAL (DSCI)

Na vertente da Política Comercial Externa do comércio internacional, a DSCI, através da Divisão de Política Comercial Externa (DPCE), acompanhou os trabalhos e participou em reuniões do Comité de Política Comercial (CPC) da União Europeia (UE), nas suas formações de Titulares, Suplentes, Serviços e Investimento (tendo assumido a Delegação Nacional no âmbito da Presidência Portuguesa do Conselho), Têxteis, Aço e outros Produtos Industriais (STIS) e Sistema de Preferências Generalizadas (SPG).

No âmbito das reuniões do CPC foram efetuadas análises, contributos e pareceres sobre matérias de política comercial de índole multilateral, em especial no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC):

- . Primeiro, tendo em vista a desejável reforma das regras de comércio (destaque para comércio eletrónico, regulamentação interna em serviços, facilitação do investimento e iniciativa Comércio e Saúde);
- . Segundo, contribuindo para a discussão sobre a urgente reforma da própria organização (em especial do órgão de recurso do órgão de resolução de litígios);
- . Terceiro, avaliando os impactos dos litígios envolvendo a UE para os interesses nacionais (destaque para os litígios Airbus/Boeing entre a UE e os EUA, com origem nos subsídios atribuídos ao setor aeronáutico, cujas medidas retaliatórias vêm afetando o comércio entre as partes, em vários setores, desde 2018, tendo as partes acordado, em 2021, a suspensão por cinco anos dessas medidas).

Ainda no âmbito da OMC, são de destacar os contributos da DSCI para a participação de Portugal na 12ª Conferência Ministerial, agendada para 30 de novembro-3 de dezembro (embora à última da hora adiada para 2022, dada a pandemia).

No que respeita à vertente bilateral da política comercial da UE, a atividade da DSCI abrangeu um conjunto muito alargado de temas, sobre os quais efetuámos análises e preparámos contributos e pareceres, nomeadamente: negociação de Acordos de Comércio Livre da UE (em particular Austrália, Nova Zelândia e Chile); aplicação de Acordos de Comércio Livre da UE (com destaque para Canadá, Reino Unido e parceiros da União para o Mediterrâneo); Acordos de Investimento da UE (em especial com a China e com Angola); Comércio Digital/Eletrónico; relacionamento UE-EUA (litígios OMC, salvaguardas do aço e alumínio e Comité de Comércio e Tecnologia).

A DSCI participou, via remota, em reuniões sobre vários temas de política comercial: Comité Consultivo de Acordos de Investimento, da Comissão Europeia, de que é titular; Grupo de Modernização do Tratado da Carta da Energia; trabalhos da Comissão das Nações Unidas para o Direito Comercial Internacional (UNCITRAL) para a reforma do ISDS (*Investor-State Dispute Settlement*) e a finalização do pacote de reforma das regras do ICSID (*International Centre for Settlement of Investment Disputes*); e no grupo de peritos sobre Comércio e Desenvolvimento Sustentável.

No que se refere aos instrumentos de defesa comercial, a DSCI acompanhou os diversos processos da UE contra países terceiros e de países terceiros contra a UE, tendo proposto e submetido à tutela, caso-a-caso, a posição nacional a assumir. Foram consultadas as associações setoriais nacionais relevantes para os casos em análise e, quando solicitado, prestado apoio técnico às empresas e às associações envolvidas.

A DSCI contribuiu para a implementação do Estatuto de Bloqueio, através da participação no Comité para a Legislação Extraterritorial e no Grupo de Peritos da Comissão sobre medidas restritivas da União e extraterritorialidade, e através do acompanhamento do processo legiferante que levou à entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 41/2021 de 1 de junho, que aprova o regime sancionatório aplicável à sua violação.

Contribuiu, igualmente, para a definição da posição do METD nas discussões que decorreram em 2021 sobre: Instrumento Internacional de Contratação Pública (IPI, em fase de trílogos); Proposta de Regulamento relativo a Subvenções Estrangeiras que distorcem o mercado interno; Proposta de Regulamento sobre o Mecanismo de Ajustamento de Carbono na Fronteira (que integra o pacote Fit for 55); Proposta de Regulamento sobre um novo instrumento Anticoerção. Acompanhou a monitorização do Regulamento de “screening” europeu de investimento estrangeiro e do Regulamento de “Enforcement” da UE.

A DSCI contribui igualmente, no âmbito do Comité de salvaguardas e do Regime Comum para as Exportações, para a definição da posição nacional sobre a implementação de um sistema de autorização prévia para a exportação de vacinas COVID-19. Analisou e respondeu aos diferentes procedimentos de exame realizados, aquando da implementação do referido mecanismo e das várias prorrogações a que este foi sujeito.

No que se refere ao Sistema de Preferências Generalizadas (SPG), a DSCI assegurou a participação, por videoconferência, nas reuniões do grupo de peritos, de que é titular, e nas reuniões do CPC SPG. No âmbito do processo de revisão do regulamento SPG, procurou assegurar uma estreita articulação com as associações empresariais e setoriais, cujos contributos foram essenciais para a definição da posição do METD e que contribuiu para a posição nacional defendida pelo MNE nas discussões em Bruxelas.

A DSCI, à semelhança dos anos anteriores, continuou a assegurar a representação nacional no Comité Consultivo de Acesso ao Mercado (reuniões de âmbito horizontal e setorial), da Comissão Europeia, que constitui o principal vetor da Estratégia de Acesso ao Mercado da UE. Neste âmbito, foram realizadas várias consultas às associações empresariais nacionais, com o objetivo de identificar novas barreiras, bem como avaliar os impactos das já conhecidas.

No que diz respeito aos acordos de promoção e proteção de investimento (BIT) e em articulação com o MNE, a DSCI: acompanhou os procedimentos necessários à entrada em vigor da revisão do acordo com Angola (em dezembro) e do acordo com o Irão (em curso); deu continuidade às negociações com a Arábia Saudita e com a Moldávia; analisou os efeitos de um potencial pedido de denúncia do acordo com o Paquistão; iniciou processo de revisão do modelo BIT.

No âmbito da OCDE, a DSCI assegurou, via remota, a representação de Portugal em reuniões do Comité de Comércio, do Grupo de Trabalho do Comité de Comércio e do Comité de Investimento. Merecem destaque os trabalhos no âmbito do estudo "*Strengthening FDI and SME linkages in Portugal*", tendo sido assegurada a coordenação da *Task Force* nacional (que incluiu elementos de outros serviços desta DGAE, do GEE/METD, do IAPMEI, da ANI, da AICEP, da AD&C e do Ministério da Coesão Territorial). Organizou também, em conjunto com a DSPE e com a OCDE, o *webinar* de apresentação do estudo com a presença do Sr. MEETD e do SG-Adjunto da OCDE, o Sr. Yoshiki Takeuchi.

No total, e apesar dos consideráveis efeitos da pandemia e do reduzido número de recursos humanos da equipa da Política Comercial Externa, a DSCI: assegurou a participação em 164 reuniões, na esmagadora maioria por via remota; promoveu sessões de esclarecimento às empresas e associações sobre temas de política comercial; elaborou e divulgou (via email, website ou LinkedIn) material informativo sobre temas de política comercial; respondeu às questões colocadas pelos operadores económicos nacionais (maioria sobre acordos de comércio e colocação no mercado); coorganizou e participou na reunião do Grupo de Trabalho de Política Comercial e Custos de Contexto.

Por último, salientar o *webinar* sobre Política Comercial, realizado a 10 de fevereiro, no âmbito da Presidência Portuguesa do Conselho, coorganizado pela DSCI, pelo MNE e pela Comissão Europeia, onde foi discutida a importância dos instrumentos de defesa comercial, dos acordos de comércio livre e da Estratégia de Acesso ao Mercado para as empresas da UE.

Na vertente das relações internacionais, acompanhada pela Divisão de Relações Internacionais – DRI, preparou, durante o ano de 2021, pastas de apoio e outros elementos informativos, no âmbito de deslocações oficiais e encontros bilaterais dos membros da área governativa da Economia e da Transição Digital, tendo sido cumpridos os prazos de entrega estipulados. Em virtude da pandemia de COVID-19, e tal como já havia sucedido em 2020, o número de deslocações oficiais e encontros bilaterais foi substancialmente reduzido face aos anos pré-pandemia.

Destacamos os elementos de apoio preparados para os seguintes eventos/encontros bilaterais: participação do Ministro de Estado, da Economia e da Transição Digital, como orador, no evento organizado pelo Clube de Negócios Dinamarquês (*Danish Business Club*), na 7.ª Conferência Económica Franco-Portuguesa e no almoço com investidores britânicos na Embaixada do Reino Unido; encontros bilaterais do Ministro de Estado, da Economia e da Transição Digital com homólogos gregos (Ministro da Governação Digital e Ministro Adjunto e das Finanças), espanhóis (à margem da XXXII Cimeira Luso-Espanhola), dinamarquês (Ministro dos Assuntos Empresariais) e ucraniano (Ministro da Transformação Digital), bem como a Vice-Presidente da Comissão Europeia (à margem da Web Summit) e com o Dr. Pierre Moscovici, ex-Ministro da Economia, Finanças e Comércio Exterior de França e ex-Comissário Europeu para os Assuntos Económicos e Financeiros; reunião bilateral do Secretário de Estado Adjunto e da Transição Digital com o Secretário-Geral da Indústria e PME de Espanha.

No que respeita à participação dos membros do Governo da área da Economia e da Transição Digital em Cimeiras, Comissões Mistas e outras reuniões de alto nível, foram preparados elementos de apoio para a XXXII Cimeira Luso-Espanhola (Trujillo, 28 de outubro) e para a Reunião do Conselho da OCDE ao nível Ministerial (excepcionalmente, teve dois segmentos distintos: bloco 1 - 31 de março; bloco 2 - 5/6 de outubro). Acresce a preparação da 3.ª Comissão Mista com a Ucrânia (esteve agendada para os dias 6 e 7 de dezembro), bem como a preparação de uma missão setorial a Marrocos do Secretário de Estado Adjunto e da Economia, no âmbito do Observatório de Investimentos (ainda por realizar). De referir ainda a preparação, ao nível técnico, da reunião do Grupo de Trabalho de Comércio e Investimento Portugal/Rússia (VTC, 7 de julho), coordenado pela DGAE/METD.

Neste âmbito, foram também remetidos diversos contributos para as seguintes reuniões/deslocações de membros do Governo da área governativa dos Negócios Estrangeiros e Presidência da República: 5.ª Comissão Económica Mista Portugal/Índia (Nova Deli, 8-9 de abril); Cimeira UE/Índia (Porto, 8 de maio); 5.ª Comissão Mista Portugal/Arábia Saudita (Riade, 9 de junho); 6.ª Comissão Mista Económica Portugal/República da Coreia (Seul, 16 de junho); 2.ª Comissão Mista Intergovernamental Portugal/Angola (Lisboa, 30 de setembro); XXVII Cimeira Ibero-americana (21 de abril); I Reunião de Ministros dos Negócios Estrangeiros Ibero-Americanos (26 de novembro); reunião do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros com o seu homólogo chinês (19 de julho); reunião do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação com a Secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cultura da Índia (13 de setembro); reuniões do Grupo de Estratégia Global da OCDE (15-16 de março; 7-8 de dezembro); Consultas Políticas com os seguintes países: Ucrânia, Arménia, Azerbaijão, Cazaquistão, Uzbequistão, Uruguai, Canadá; visita do Presidente da República da Argentina a Portugal (9-10 de maio); visita do Presidente da República Portuguesa ao Brasil (29 de julho); visita da Vice-Presidente da República do Vietname a Portugal (28-30 de outubro); apresentação de Cartas Credenciais dos novos Embaixadores da Índia e da R.P. da China.

Acrescem os contributos remetidos ao Camões, Instituto da Cooperação e da Língua, I.P. no âmbito dos Programas Estratégicos de Cooperação com São Tomé e Príncipe, Moçambique e Cabo Verde, bem como em resposta a solicitações de informação sobre Moçambique, Timor Leste, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. Foi ainda remetido o Apuramento do Financiamento ao Desenvolvimento relativo ao ano de 2020 no âmbito do METD.

A DSCI participou em diversas reuniões ao longo de 2021 (em número inferior ao de anos anteriores à pandemia), incluindo-se a 16.ª reunião da Comissão Interministerial de Política Externa (22 de outubro), as reuniões do Secretariado Permanente da Comissão Interministerial para a Cooperação (23 de março, 11 de outubro e 17 de dezembro), bem como a reunião anual da Comissão de Acompanhamento do Grupo de Trabalho do Mercado das Multilaterais Financeiras (26 de fevereiro).

No que se refere ao Fórum de Macau, e sendo a DGAE o Ponto Focal Nacional deste mecanismo multilateral de cooperação, foram garantidas, entre outras, as seguintes atividades: (i) análise da proposta de programa de atividades do Secretariado Permanente para 2021; (ii) contributos, em colaboração com a AICEP, para o Guia do Investidor sobre Portugal lançado pelo Fórum de Macau; (iii) comentários e sugestões de redação para o projeto de Declaração Conjunta da Reunião Ministerial Extraordinária; (iv) envio de informação para a participação da Delegada de Portugal na 12.ª edição do Fórum Internacional sobre o Investimento e Construção de Infraestruturas; (v) envio de informação sobre projetos relevantes desenvolvidos em Portugal, com o apoio do Fundo Ambiental, no âmbito do Fórum e Exposição Internacional de Cooperação Ambiental de Macau (MIECF); (vi) divulgação dos seguintes Colóquios Online: as PME no Período Pós-Pandemia; Uso de Medicina Tradicional no Combate à Pandemia de COVID19; Curso de Formação Fiscal sobre Tributação da Economia Digital, e comunicação dos respetivos participantes nacionais à Delegada de Portugal; (vii) pedido de difusão junto dos meios de comunicação social, através da Associação Portuguesa de Imprensa, dos vídeos produzidos sobre Portugal, por ocasião da 13.ª Semana Cultural da China e dos Países de Língua Portuguesa; (viii) pedido de divulgação junto do MCTES (e outros *stakeholders*) da competição universitária “928 STARTUP CHALLENGE” em Macau (1.º prémio foi obtido por uma equipa da Universidade do Porto); (ix) informação ao Gabinete MEETD sobre a nomeação do novo Secretário-Geral do Fórum de Macau.

A DGAE, através da DSCI, enquanto Ponto Focal do METD para o ODS9 da Agenda de Desenvolvimento Sustentável 2030, divulgou os Relatórios de Desenvolvimento Sustentável Europa 2020 e Europa 2021, o Programa do Grupo de Trabalho Agenda 2030 do Conselho da UE durante a Presidência Portuguesa (e relatos das reuniões realizadas neste âmbito), e remeteu contributo ao MNE para a Reunião do Fórum Político de Alto Nível das Nações Unidas. A DGAE respondeu ainda a uma auditoria do Tribunal de Contas sobre a sua participação no ODS9.

No âmbito das suas atribuições, a DSCI assegurou ainda o acompanhamento da negociação de instrumentos jurídicos bilaterais nas áreas de competência do Ministério da Economia e da Transição Digital (em particular, nos domínios do Turismo, da Segurança Alimentar e Económica, do Digital/Startups e da

Normalização e Metrologia), bem como dos Tratados de Amizade e Cooperação e Acordos de Cooperação Económica. Procedeu-se a um exercício de avaliação de manutenção do interesse na negociação e/ou assinatura e implementação de instrumentos jurídicos selecionados.

Do mesmo modo, foi divulgada informação relevante aos organismos do METD e à Tutela no domínio das relações internacionais, nomeadamente parte útil de telegramas de Embaixadas e da Missão Permanente de Portugal na OCDE, relatos, declarações finais e outros elementos de reuniões de alto nível, incluindo Relações Externas da UE e no âmbito multilateral (ex: ONU, UNCTAD, CPLP e Fórum Macau), versões finais de Programas Estratégicos de Cooperação (ex: São Tomé e Príncipe), eventos e iniciativas empresariais.

As Fichas de Relacionamento Económico da DGAE foram objeto de atualização regular, quer por iniciativa própria, quer na sequência de solicitações da Tutela (nomeadamente, para reuniões com Embaixadores de países terceiros).

Foram preparados diversos contributos e atualizações para o website e LinkedIn da DGAE, destacando-se a divulgação de concursos de *procurement* no âmbito do Grupo de Trabalho das Multilaterais Financeiras (ex: Nações Unidas, BERD, BID, Banco Mundial), diversos eventos empresariais (ex: China International Import Expo; Fórum para a Cooperação Luso-Chinesa em Mercados de Países Terceiros; Competição "928 Startup Challenge" em Macau; Webinar Sérvia-Portugal) e institucionais (reuniões da OSCE e OCDE; encontro bilateral com o Secretário-Geral da Indústria e PME de Espanha; 7.ª Conferência Económica Franco-Portuguesa).

A pedido da Embaixada da China, a DSCI preparou uma proposta de Programa (temas a abordar, possíveis oradores, atividades complementares, duração prevista) para um Seminário sobre "Cooperação Empresarial Luso-Chinesa em Países Terceiros", a realizar na R.P. da China em 2022.

A DSCI colaborou com a DCSR na tarefa de pesquisa e atualização quinzenal das medidas restritivas impostas ao comércio e serviços (incluindo a restauração) e medidas de apoio às PME (incluindo medidas de apoio social), no contexto da pandemia de COVID-19 nos seguintes Estados-Membros da UE: Alemanha; Áustria; Grécia; Malta; Roménia; e também na Suíça.

QUADRO XXVII
ATIVIDADES PREVISTAS, REALIZADAS PELA DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL (DDO)

Matriz de objetivos e atividades da DDO									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
O1	[O5] Melhorar a qualidade dos serviços prestados pela DGAE	5%	I1	Nº de conteúdos publicados no website da DGAE (QUAR DGAE - Ind 11)	2	100%	Preparar contributos para o website da DGAE.	R	Foram produzidos 4 contributos para o website da DGAE, relativos a: procedimentos concursais para o cargo de Chefe de Divisão do Desenvolvimento Sustentável e de Chefe de Divisão de Coordenação dos Assuntos Europeus; procedimento concursal para recrutamento de 5 Técnicos Superiores para a Direção de Serviços do Comércio, Serviços e Restauração; procedimento de recrutamento por mobilidade interna de 3 técnicos superiores para a DSCI.

Matriz de objetivos e atividades da DDO									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
O2	[O6] Adotar medidas de boa gestão dos trabalhadores/as	10%	12	N.º de medidas que contribuem para a melhoria da cultura organizacional, conciliadoras da vida profissional e pessoal, bem como para a promoção da saúde e bem estar no local de trabalho e a motivação dos trabalhadores/as (QUAR DGAE - Ind 13)	[1 - 3]	100%	Estabelecer novas parcerias com empresas ou organizações para que os trabalhadores da DGAE beneficiem de condições mais favoráveis em relação às normalmente praticadas.	R	Foram estabelecidas 2 novas parcerias na área de cabeleireiros e na área das farmácias com condições mais favoráveis para os trabalhadores da DGAE em relação às normalmente praticadas.
							Dinamizar atividades que estimulem a prática regular de atividade física, em conciliação com o horário de trabalho.	R	Foi efetuada a consulta interna aos trabalhadores sobre aulas de pilates em formato online (devido à pandemia) e apenas 2 trabalhadores manifestaram interesse, o que não permitiu a criação de uma turma para o efeito. Relativamente às aulas presenciais de yoga, não foi possível a sua realização devido ao encerramento ditado pela pandemia das instalações do Centro Sociocultural dos Serviços Sociais da A.P.

Matriz de objetivos e atividades da DDO									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Implementar, em articulação com a DPA, medidas de promoção da saúde no trabalho.	NR	Foi efetuada a consulta ao mercado e recebidas propostas de 5 empresas de Saúde e Segurança no Trabalho; analisadas as propostas, foram apuradas as 2 empresas com a melhor relação preço/serviço a prestar. Devido às cativações sobre o orçamento de funcionamento não foi possível avançar com a contratação do serviço SST.
							Propor horários flexíveis de trabalho que permitam conciliar a vida profissional e pessoal dos trabalhadores.	R	A taxa de trabalhadores com horário flexível foi de 74 %.
							Promover atividades de voluntariado envolvendo os trabalhadores.	R	Foi realizada uma ação de voluntariado na época de Natal direcionada para a Associação CASA, que contou com o apoio dos trabalhadores da DGAE. Por indicação da Direção, coube à DSSE a responsabilidade de dinamizar a ação de voluntariado.

Matriz de objetivos e atividades da DDO									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Realizar iniciativas destinadas a fortalecer os laços e o espírito de grupo entre os trabalhadores.	NR	Devido à situação de pandemia não foi possível realizar a ação de <i>teambuilding</i> prevista para 2021.
O3	Assegurar a gestão eficiente das necessidades dos recursos humanos da DGAE	40%	13	N.º de documentos informativos difundidos sobre matérias do âmbito dos recursos humanos	[10 - 12]	5%	Assegurar a divulgação interna de conteúdos de interesse geral dos trabalhadores.	R	Foi assegurada a divulgação interna de 39 conteúdos de interesse geral dos trabalhadores.
			14	% de situações analisadas	[95% - 98%]	85%	Acompanhar as situações de faltas por motivo de doença e acidente de trabalho dos trabalhadores, bem como o acompanhamento dos procedimentos relativos às deliberações em sede de juntas médicas.	R	Foram tratadas todas as situações de faltas por motivo de doença (56), acidente de trabalho dos trabalhadores (1) e juntas médicas (10).
							Assegurar o acompanhamento das situações referentes a férias dos trabalhadores.	R	Foi assegurado o acompanhamento e resolução de todas as situações referentes a férias dos trabalhadores (marcação/desmarcação/aprovação/transição).

Matriz de objetivos e atividades da DDO									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Assegurar os procedimentos relativos aos pedidos de acumulação de funções e de modalidades de horários de trabalho, bem como de acordos de cedência e ainda os pedidos de licenças.	R	Foram assegurados os processos relativos a 2 pedidos de acumulação de funções, a 2 processos de acordos de cedência e a 3 pedidos de licença sem remuneração.
							Assegurar a resposta aos pedidos de emissão de cartões de funcionário.	R	Foi assegurada a contratação da emissão de 42 cartões de funcionário.
							Divulgar internamente a informação e respetivos procedimentos de renovação do cartão de beneficiário da ADSE (titulares e familiares).	R	Foi divulgada internamente a informação sobre procedimentos de renovação do cartão de beneficiário da ADSE (titulares e familiares) e assegurada a sua emissão e entrega aos trabalhadores.
							Assegurar a tramitação dos processos relativos aos pedidos de aposentação e de contagem de tempo de serviço.	R	Foi assegurada a tramitação de 3 processos relativos a pedidos de aposentação e de 8 pedidos de contagem de tempo de serviço.
							Assegurar a tramitação dos processos relativos a pedidos de abono de família para crianças e jovens.	R	Foi assegurada a tramitação relativa a 1 pedido de abono de família.

Matriz de objetivos e atividades da DDO									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Assegurar a resposta aos pedidos de emissão de declarações apresentados pelos trabalhadores.	R	Foi assegurada a resposta a 21 pedidos de emissão de declarações apresentados pelos trabalhadores (COVID-19, de funções, efetividade).
			15	N.º de processos de avaliação a preparar e apoiar	1	10%	Preparar e apoiar a realização da avaliação de desempenho dos trabalhadores da DGAE.	R	Foi assegurada a preparação e apoio à realização da avaliação de desempenho dos trabalhadores da DGAE referente ao biénio 2019-2020.
O4	Assegurar a valorização e formação dos trabalhadores	20%	16	N.º de processos de formação anual dos trabalhadores da DGAE a desenvolver	1	100%	Efetuar o levantamento das necessidades de formação dos trabalhadores da DGAE.	R	Foi efetuado o levantamento das necessidades de formação dos trabalhadores através do DNF 2021.
							Monitorizar a implementação do Plano de Formação bem como de formações extraplano.	R	O Plano de Formação foi implementado tendo em conta as cativações. Foi monitorizada a formação extra-plano efetuada.
							Assegurar o envio dos certificados de formação para os processos individuais dos trabalhadores na SGE.	R	Os certificados de formação obtidos foram enviados para os processos individuais dos trabalhadores, que se encontram na SGE.

Matriz de objetivos e atividades da DDO									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
05	Assegurar a coordenação dos procedimentos de recrutamento de trabalhadores	20%	17	% de procedimentos de recrutamento acompanhados	100%	80%	Preparar e apoiar os procedimentos de recrutamento de trabalhadores, bem como a gestão da carreira dos trabalhadores.	R	Foram preparados e apoiados 2 procedimentos concursais para cargos dirigentes (Chefe de Divisão DDS e Chefe de Divisão DCAE), 1 procedimento concursal para recrutamento de técnicos superiores (DCSR), 1 procedimento de recrutamento por mobilidade interna para 3 técnicos superiores (DSCI) e 1 procedimento de recrutamento por mobilidade interna para 1 técnico de informática (DPA). Foram desenvolvidos os processos relativos a 5 técnicos superiores provenientes do recrutamento centralizado e respetivos períodos experimentais. Foi assegurada a tramitação relativa a 6 técnicos superiores estagiários provenientes do Programa EstágiAP XXI.

Matriz de objetivos e atividades da DDO									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
			18	% de avisos preparados	100%	5%	Assegurar a preparação dos avisos e respetivo envio para publicação em Diário da República relativos a consolidações de mobilidade, entre outros.	R	Foi assegurada a preparação e envio de 25 avisos para publicação em Diário da República relativos a: consolidações de mobilidade na categoria (4) e intercarreiras (1), conclusão de período experimental (4), designação de dirigente em substituição (1), comissão de serviço de dirigente (1) e renovação da comissão de serviço de dirigente (2), licenças sem remuneração (3), abertura de procedimentos concursais para trabalhadores e dirigentes (3), cessação de funções (1), celebração de CTFP (5).
			19	% de Contratos de Trabalho em Funções Públicas por tempo indeterminado preparados	100%	5%	Assegurar a preparação dos Contratos de Trabalho em Funções Públicas por tempo indeterminado (CTFP).	R	Foi assegurada a preparação e a assinatura de 10 Contratos de Trabalho em Funções Públicas por tempo indeterminado (CTFP).

Matriz de objetivos e atividades da DDO									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
			I10	% de processos individuais solicitados	[96% - 99%]	5%	Assegurar o pedido dos processos individuais dos trabalhadores às entidades de origem após consolidação da mobilidade e envio para a SGE.	R	Foi assegurado o pedido de envio dos processos individuais dos trabalhadores que consolidaram as respetivas mobilidades na DGAE; após o seu recebimento, os processos foram enviados para a SGE.
			I11	% de faturas INCM objeto de validação	100%	5%	Validar as faturas emitidas referentes a atos publicados em Diário da República no âmbito dos recursos humanos.	R	Foram validadas todas as faturas referentes a atos publicados em D.R. no âmbito das matérias relativas a recursos humanos.
O6	Assegurar o registo de todos os pedidos dos trabalhadores relativos a matérias de recursos humanos.	5%	I12	% da documentação recebida mensalmente e registada no sistema de gestão documental.	[96% - 99%]	100%	Registar e classificar toda a documentação relativa às atividades acima referidas.	R	Foi registada no sistema de gestão documental toda a documentação recebida relacionada com as matérias de recursos humanos da DGAE.

QUADRO XXVIII AUTOAVALIAÇÃO PELA DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL (DDO)

Em 2021, a DDO assegurou o tratamento de todas as matérias respeitantes aos recursos humanos da DGAE em estreita coordenação com a Secretaria-Geral do Ministério da Economia, no âmbito da prestação centralizada de serviços.

O ano iniciou-se com a renovação do estado de emergência decretado pelo Presidente da República com fundamento na verificação da situação de calamidade pública, devido um aumento do número de novos casos de contágio pela doença COVID-19. Foi decretada a adoção do regime de teletrabalho obrigatório sempre que compatível com a atividade laboral. A emissão de uma declaração pela entidade empregadora ou equiparada continuou a ser necessária para todos aqueles que necessitaram de se deslocar ao local de trabalho por não se poderem enquadrar no modo de teletrabalho obrigatório.

Foi necessário assegurar a manutenção da organização de forma desfasada das horas de entrada e saída da DGAE entre os trabalhadores, bem como a adoção de medidas técnicas e organizacionais que garantiram o distanciamento físico e a proteção dos trabalhadores.

Deste modo, ao longo do ano de 2021 a prestação de trabalho em teletrabalho parcial foi uma orientação constante, e ainda mais nos casos dos trabalhadores da DGAE abrangidos pelo regime excecional de proteção de imunodeprimidos e doenças crónicas, mediante certificação médica.

No início do ano verificava-se que cerca de 91% dos trabalhadores se encontravam em teletrabalho no contexto COVID-19, incluindo os trabalhadores com condições de imunodepressão e doenças crónicas, situação que se verificou igualmente no final do ano com a presença física das equipas em espelho no mês de dezembro.

A formação profissional dos trabalhadores da DGAE entre janeiro e setembro de 2021 foi realizada em modo online, e em modo presencial a partir de outubro até dezembro relativamente às formações de grupo (formação em línguas inglesa e francesa e formação jurídica sobre o Regime Jurídico de Acesso e Exercício das Atividades de Comércio, Serviços e Restauração).

O ano iniciou-se e terminou com o mesmo número de trabalhadores, tendo havido, no entanto, rotação de trabalhadores através de diversas saídas e entradas, por motivo de aposentação, mobilidade interna, procedimento concursal, recrutamento centralizado e regresso após cessação de licença sem remuneração.

No que se refere à atração de recursos humanos, foram desenvolvidos dois procedimentos concursais para cargos dirigentes, um procedimento concursal para recrutamento de 5 técnicos superiores, um procedimento de recrutamento por mobilidade interna para 3 técnicos superiores, e um procedimento de recrutamento por mobilidade interna para 1 técnico de informática. No âmbito do recrutamento centralizado, foram desenvolvidos os processos relativos ao início de funções de 5 técnicos superiores. Foi ainda assegurada a tramitação relativa a 6 técnicos superiores estagiários provenientes do Programa EstágiAP XXI.

No que diz respeito à gestão das carreiras dos trabalhadores, foi obtida autorização para a consolidação de mobilidade intercarreiras na carreira de especialista de informática. Relativamente ao processo de pedido de autorização para a valorização remuneratória de especialista de informática, iniciado em 2020, não foi obtida resposta do Ministério das Finanças até ao final de 2021.

QUADRO XXIX
ATIVIDADES PREVISTAS, REALIZADAS NO ÂMBITO DA DIVISÃO DE PLANEAMENTO E APOIO (DPA)

Matriz de objetivos e atividades da DPA									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
O1	Assegurar a coordenação e o apoio na elaboração dos instrumentos do ciclo anual de gestão	20%	I1	Prazo para apresentação do QUAR e do Plano de Atividades	[20 a 30 Nov]	50%	Solicitar elementos aos serviços para a elaboração do QUAR e o Plano de Atividades para 2022.	R	Foram solicitados aos serviços da DGAE, em 08-10-2021, os elementos para a elaboração do QUAR e do Plano de Atividades para 2022.
							Analisar a informação disponibilizada pelos serviços e elaborar o QUAR e o Plano de Atividades para 2022.	R	Foi analisada a informação disponibilizada pelos serviços e elaborados os projetos de QUAR e Plano de Atividades.
			I2	Prazo para apresentação do Relatório de Atividades	[1 a 15 Abr]	50%	Solicitar elementos aos serviços para a elaboração do Relatório de Atividades de 2020.	R	Foram solicitados aos serviços, em 15-02-2021, os elementos para a elaboração do Relatório de Atividades respeitante a 2021.
							Analisar a informação disponibilizada pelos serviços e elaborar o Relatório de Atividades de 2020.	R	O Relatório de Atividades foi elaborado, incluindo a autoavaliação, e enviado à tutela em 15-04-2021.

Matriz de objetivos e atividades da DPA									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
O2	Assegurar a monitorização dos objetivos e indicadores de gestão	10%	13	N.º de quadros de monitorização elaborados até 15 de janeiro de 2021	[6 - 8]	60%	Elaborar os quadros para monitorização dos indicadores e objetivos de gestão.	R	Foram elaborados os quadros de monitorização dos indicadores constantes do QUAR, bem como os quadros necessários ao acompanhamento de determinadas atividades específicas dos serviços.
			14	Prazo para apresentação do quadro com a monitorização do QUAR	[17 a 30 Jun]	40%	Elaborar o quadro com informação semestral sobre os objetivos e indicadores do QUAR e apresentar eventuais propostas de reformulação.	R	Efetuada mensalmente o acompanhamento dos resultados do QUAR e elaborado o quadro com a informação semestral, enviado ao GEE, na data solicitada, 30 de julho.
O3	[O5] Melhorar a qualidade dos serviços prestados pela DGAE	13%	15	Percentagem de conteúdos publicados no Website da DGAE no prazo e sem erros	[95% - 100%]	55%	Inserir e atualizar atempadamente na página eletrónica da DGAE os conteúdos disponibilizados pelos serviços.	R	Foram inseridos e atualizados no Website da DGAE todos os pedidos enviados pelos serviços.
			16	N.º de inquéritos de satisfação dos utentes dos serviços elaborados, disponibilizados e analisados	[2 - 4]	35%	Elaborar o(s) questionário(s) de satisfação.	R	Foi elaborado o questionário de satisfação destinado aos utentes dos serviços.
							Conceber a metodologia de divulgação do(s) questionário(s) e proceder à sua implementação.	R	Foi estabelecida uma metodologia para divulgação do questionário de audição dos utentes dos serviços.

Matriz de objetivos e atividades da DPA									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
							Analisar os resultados do(s) inquérito(s) de satisfação dos utentes dos serviços.	R	Foram analisados os resultados das respostas ao questionário dos utentes dos serviços relativo ao ano de 2020, que constam do Relatório de Atividades do ano em causa.
			17	Prazo médio para encaminhamento ou arquivamento das mensagens recebidas na <i>mailbox</i> da DGAE (dias úteis)	1 dia	10%	Verificar e encaminhar diariamente as mensagens recebidas na caixa de correio eletrónica da DGAE.	R	Foram verificadas e encaminhadas diariamente as mensagens recebidas na caixa de correio eletrónica da DGAE.
O4	Acompanhar a implementação do sistema de gestão documental	10%	18	N.º de fluxos de negócios acompanhados e implementados	2	70%	Identificar e desenvolver os fluxos de processos e os respetivos circuitos e intervenientes.	R	A DPA coordenou e participou ativamente no desenvolvimento e acompanhamento dos fluxos de negócio. Um deles, respeitante à "Convenção de Táxis" foi colocado em produção e outros 6 encontram-se em desenvolvimento.
				Percentagem de situações analisadas e reportadas	80%	30%	Reportar os problemas de funcionamento do sistema de gestão documental.	R	Reportados todos os problemas ou sugestões de melhoramento do sistema de gestão documental.

Matriz de objetivos e atividades da DPA									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
O5	Assegurar o apoio informático aos utilizadores internos	10%	I9	Prazo médio de resposta aos pedidos de <i>help desk</i> (dias úteis)	1 dia	100%	Responder atempadamente aos pedidos de apoio ao nível do <i>help desk</i> informático, incluindo aplicações, comunicações e <i>hardware</i> .	R	A equipa do Apoio TIC deu resposta aos pedidos efetuados pelos utilizadores ou, quando os mesmos não eram suscetíveis de resolução interna, procedeu ao se reencaminhamento para os serviços competentes da SGE.
O6	Gerir as necessidades e os contratos de aquisição de bens e serviços	7%	I10	% de bens e serviços necessários ao funcionamento da DGAE identificados	[90%-95%]	30%	Identificar atempadamente as necessidades de bens e serviços a enviar à SGE com vista à realização dos procedimentos de aquisição.	R	Foram identificadas todas as necessidades de aquisições de bens e serviços, indispensáveis ao funcionamento da DGAE.
			I11	% de contratos acompanhados	100%	30%	Acompanhar a execução dos contratos de aquisição de bens e serviços.	R	Todos os contratos de aquisição de bens e serviços foram objeto de acompanhamento físico e financeiro.
			I12	Prazo de validação das faturas por parte da DPA (dias úteis)	5	40%	Validar a faturação das aquisições de bens e serviços, remetendo essa informação à SGE.	R	Todas as faturas foram objeto de criteriosa verificação, tendo sido apenas validadas as que comprovadamente correspondiam aos bens entregues ou aos serviços prestados.

Matriz de objetivos e atividades da DPA									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
O7	Assegurar a cobrança das receitas próprias da DGAE	5%	I13	Prazo para a emissão das Guias de Receita	[22 a 24 h]	50%	Emitir guias de receita no prazo definido no procedimento aprovado.	R	Procedeu-se, de acordo com as solicitações dos serviços, à emissão, nos prazos previstos, das guias de receita respeitantes às autorizações de licenciamento ou às taxas cobradas pelos serviços prestados.
			I14	N.º médio de mapas enviados mensalmente	[1 - 3]	50%	Enviar à SGE os mapas com indicação das receitas cobradas em cada um dos regimes previstos.	R	Enviados mensalmente à SGE os mapas com a listagem das guias de receita emitidas em cada um dos regimes previstos na legislação em vigor que se enquadram nas competências da DGAE.
O8	Gerir as verbas do Fundo de Maneio	5%	I15	N.º de quadros de controlo elaborados mensalmente	[1 - 2]	30%	Controlar os fluxos de caixa, os registos do cartão de crédito e os movimentos da conta afeta ao Fundo de Maneio.	R	Foi feito o controlo regular dos fluxos de caixa e dos movimentos contantes do cartão de crédito, emitido pelo IGCP.
			I16	Percentagem dos pagamentos aprovados efetuados mensalmente	100%	30%	Efetuar os pagamentos das despesas aprovadas por verbas do Fundo de Maneio.	R	No âmbito do fundo de maneio, foram pagas todas as despesas contra a apresentação de faturas comprovativas da realização das despesas.

Matriz de objetivos e atividades da DPA									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
			I17	Prazo de preparação dos documentos de despesa a enviar à SGE	1.º dia útil do mês seguinte	40%	Remeter à SGE a lista e os documentos comprovativos das despesas realizadas mensalmente.	R	Sempre que foram efetuados pagamentos através do fundo de maneo, procedeu-se ao envio mensal à SGE da listagem das despesas pagas e dos respetivos documentos comprovativos da realização dessas despesas, validados superiormente.
O9	[O6] Adotar medidas de boa gestão dos trabalhadores/as	15%	I18	N.º de medidas que contribuem para a melhoria da cultura organizacional, conciliadoras da vida profissional e pessoal, bem como para a promoção da saúde e do bem-estar no local de trabalho e a motivação dos/as trabalhadores/as (QUAR DGAE - Ind 13)	[1 - 3]	50%	Implementar, em articulação com a DDO, medidas de promoção da segurança no trabalho.	T	Foi elaborada uma informação de serviço sobre o assunto, com algumas sugestões de medidas a realizar, tendo sido proposto que este assunto transitasse para a DDO.
						30%	Realizar o inquérito de satisfação dos trabalhadores.	R	Foi realizado o inquérito de satisfação dos trabalhadores e apurados os respetivos resultados que constam do Relatório de Atividades de 2020.

Matriz de objetivos e atividades da DPA									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
						20%	Criar uma caixa de sugestões onde os trabalhadores possam deixar regularmente mensagens sobre dificuldades, constrangimentos e propostas de medidas de conciliação e de melhoramento dos serviços que gostassem de ver desenvolvidas na DGAE.	NR	Esta atividade não chegou a ser colocada em prática.
O10	Assegurar o registo e a classificação da correspondência recebida, assim como a respetiva distribuição	5%	119	% da documentação recebida diariamente e registada no sistema de gestão documental	100%	100%	Digitalizar, numerar, registar, classificar e encaminhar toda a documentação recebida.	R	Toda a documentação recebida foi registada no sistema de gestão documental e encaminhada para despacho superior.

QUADRO XXX AUTOAVALIAÇÃO PELA DIVISÃO DE PLANEAMENTO E APOIO (DPA)

A Divisão de Planeamento e Apoio tem um leque alargado de funções que incluem a área do planeamento estratégico, nomeadamente a elaboração do QUAR e a respetiva monitorização e autoavaliação, a coordenação da elaboração e o acompanhamento da execução do Plano de Atividades, assim como a elaboração do Relatório de Atividades. A estas áreas acrescem as da coordenação e acompanhamento dos assuntos financeiros e da contratação pública, que são assegurados pela SGE, no âmbito da gestão centralizada de serviços, a área da gestão do fundo de maneiio e da emissão de guias de receita referentes às taxas e emolumentos das licenças e autorizações concedidas no âmbito das competências da DGAE, a área da manutenção das instalações, a área do apoio informático, que envolve a resolução dos problemas levantados pelos utilizadores, quer de hardware quer de software, em articulação também com a SGE, a área da publicação e de gestão de informação no site da DGAE, e a área da gestão documental, que engloba, não só a resolução de problemas, como o apoio aos utilizadores, o registo e o encaminhamento da correspondência recebida.

Assim, na área do planeamento, foram elaborados os quadros de monitorização dos vários indicadores de gestão, em especial, os previstos no QUAR, mas também referentes a atividades enquadradas nas áreas de negócio, permitindo o acompanhamento permanente da sua execução, ao longo do ano.

De registar, igualmente, a coordenação de todos os trabalhos inerentes à preparação do Relatório de Atividades de 2020, incluindo o apuramento de resultados e a respetiva autoavaliação, assim como a realização de inquéritos junto dos utilizadores dos serviços e dos trabalhadores da DGAE, com o consequente apuramento dos respetivos resultados e o tratamento estatístico dos mesmos, indispensáveis à realização dessa autoavaliação.

De igual modo, foram apresentadas propostas para a definição dos objetivos e indicadores constantes do QUAR para 2021 e iniciados os trabalhos de preparação, coordenação e apresentação da proposta de Plano de Atividades para 2021.

Devido à COVID-19, e à elevada rotação de trabalhadores na DGAE, manteve-se em 2021 o acréscimo de trabalho no âmbito do apoio informático, garantindo em simultâneo o regime de teletrabalho, que vigorou grande parte do ano, e a manutenção dos postos de trabalho locais, permitindo uma flexibilidade de resposta e a gestão em simultâneo das duas situações, em teletrabalho ou em trabalho presencial. Houve também a necessidade de um apoio redobrado aos utilizadores para que não se verificassem quebras de comunicações e de acesso à informação existente nas pastas partilhadas, ao sistema de gestão documental, assim como a outros programas, onde quer que os utilizadores estivessem a exercer funções. Foi assegurado o apoio técnico à realização de reuniões com recurso a plataformas digitais, que aumentaram em especial devido à Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia. Foram melhoradas significativamente as condições técnicas disponibilizadas aos trabalhadores, com a aquisição de computadores portáteis e de ecrãs adicionais, de maiores dimensões e com câmara incorporada. Para o efeito, foi necessário reforçar a equipa com mais um técnico de informática.

Uma outra vertente do apoio informático, que mereceu especial atenção e que envolveu o acompanhamento, a coordenação e muitas horas de trabalho por parte da equipa da DPA, foi a do desenvolvimento dos fluxos de negócio no âmbito do sistema de gestão documental, que tiveram um impulso significativo ao longo do ano.

Foi assegurada a publicação, no website da DGAE, de todas as notícias e de outras informações e procedeu-se às atualizações dos respetivos conteúdos, de acordo com os pedidos formulados pelos serviços. Com a instalação de uma nova versão do software que suporta o site, foi possível introduzir algumas inovações, nomeadamente a introdução de mensagens alusivas (*banners*) aos assuntos ou aos eventos mais relevantes.

Foi feito o levantamento das necessidades de aquisição de bens e serviços indispensáveis ao funcionamento da DGAE e o acompanhamento permanente da execução dos respetivos contratos, alguns dos quais, devido à sua especial complexidade, implicaram um sistema de controlo mais exigente, devido ao número de faturas emitidas. Com efeito, o acompanhamento da execução dos contratos, com a obrigatoriedade de nomeação de gestores para os diversos contratos,

é uma atividade que requer cada vez mais tempo, preparação e dedicação, com vista à identificação e correção dos desvios entre os serviços prestados e os faturados, tendo também presente a especificidade de muitos desses serviços e dos respetivos contratos, implicando interações diárias com a SGE e com as empresas executoras. Na área da execução orçamental, a principal dificuldade teve a ver com a cativação de verbas no orçamento da DGAE e a indisponibilidade de fundos, que implicaram atrasos nalgumas contratações de bens e serviços e até constrangimentos em certos pagamentos. Foram realizados, ao longo do ano, todos os pagamentos das despesas efetuadas por fundo de maneiio, assim como o seu registo, e enviada mensalmente à SGE toda a documentação comprovativa da realização dessas despesas, não se registando falhas nos apuramentos realizados ou a necessidade de reposição de verbas, graças à verificação prévia da conformidade de toda a documentação antes de qualquer pagamento, nos termos previstos no regulamento do fundo de maneiio.

Procedeu-se, também, ao registo e à emissão de todas as guias de receita solicitadas pelos serviços e ao envio para a SGE dos respetivos mapas, com indicação dos valores cobrados, por tipologia de produtos ou serviços a que correspondiam essas receitas.

Na área da gestão e manutenção das instalações, é de realçar a instalação de novos blocos de iluminação de emergência em todo o edifício e, principalmente, a aquisição e instalação de um novo sistema automático de deteção de incêndios.

Ainda no contexto resultante da pandemia COVID-19, foram tomadas as medidas de prevenção, em conformidade com as orientações da DGS, como por exemplo a distribuição diária de máscaras de proteção individual aos trabalhadores, assim como de gel desinfetante para as mãos, colocado em recipientes nos vários pisos do edifício, de modo a minimizar as condições de propagação da doença e a reduzir o risco de contaminação no local de trabalho. Em resultado dessas e de outras medidas de prevenção, nas quais se incluiu a separação física dos postos de trabalho, foi possível prevenir e evitar a propagação de surtos da doença nas instalações da DGAE.

Apesar das condicionantes resultantes da pandemia, que se mantiveram durante todo o ano, com mais ou menos restrições consoante as orientações emanadas pela DGS, continuaram a ser realizados outros serviços da responsabilidade desta Divisão, essenciais para o funcionamento da DGAE, como sucedeu com o registo de toda a correspondência, o atendimento telefónico diário e a manutenção das instalações e dos equipamentos.

QUADRO XXXI
ATIVIDADES PREVISTAS, REALIZADAS NO ÂMBITO DA DIVISÃO DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS (DRI)

Matriz de objetivos e atividades da DRI									
Objetivos			Indicadores				Atividades	Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
N.º	Descrição	Peso	N.º	Descrição	Meta	Peso			
1	[O1] Reforçar a coordenação dos assuntos europeus e internacionais do METD e garantir a representação da DGAE nas estruturas nacionais e internacionais	100%	I1	Taxa de participação em reuniões planeadas (QUAR DGAE – Ind1)	[80%-90%]	100%	Colaborar e participar nas reuniões organizadas pelos serviços.	R	Foi assegurada a participação em todas as reuniões organizadas pelos serviços da DGAE.
2	[O4] Garantir os prazos de resposta às solicitações dirigidas à DRI	50%	I2	% de pareceres relevantes emitidos dentro do prazo (QUAR DGAE - Ind9)	[94%-98%]	50%	Elaborar pareceres especializados sobre matérias de natureza jurídica no âmbito da DGAE.	R	Foi assegurada a elaboração atempada dos pareceres solicitados.
		50%	I3	% de solicitações respondidas com caráter substantivo dentro do prazo (QUAR DGAE - Ind10)	[94%-98%]	50%	Responder às várias solicitações dirigidas à DGAE.	R	Foi assegurada uma resposta atempada às várias solicitações dirigidas à DGAE.

QUADRO XXXII AUTOAVALIAÇÃO PELA DIVISÃO DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS (DRI)

No âmbito da atividade desenvolvida pela Divisão de Relações Institucionais, no ano de 2021, as questões suscitadas pela pandemia de COVID-19 continuaram a ter uma especial preponderância, tendo esta Divisão, neste âmbito, elaborado vários pareceres e respostas sobre questões colocadas pelo Gabinete do Secretário de Estado do Comércio, Serviços e Defesa do Consumidor e pelos cidadãos e operadores económicos, nomeadamente sobre as consequências do encerramento de várias atividades, assim como outras preocupações remetidas pelos interessados.

Por outro lado, manteve-se um elevado número de pedidos de parecer a que houve necessidade de dar resposta, designadamente sobre projetos de diplomas legais em circuito legislativo, solicitados pelo Gabinete do Secretário de Estado do Comércio, Serviços e Defesa do Consumidor, a que se adicionaram vários pedidos de parecer sobre projetos de Resolução e perguntas parlamentares, relativas ao coronavírus COVID-19, apresentados pelos vários partidos representados na Assembleia da República.

Foram também desenvolvidas outras ações de apoio às Direções de Serviço, nomeadamente nas áreas do Comércio, Serviços e Restauração, da Política Empresarial, dos Recursos Humanos, dos Assuntos Europeus e da Sustentabilidade Empresarial.

Neste âmbito, foram elaborados projetos de diploma com vista a alterar normas que já se encontravam desatualizadas, assim como vários pareceres interpretativos respeitantes a diversas matérias, tais como licenciamentos, restauração, táxis, entre outras.

No que respeita aos recursos humanos, foi prestado apoio jurídico nas avaliações do desempenho relativas ao biénio 2019-2020 (SIADAP 3), apresentadas várias pronúncias no âmbito de recursos hierárquicos, elaborado projeto de contestação a uma ação administrativa, declaração de confidencialidade, despachos, entre outros.

Foram ainda dadas respostas a vários pedidos para consulta de processos administrativos, tendo sido questionada a aplicação da Lei n.º 26/2016, de 22 de agosto, que estabelece o regime de acesso à informação administrativa e ambiental e de reutilização dos documentos, e do Regulamento Geral de Proteção de Dados, relativo à proteção das pessoas singulares no que concerne ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados.

Em relação às restantes atividades atribuídas a esta Divisão, foram igualmente elaborados, atempadamente, diversos pareceres especializados, pedidos pela Direção e demais unidades orgânicas da DGAE, sobre matérias de natureza jurídica.

Garantiu-se, ainda, uma célere resposta às várias solicitações dirigidas a esta Direção-Geral, tais como denúncias e pedidos de informação nas mais diversas áreas.

2.4 *Análise das causas de incumprimento de atividades ou projetos não executados*

Apesar do contexto de pandemia que afetou a atividade regular da DGAE durante todo o ano de 2021, esta Direção-Geral conseguiu realizar as atividades que tinham sido planeadas para esse ano. De facto, como se pode constatar no quadro XXXIII, que resume o nível de realização das atividades realizadas por Unidade Orgânica, foram realizadas 252 das 272 atividades planeadas. Apenas não se realizaram 17 atividades, o que corresponde a 6,25%, o que permite concluir que estas não comprometeram a concretização dos objetivos identificados no QUAR da DGAE.

Quadro XXXIII - Nível de realização das atividades previstas por Unidade Orgânica

Serviço	Nível de realização das atividades			
	R	NR	T	TOTAL
DSCSR	48	4	2	54
DSSE	48	5		53
DSPE	32	2		34
DSAE	15	1		16
DSCI	58	2		60
DDO	24	2		26
DPA	24	1	1	26
DRI	3			3
TOTAL	252	17	3	272

A não realização das atividades previstas para o ano de 2021 prende-se, sobretudo, com motivos alheios à DGAE, como por exemplo a não realização de reuniões que não dependem da iniciativa desta Direção-Geral, a não realização de atividades da responsabilidade de outras entidades e em que a DGAE participa e a falta de resposta a solicitações enviadas a outras entidades.

2.5 Avaliação dos serviços prestados

A avaliação da satisfação dos utilizadores dos serviços da DGAE que solicitam esclarecimentos às diversas unidades orgânicas da DGAE, no âmbito das suas competências, é uma ferramenta fundamental para a promoção da melhoria contínua do desempenho da DGAE. Permite identificar áreas de melhoria de forma a garantir que os serviços prestados aos utilizadores desses serviços têm a qualidade exigida. Por esse motivo, o Orçamento de Estado para o ano de 2021 estipulava, também, que os serviços que tivessem atendimento público ou que prestassem serviço direto a cidadãos e empresas deveriam considerar essa avaliação como obrigatória, inscrevendo-a no QUAR (como consta no indicador 12 do QUAR da DGAE).

Por esta razão, no ano de 2021, foram desenvolvidos e implementados questionários relativos a áreas de atividade específicas da DGAE, as quais, normalmente, recebem mais solicitações, por correio eletrónico, por parte de potenciais utilizadores dos serviços desta Direção-Geral.

Os questionários foram realizados através do envio de uma hiperligação no correio eletrónico de resposta a todas as solicitações que foram efetuadas pelos utilizadores da DGAE no decorrer do ano de 2021. As respostas foram recolhidas através da plataforma disponibilizada pelo website da DGAE, em cujas tabelas se baseia a análise realizada.

A análise dos níveis de satisfação baseia-se na escala de *Likert*¹⁹, de acordo com a qual os respondentes do questionário classificaram a sua satisfação nos seguintes níveis: 1 – Muito Insatisfeito; 2 – Insatisfeito; 3 – Pouco Satisfeito; 4 – Satisfeito; 5 – Muito Satisfeito. Além de poderem classificar a sua satisfação de acordo com esta escala, os inquiridos tiveram, também, a hipótese de deixar sugestões de melhoria, caso entendessem.

Os resultados obtidos nos questionários que foram realizados nas áreas listadas no quadro XXXIV, permitem afirmar que os utilizadores dos serviços da DGAE estão satisfeitos com a

¹⁹ A escala de *Likert* é uma escala de classificação das respostas a questionários que permite medir as atitudes e conhecer o grau de conformidade dos inquiridos em relação às questões colocadas.

qualidade da resposta dada às solicitações por si efetuadas. De facto, tendo em conta as médias de satisfação (média aritmética) registadas por área, é possível verificar que os inquiridos estão muito satisfeitos em relação a duas dessas áreas e satisfeitos em relação a quatro. Além disso, os inquiridos estão pouco satisfeitos em relação a uma das áreas. Finalmente, não houve respostas registadas relativamente a um dos questionários realizados.

Quadro XXXIV - Resultados do inquérito de satisfação por parte dos destinatários dos serviços

Grau de satisfação dos/as utilizadores/as que solicitam esclarecimentos no âmbito das competências da DGAE 2021		
<i>Área</i>	<i>Nº de respostas</i>	<i>Grau de Satisfação</i>
Autorizações DCSR	7	4,71
Barreiras ao Comércio	0	-
Introdução no mercado de novos Produtos do Tabaco	2	5
Materiais Fertilizantes	2	3
Percursos de droga	4	4,75
Regime Jurídico de Acesso e Exercício de Atividades de Comércio, Serviços e Restauração	152	4,61
Rótulo Ecológico da UE	3	4,67
Saída do Reino Unido da União Europeia (Brexit)	1	5

MI - Muito Insatisfeito, I - Insatisfeito, PS - Pouco Satisfeito, S - Satisfeito, MS - Muito Satisfeito

Como referido, além de poderem classificar a sua satisfação, os utilizadores dos serviços da DGAE tiveram, igualmente, oportunidade de efetuar sugestões de melhoria, caso o entendessem necessário. Neste sentido, verificou-se que 50 dos respondentes aos questionários fizeram apreciações qualitativas dos serviços prestados, as quais incluem, não verdadeiras sugestões de melhorias dos serviços, mas antes simples comentários.

2.6 Avaliação dos trabalhadores e dos dirigentes intermédios

A avaliação da satisfação e da motivação dos trabalhadores e dos dirigentes intermédios da DGAE relativa a um conjunto diversificado de temas referentes ao funcionamento desta Direção-Geral é um elemento importante para a melhoria contínua do desempenho da DGAE.

Neste sentido, relativamente ao ano de 2021, procedeu-se à implementação de questionários de satisfação, tanto aos trabalhadores, como aos dirigentes intermédios da DGAE. O modelo utilizado para os questionários foi adaptado do modelo da *Common Assessment Framework*²⁰ 2013 (Anexo IV), publicado pela Direção-Geral do Administração e Emprego Público.

Ambos os questionários foram implementados através do envio de uma hiperligação, por correio eletrónico, para todos os trabalhadores e dirigentes intermédios que exerceram funções na DGAE no ano de 2021²¹. As respostas foram recolhidas através da plataforma *Microsoft Forms*, em cujas tabelas de dados se baseia a análise apresentada de seguida.

A escala do presente questionário que permitirá analisar os níveis de satisfação foi adaptada a partir da escala de *Likert*²², tendo sido alterada em relação à utilizada no ano anterior. De acordo com a escala utilizada, os respondentes classificaram o seu grau de satisfação em: 1 – Mau; 2 – Insatisfatório; 3 – Satisfatório; 4 – Bom; 5 – Excelente. A análise dos níveis de motivação baseia-se, igualmente, na escala de *Likert*: 1 – Muito Desmotivado; 2 – Desmotivado; 3 – Pouco Motivado; 4 – Motivado; 5 – Muito Motivado.

Além desta escala, os inquiridos tiveram também a hipótese de classificar a sua resposta com “Não Sabe/Não Responde” (NS/NR), sempre que não tivessem informação para responder ou não o quisessem fazer.

²⁰ A Estrutura Comum de Avaliação é um modelo de autoavaliação que permite fazer o diagnóstico do desempenho de organizações da Administração Pública, bastante utilizado pelas organizações públicas europeias. Utiliza-se comumente a sigla em inglês, CAF.

²¹ Excetuando-se os trabalhadores que, entretanto, deixaram de exercer funções na DGAE até à data de realização do questionário.

²² A escala de *Likert* é uma escala de classificação das respostas a questionários que permite medir as atitudes e conhecer o grau de conformidade dos inquiridos em relação às questões colocadas.

O facto de, como referido, a escala utilizada para analisar e avaliar os níveis de satisfação dos trabalhadores e dos dirigentes intermédios da DGAE ter sido bastante alterada no questionário realizado relativamente a 2021, e, por esse motivo, ser diferente da que foi utilizada no questionário relativo a 2020, impede a realização da análise comparativa dos resultados registados com os anos anteriores.

De seguida, são apresentados os resultados específicos de cada um dos questionários referidos anteriormente.

2.6.1. Trabalhadores

O questionário de satisfação dos trabalhadores da DGAE foi implementado entre 4 e 15 de março de 2022. Dos 79 trabalhadores inquiridos, que desempenharam funções na DGAE, em 2021, responderam 38, o que representa uma taxa de resposta de 48,1%.

Quadro XXXV - Resultados do questionário de satisfação interno

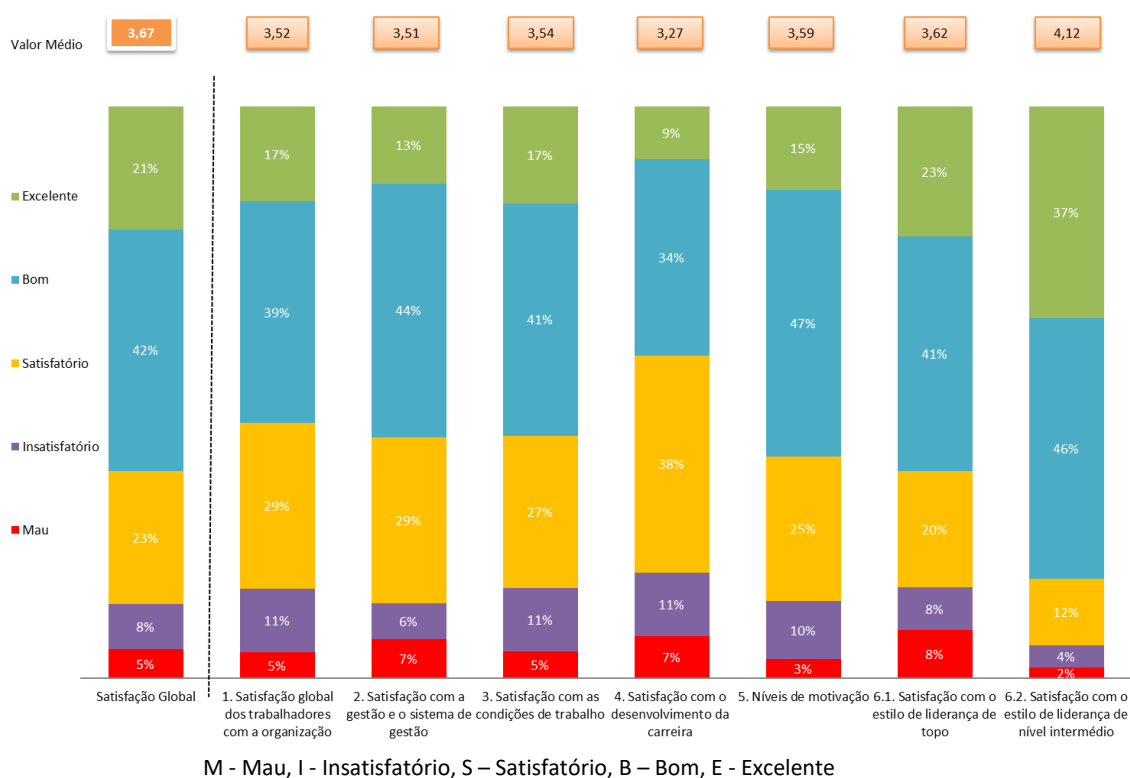
Grupos	M	I	S	B	E	NS/NR
1. Satisfação global dos trabalhadores com a organização	4,09%	9,94%	26,02%	34,80%	14,91%	10,23%
2. Satisfação com a gestão e o sistema de gestão	6,43%	5,85%	27,19%	41,52%	12,57%	6,43%
3. Satisfação com as condições de trabalho	4,39%	10,23%	24,85%	37,72%	15,79%	7,02%
4. Satisfação com o desenvolvimento da carreira	7,02%	10,53%	35,96%	32,46%	8,77%	5,26%
5. Níveis de motivação	3,16%	9,47%	23,68%	43,68%	13,68%	6,32%
6.1. Satisfação com o estilo de liderança de topo	7,42%	6,70%	17,94%	36,36%	20,10%	11,48%
6.2. Satisfação com o estilo de liderança de nível intermédio	1,82%	3,85%	11,34%	44,53%	36,23%	2,23%
Total	4,68%	7,40%	21,59%	39,34%	19,94%	7,05%

M - Mau, I - Insatisfatório, S – Satisfatório, B – Bom, E - Excelente, NS/NR - Não Sabe/Não Responde

O quadro XXXV apresenta os resultados globais do questionário, nomeadamente as taxas de resposta dadas pelos respondentes em cada uma das opções, incluindo aqueles que, por falta de informação ou por não quererem responder, selecionaram a opção NS/NR.

O gráfico 6 apresenta os resultados obtidos em cada uma das questões do questionário em termos de satisfação e de motivação, de acordo com a escala utilizada. Os valores analisados, tanto em termos de níveis, como de médias de satisfação e de motivação, excluem os valores relativos a NS/NR.

Gráfico 4 - Satisfação Global por Áreas



Como é possível constatar no gráfico 6, os níveis de satisfação obtidos em todas as perguntas são elevados, uma vez que as percentagens dos respondentes que selecionaram a opção Bom variam entre os 34% (*satisfação com o desenvolvimento da carreira*) e os 46% (*satisfação com o estilo de liderança da gestão de nível intermédio*). Os valores são também elevados no que diz

respeito aos respondentes que optaram por Satisfatório: as percentagens variam entre os 12% (*satisfação com o estilo de liderança da gestão de nível intermédio*) e os 38% (*satisfação com o desenvolvimento da carreira*). Segue-se o nível Excelente, o qual varia entre os 9% (*satisfação com o desenvolvimento da carreira*) e os 37% (*satisfação com o estilo de liderança da gestão de nível intermédio*). Os níveis Mau e Insatisfatório, apesar de reduzidos situam-se, respetivamente, entre os 2% (*satisfação com o estilo de liderança da gestão de nível intermédio*) e os 8% (*satisfação com o estilo de liderança da gestão de topo*) e os 4% (*satisfação com o estilo de liderança da gestão de nível intermédio*) e os 11%, registado em três perguntas (*satisfação global dos trabalhadores com a organização; satisfação com as condições de trabalho; e satisfação com o desenvolvimento da carreira*).

Relativamente aos níveis de motivação registados, é possível constatar que 47% dos respondentes consideram estar motivados e 25%, pouco motivados. Apenas 15% dos respondentes estão muito motivados.

Procedendo à análise dos resultados máximos alcançados por nível da escala utilizada, destacam-se os mais elevados:

- Excelente: 37%, na pergunta relativa ao estilo de liderança da gestão de nível intermédio;
- Bom: 46%, na pergunta relacionada com o estilo de liderança da gestão de nível intermédio;
- Satisfatório: 38%, na pergunta sobre satisfação com o desenvolvimento da carreira;
- Insatisfatório: 11%, nas perguntas relacionadas com a satisfação global com a organização, com as condições de trabalho e com o desenvolvimento da carreira;
- Mau: 8%, na pergunta satisfação com o estilo de liderança da gestão de topo.

Em termos das médias de satisfação (média aritmética ponderada), apenas uma pergunta regista um valor acima de 4: 4,12 (*satisfação com o estilo de liderança da gestão de nível intermédio*). As restantes perguntas registaram médias entre os 3,27 (*satisfação com o desenvolvimento da carreira*) e os 3,62 (*satisfação com o estilo de liderança da gestão de topo*).

Quanto à média de motivação dos respondentes, o valor registado foi de 3,59.

A partir da análise realizada, é possível constatar que, genericamente, os trabalhadores estão satisfeitos e motivados, tendo em conta que tanto os níveis como as médias de satisfação e motivação registaram valores positivos.

2.6.2. Dirigentes intermédios

O questionário de satisfação dos dirigentes intermédios da DGAE realizou-se também entre os dias 4 e 15 de março de 2022. Dos 18 dirigentes intermédios que exerceram funções na DGAE, em 2021, responderam 10, o que representa uma taxa de resposta de 55,6%

Quadro XXXVI - Resultados do questionário de satisfação interno

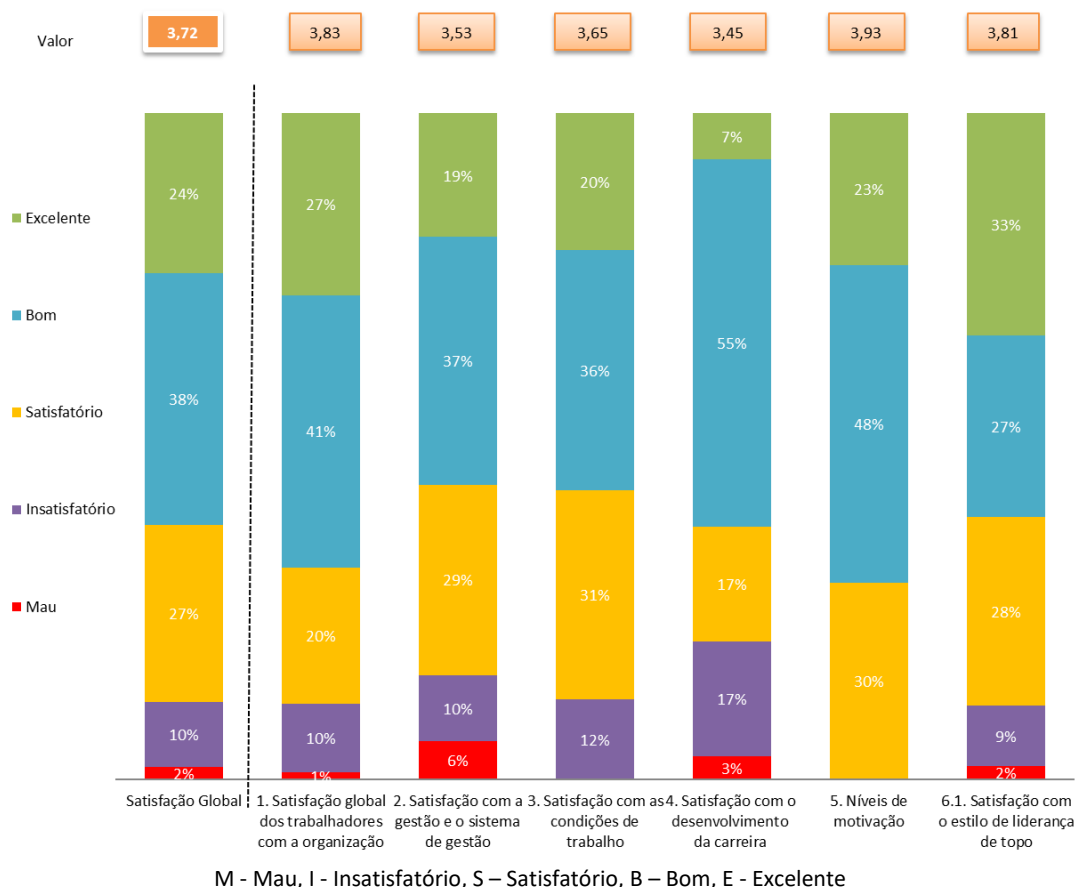
Grupos	M	I	S	B	E	NS/NR
1. Satisfação global dos trabalhadores com a organização	1,11%	10,00%	20,00%	40,00%	26,67%	2,22%
2. Satisfação com a gestão e o sistema de gestão	5,71%	10,00%	28,57%	37,14%	18,57%	0,00%
3. Satisfação com as condições de trabalho	0,00%	11,11%	28,89%	33,33%	18,89%	7,78%
4. Satisfação com o desenvolvimento da carreira	3,33%	16,67%	16,67%	53,33%	6,67%	3,33%
5. Níveis de motivação	0,00%	0,00%	26,00%	42,00%	20,00%	12,00%
6.1. Satisfação com o estilo de liderança de topo	1,82%	8,18%	25,45%	24,55%	30,00%	10,00%
Total	1,82%	9,09%	25,00%	35,45%	22,50%	6,14%

M - Mau, I - Insatisfatório, S – Satisfatório, B – Bom, E - Excelente, NS/NR - Não Sabe/Não Responde

O quadro XXXVI apresenta os resultados globais do questionário, nomeadamente as taxas de resposta dadas pelos respondentes em cada uma das opções, incluindo aqueles que, por falta de informação ou por não quererem responder, selecionaram a opção NS/NR.

O gráfico 7 apresenta os resultados obtidos em cada uma das questões do questionário em termos de satisfação e de motivação, de acordo com a escala utilizada. Os valores analisados, tanto em termos de níveis como de médias de satisfação e de motivação, excluem os valores relativos a NS/NR.

Gráfico 5 - Satisfação Global por Áreas



Os níveis de satisfação registados em todas as perguntas são elevados. A percentagem de respondentes que classificaram a sua resposta como Bom situa-se entre os 27% (*satisfação com o estilo de liderança da gestão de topo*) e os 55% (*satisfação com o desenvolvimento da carreira*). Quanto à percentagem dos que classificaram o seu nível de satisfação como Satisfatório, esta varia entre os 17% (*satisfação com o desenvolvimento da carreira*) e os 31% (*satisfação com as condições de trabalho*). Relativamente aos que selecionaram o nível Excelente, a percentagem varia entre 7% (*satisfação com o desenvolvimento da carreira*) e os 33% (*satisfação com o estilo de liderança da gestão de topo*). Os respondentes que optaram pelo nível insatisfatório situam-se entre os 9% (*satisfação com o estilo de liderança da gestão de topo*) e os 17% (*satisfação com*

o *desenvolvimento da carreira*). O valor mais elevado relativo aos respondentes que selecionaram a opção Mau não ultrapassa os 6% (*satisfação com a gestão e o sistema de gestão*).

Em termos dos níveis de motivação, é possível verificar que 48% estão motivados, 30% estão pouco motivados e 23% estão muito motivados.

Analisando os resultados mais elevados por nível da escala utilizada, verifica-se que:

- Excelente: 33%, na pergunta sobre a satisfação com o estilo de liderança da gestão de topo;
- Bom: 55%, na pergunta relativa à satisfação com as condições de trabalho;
- Satisfatório: 31%, na pergunta satisfação com as condições de trabalho;
- Insatisfatório: 17%, na pergunta relativa à satisfação com o desenvolvimento da carreira.
- Mau: 6%, na pergunta sobre a satisfação com a gestão e o sistema de gestão.

Em termos das médias de satisfação (média aritmética ponderada) registadas, destacam-se as médias relativas à satisfação global dos trabalhadores com a organização, 3,83 e com a satisfação com o estilo de liderança da gestão de topo, 3,81. A média de satisfação mais baixa registou-se na pergunta relativa à satisfação o desenvolvimento da carreira: 3.45.

Quanto à média de motivação, verificou-se uma motivação média de 3,93.

Tendo em conta os resultados apresentados, é possível afirmar que os dirigentes intermédios da DGAE estão, genericamente, satisfeitos e motivados.

2.7 Relatório de Formação

O relatório de formação, que contém os resultados relativos ao Plano de Formação relativo ao ano de 2021, pode ser consultado no Anexo VI.

2.8 Avaliação do sistema de controlo interno

A avaliação do sistema de controlo interno será efetuada através da resposta às questões que constam do quadro XXXVII.

É importante referir, para efeitos de avaliação do sistema de controlo interno, que compete à Secretaria-Geral do Ministério da Economia (SGE), em articulação com a DGAE, assegurar a prestação centralizada de serviços comuns nas áreas dos recursos humanos, formação e aperfeiçoamento profissional, apoio jurídico e contencioso, financeira e orçamental, aquisição de bens e serviços e contratação, logística e patrimonial, documentação e informação, comunicação e relações públicas, inovação e modernização e política de qualidade e tecnologias de informação e comunicação (TIC).

A organização e condução dos processos pela SGE, nomeadamente de aquisição de bens e serviços e contratação, é efetuada com salvaguarda das competências próprias da dirigente máxima do serviço, que pratica os respetivos atos decisórios, nos termos do estatuto do pessoal dirigente.

Deste modo, algumas das áreas relativas ao sistema de controlo interno devem ser asseguradas pela SGE.

QUADRO XXXVII – Avaliação do sistema de controlo interno

Questões	Aplicado			Fundamentação
	S	N	NA	
1 – Ambiente de Controlo				
1.1 Estão claramente definidas as especificações técnicas do sistema de controlo interno?			X	As especificações do sistema de controlo interno devem ser asseguradas pelos serviços da SGE, no âmbito da prestação centralizada de serviços.
1.2 É efetuada internamente uma verificação efetiva sobre a legalidade, regularidade e boa gestão?	X			Sem prejuízo das atribuições que, neste âmbito, são asseguradas pela SGE, nos procedimentos de contratação de bens e serviços e nos respetivos pagamentos, é efetuada internamente a verificação da legalidade, da regularidade e da boa gestão por parte dos dirigentes. A segregação de funções e a existência de procedimentos também contribuem para que seja assegurada a legalidade, regularidade e boa gestão dos procedimentos.
1.3 Os elementos da equipa de controlo e auditoria possuem a habilitação necessária para o exercício da função?			X	Não existe na estrutura orgânica da DGAE uma equipa de controlo e auditoria, sendo essas competências e atribuições asseguradas, no âmbito do Ministério da Economia, pela SGE, através da apreciação da legalidade e regularidade dos atos praticados pelos serviços e organismos do ME.
1.4 Estão claramente definidos valores éticos e de integridade que regem o serviço (ex. códigos de ética e de conduta, carta do utente, princípios de bom governo)?	X			A DGAE tem um Código de Conduta, que foi aprovado em 10-09-2020, por despacho do Secretário de Estado do Comércio, Serviços e Defesa do Consumidor, encontrando-se o mesmo disponível na respetiva página eletrónica.
1.5 Existe uma política de formação do pessoal que garanta a adequação do mesmo às funções e complexidade das tarefas?	X			Foi aprovado pela DGAE um plano de formação, elaborado de acordo com o levantamento de necessidades, bastante condicionado pelas disponibilidades financeiras, o qual foi implementado em articulação com a SGE.
1.6 Estão claramente definidos e estabelecidos contactos regulares entre a direção e os dirigentes das unidades orgânicas?	X			Estão institucionalizados contactos regulares entre os dirigentes de topo e os dirigentes das unidades orgânicas, nomeadamente através da realização de reuniões de coordenação, com periodicidade semanal.
1.7 O serviço foi objeto de ações de auditoria e controlo externo?			X	No último ano, a DGAE não foi objeto de auditorias. As últimas auditorias foram realizadas pela IGF em 2013, tendo o relatório sido publicado em 2014, e pelo Tribunal de Contas, em 2017, abrangendo o controlo da execução dos contratos de contrapartidas - relatório do TC n.º 19/2017.
2 – Estrutura Organizacional				
2.1 A estrutura organizacional estabelecida obedece às regras definidas legalmente?	X			A estrutura organizacional encontra-se estabelecida em diplomas legais, nomeadamente,

Questões	Aplicado			Fundamentação
	S	N	NA	
				no Decreto Regulamentar n.º 5/2015, de 20/07, que aprova a orgânica da DGAE, e na Portaria n.º 316/2015, de 30/09, que estabelece a estrutura nuclear da DGAE e as competências das unidades nucleares.
2.2 Qual a percentagem de colaboradores do serviço avaliados de acordo com o SIADAP 2 e 3?			X	No ano de 2021, foi feita 100% da avaliação dos dirigentes intermédios (por arrastamento de nota ou por avaliação curricular), no âmbito do SIADAP 2, e de 100% dos 66 trabalhadores, no âmbito do SIADAP 3 (os restantes trabalhadores foram avaliados no serviço de origem ou de destino)..
2.3 Qual a percentagem de colaboradores do serviço que frequentaram pelo menos uma ação de formação?	X			Em 2021, frequentaram pelo menos uma ação de formação 65% dos trabalhadores, tendo presente a informação constante do Balanço Social.
3 – Atividades e Procedimentos de Controlo Administrativo Implementados				
3.1 Existem manuais de procedimentos internos?	X			Existe um manual com vários procedimentos aprovados, mas que não está ainda completo.
3.2 A competência para autorização da despesa está claramente definida e formalizada?	X			Os procedimentos de contratação são instruídos pela SGE, competindo à Diretora-Geral a autorização da respetiva despesa.
3.3 É elaborado anualmente um plano de compras?	X			É efetuado o levantamento de necessidades, que é transmitido à SGE para efeitos de elaboração dos procedimentos de aquisição de bens e serviços.
3.4 Está implementado um sistema de rotação de funções entre trabalhadores?			X	A especificidade das funções exercidas nos vários serviços e a insuficiência de recursos humanos torna praticamente impraticável a implementação de um sistema de rotação de funções entre trabalhadores.
3.5 As responsabilidades funcionais pelas diferentes tarefas, conferências e controlos estão claramente definidas e formalizadas?	X			As responsabilidades funcionais pelas diferentes tarefas estão claramente definidas em cada Unidade Orgânica. Para além disso, existem, em determinadas áreas, procedimentos com regras claras sobre as responsabilidades e formalidades a cumprir pelos serviços. Por outro lado, no âmbito da prestação centralizada de serviços com a SGE, as responsabilidades pelas diferentes funções e tarefas, conferências e controlos estão também estabelecidas.
3.6 Há descrição dos fluxos dos processos, centros de responsabilidade por cada etapa e dos padrões de qualidade mínimos?	X			Para além dos circuitos que estão definidos no Sistema de Gestão Documental, existem fluxos de processo estabelecidos através de procedimentos aprovados, principalmente nas áreas em que há interação com os agentes económicos e em que é necessário emitir títulos ou licenças.
3.7 Os circuitos dos documentos estão claramente definidos de forma a evitar redundâncias?	X			Os circuitos estão definidos e implementados, nomeadamente, através do registo e

Questões	Aplicado			Fundamentação
	S	N	NA	
				encaminhamento de toda a documentação através do sistema de gestão documental, com regras muito definidas sobre o acesso à documentação.
3.8 Existe um plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas?		X		O plano em vigor data de 2015, estando desatualizado, pelo que foi recolhida informação para a elaboração de um novo plano para ser aprovado e executado em 2022.
3.9 O plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas é executado e monitorizado?		X		Tendo em consideração a desadequação do Plano de 2015 em relação à realidade atual, não foi feita a respetiva monitorização.
4 – Fiabilidade dos Sistemas de Informação				
4.1 Existem aplicações informáticas de suporte ao processamento de dados, nomeadamente, nas áreas de contabilidade, gestão documental e tesouraria?	X			Existe uma aplicação informática na área da gestão documental. As restantes aplicações informáticas, nomeadamente nas áreas da contabilidade e tesouraria são asseguradas pela SGE, com exceção da relativa à emissão de guias de receita, que é realizada pela DGAE
4.2 As diferentes aplicações estão integradas permitindo o cruzamento de informação?			X	A única aplicação informática a que a DGAE tem acesso e que poderá estar integrada com outras aplicações, mas no âmbito da SGE é a da assiduidade.
4.3 Encontra-se instituído um mecanismo que garanta a fiabilidade, oportunidade e utilidade dos outputs dos sistemas?			X	A fiabilidade dos sistemas de informação deve ser assegurada pela SGE, no âmbito das suas competências no domínio específico das tecnologias de informação e comunicação.
4.4 A informação extraída dos sistemas de informação é utilizada nos processos de decisão?	X			O sistema de monitorização dos indicadores de gestão permite extrair informação para efeitos de decisão.
4.5 Estão instituídos requisitos de segurança para o acesso de terceiros a informação ou ativos do serviço?	X			Existem requisitos de segurança que são assegurados pelos serviços de informática da SGE e cada utilizador só acede aos equipamentos e às aplicações através de palavras-passe, existindo também nas pastas partilhadas várias permissões de acessos, consoante o tipo de utilizadores.
4.6 A informação dos computadores de rede está devidamente salvaguardada (existência de <i>backups</i>)?			X	Deve ser assegurada pela SGE, no âmbito da prestação centralizada de serviços.
4.7 A segurança na troca de informações e <i>software</i> está garantida?			X	Deve ser assegurada pela SGE, no âmbito da prestação centralizada de serviços.

III. BALANÇO SOCIAL

Nos termos do Decreto-Lei n.º 190/96, de 9 de outubro, os serviços e organismos da administração pública central, regional e local, incluindo os institutos públicos que revistam a natureza de serviços personalizados e fundos públicos que, no termo de cada ano civil, tenham um mínimo de 50 trabalhadores ao seu serviço devem elaborar anualmente o seu balanço social, com referência a 31 de dezembro do ano anterior.

De acordo com a Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, o Balanço Social deve integrar o Relatório de Atividades de cada serviço da Administração Pública, articulando-se com o respetivo ciclo de gestão.

Tendo em conta que a DGAE não dispõe de uma unidade orgânica específica relacionada com a gestão dos Recursos Humanos, visto que, no âmbito da prestação centralizada de serviços comuns, a gestão dessa área é assegurada pela Secretaria-Geral da Economia, os quadros que integram o Balanço Social da DGAE foram preenchidos pelos serviços dessa Secretaria-Geral.

Neste âmbito, serão apresentados apenas os dados que se consideram mais significativos, procedendo-se à comparação, sempre que possível, com os dados de anos anteriores, de forma a permitir apresentar, de forma mais precisa, a evolução que se tem verificado na área dos Recursos Humanos da DGAE.

Da análise dos dados do Balanço Social (Quadro XXXVIII), conclui-se que, apesar da ligeira diminuição que se tem vindo a verificar nos últimos dois anos, a taxa de feminização continua elevada, visto ter atingido os 72%, em 2021, valor superior à taxa de feminização da administração pública portuguesa registada nesse mesmo ano: 61,5%²³. A taxa de feminização dos dirigentes é ainda mais elevada, 85%, tendo registado um aumento relativamente a 2020.

²³ Síntese Estatística do Emprego Público, 4.º Trimestre de 2021, DGAEP, 14 de fevereiro 2022

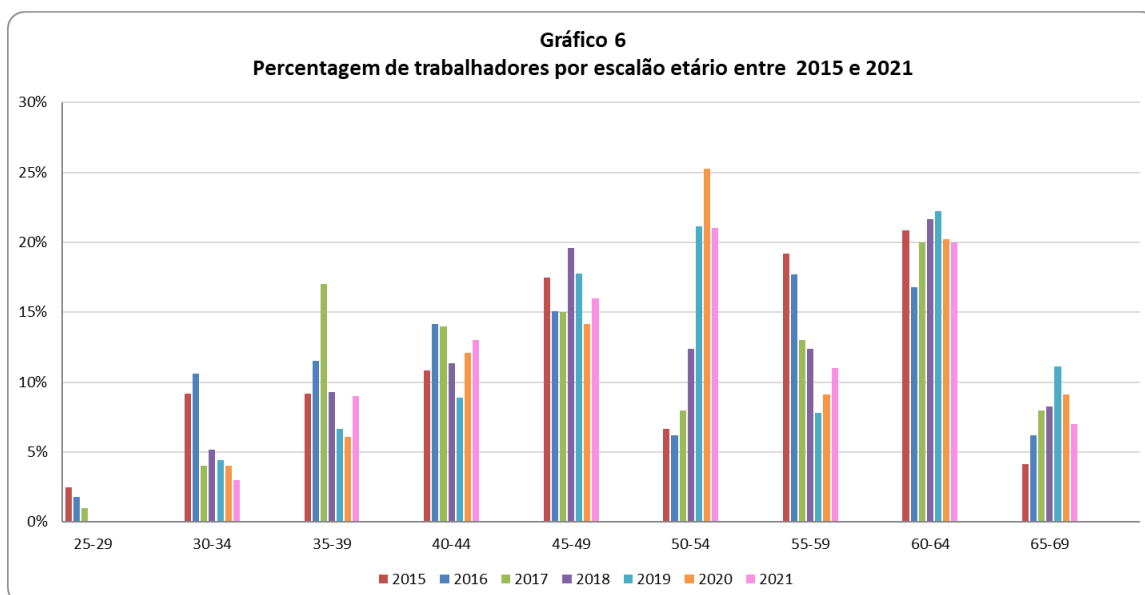
Tal como tem vindo a acontecer em anos anteriores, devido ao aumento do número de técnicos superiores a desempenhar funções na DGAE, registou-se um aumento, tanto da taxa de tecnicidade dos recursos humanos da DGAE, que passou de 56,6%, em 2020, para 61%, em 2021, como da taxa de habilitação superior, que subiu dos 76,8%, em 2020, para os 81%. É de referir que destes, 66,7% são licenciados, 30,9% possuem mestrado, seguidos de 2,5% doutorados.

QUADRO XXXVIII – Principais indicadores do Balanço Social

Indicadores	Anos							
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Taxa de Tecnicidade (sentido restrito)	59,09%	53,33%	59,29%	57,00%	53,61%	52,22%	56,57%	61,00%
Taxa de Assistente Técnico	15,91%	15%	18,58%	20,00%	20,62%	22,22%	18,18%	14,00%
Taxa de Assistente Operacional	4,55%	4,17%	5,30%	6,00%	5,15%	5,56%	5,05%	5,00%
Taxa de Feminização	71,21%	72,50%	68,14%	69,00%	73,20%	77,78%	74,75%	72,00%
Taxa de Feminização Dirigente	65,22%	50%	42,10%	47,06%	65,00%	83,33%	80,00%	85,00%
Taxa de Enquadramento	17,42%	15%	16,81%	17,00%	20,62%	20,00%	20,20%	20,00%
Taxa de Envelhecimento	43,18%	44,17%	40,70%	41,00%	42,27%	41,11%	38,38%	38,00%
Taxa de Habilitação Superior	78,03%	79,17%	76,10%	74,00%	74,23%	72,22%	76,77%	81,00%
Taxa de Trabalhadores Portadores de Deficiência	3,79%	2,50%	3,53%	3,00%	4,12%	3,33%	3,03%	5,00%
Taxa de Admissões	19,70%	8,33%	23,89%	7,00%	27,84%	31,11%	26,26%	24,00%
Taxas de Saídas	23,48%	16,67%	30,08%	20,00%	31,96%	38,89%	17,17%	23,00%
Taxa de Reposição	83,87%	50%	79,41%	35,00%	87,10%	80,00%	152,94%	104,35%
Taxa de Absentismo	3,33%	6,56%	7,85%	8,66%	7,27%	8,44%	5,95%	7,77%
Remuneração Base Média Anual	25 762,26 €	26 249,68 €	24 880,94 €	26 314,24 €	25 429,28 €	28 121,63 €	25 672,69 €	26 755,21 €

Indicadores	Anos							
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Leque Salarial Ilíquido	7,63	7,80	9,5	8,1	6,44	5,88	5,81	5,63
Taxa de Encargos Sociais	10,49%	10,18%	10,71%	11,13%	4,33%	4,18%	4,11%	3,98%
Taxa de Incidência de Acidentes no Local de Trabalho	0%	1,67%	0,88%	1,00%	0,00%	1,11%	0,00%	1,00%
Taxa de Participação em Formação	52,27%	54,17%	12,38%	12,00%	37,11%	50,00%	71,72%	48,00%
Taxa de Investimento em Formação	0,12%	0,21%	0,03%	0,06%	0,11%		0,42%	0,30%

No que diz respeito à modalidade de vinculação, não houve alteração em termos das percentagens de trabalhadores com contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, visto que, em 2021, se registou a mesma taxa registada em 2020, 80%. O mesmo se verifica relativamente aos efetivos cuja modalidade de vinculação foi a da comissão de serviço, na sua totalidade dirigentes intermédios, cuja taxa foi igual à taxa de 2020, 20%.



Relativamente à estrutura etária dos trabalhadores, conclui-se, a partir dos dados do gráfico 7, que se tem vindo a verificar, em relação aos anteriores, um decréscimo no número de trabalhadores dos escalões etários mais jovens, sobretudo dos escalões 25-29 anos, no qual não houve qualquer entrada de trabalhadores desde 2018, e 30-34 anos. Relativamente ao escalão 35-39, apesar de também ter vindo a decrescer, em 2021, registou-se um aumento do número de trabalhadores pertencentes a este escalão. Esta tendência de decréscimo reflete o facto de, nos últimos, se ter vindo a reduzir a admissão de novos trabalhadores na administração pública. Os escalões etários com mais trabalhadores são os dos 50-54 anos (cerca de 25% do total de trabalhadores da DGAE), apesar do acréscimo significativo que registou desde 2016, registou um decréscimo em 2021, e o dos 60-64 anos (cerca de 20% do total de trabalhadores da DGAE), apesar do ligeiro decréscimo registado em 2021. O escalão etário dos 55-59 anos (9% do total de trabalhadores), depois de um decréscimo significativo, tem vindo a aumentar nos últimos anos, sendo que o escalão dos 65-69 anos (igualmente 9%) se tem mantendo com valores reduzidos. Com base nesta evolução, é possível verificar, através do quadro XXXVIII, que a taxa de envelhecimento dos recursos humanos da DGAE (a percentagem de trabalhadores com 55 anos de idade ou mais), em 2021, 38%, se manteve praticamente igual à de 2020. Além disso, verifica-se que a percentagem de trabalhadores até aos 49 anos baixou dos 45,5%, em 2014, para os 41%, em 2021 e que a percentagem de trabalhadores com 50 ou mais anos aumentou dos 54,5% para os 59%, em 2021, o que constituiu um indicador da necessidade de rejuvenescimento do mapa de pessoal da DGAE.

IV. AVALIAÇÃO FINAL

4.1. *Apreciação qualitativa dos resultados alcançados*

Os objetivos operacionais inscritos no QUAR 2021 da DGAE traduzem, por um lado, as suas áreas de intervenção prioritárias, abrangendo as áreas de atividade mais relevantes e exigentes em termos de recursos humanos e financeiros e, por outro, as orientações emanadas pelo Governo relativas à avaliação do desempenho dos serviços públicos para o ano de 2021, nomeadamente os que decorrem do artigo 28.º do Orçamento de Estado, aprovado pela Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro.

Apesar do contexto difícil de pandemia provocada pelo coronavírus SARS-CoV-2 (doença COVID-19), que em 2021 continuou a afetar a atividade dos serviços públicos, em geral, para além do setor privado, poder-se-á dizer que não condicionou o desempenho da DGAE e a realização da generalidade das atividades previstas, obrigando, no entanto, a um esforço acrescido por parte dos serviços e ao reajustamento dos métodos de trabalho.

Deste modo, foi possível atingir as metas previstas para os os objetivos operacionais 2 e 6, tendo sido superadas as metas dos restantes 4 objetivos operacionais, o que representa, como referido anteriormente, um resultado global do serviço de 110,3%.

Assim, com base na autoavaliação realizada anteriormente e de acordo com o estipulado no n.º 1 do art.º 18.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, na sua redação atual, deverá atribuir-se à DGAE a menção de “Desempenho bom” para o ano de 2021.

4.2. *Conclusões prospetivas*

Tal como referido anteriormente, os resultados alcançados no ano de 2021, marcado pela pandemia provocada pela infeção pelo coronavírus SARS-CoV-2, e os desafios sérios que esta colocou à implementação do Plano de Atividades da DGAE para 2021, demonstram que a Direção-Geral das Atividades Económicas apoiou e assegurou a intervenção nacional em termos do acompanhamento e implementação das políticas públicas relacionadas com as áreas por que é responsável, afirmando o seu papel enquanto serviço de referência no âmbito do Ministério da Economia e da Transição Digital.

A Direção permaneceu focada na melhoria contínua do desempenho da DGAE num esforço permanente de apoio e reforço da excelência técnica dos recursos humanos da DGAE e da flexibilização da organização do trabalho para agilizar e imprimir celeridade aos processos considerados fundamentais no âmbito das áreas de intervenção da DGAE.

No mesmo sentido, no plano externo, a DGAE continuou a desempenhar um papel de destaque em termos de promoção da sua visibilidade junto do tecido empresarial e de outras entidades que promovem as atividades económicas, neste ano de 2021 muito reforçado ao nível internacional, nomeadamente pela exposição acrescida decorrente do exercício da PPUE2021.

Uma vez mais se aproveita a oportunidade para agradecer todo o esforço e dedicação demonstrados pelos trabalhadores da Direção-Geral das Atividades Económicas, a quem se devem os resultados alcançados!

